

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PPG
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO – CPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E
POLÍTICA DA AMAZÔNIA - PPGCSPA
MESTRADO EM CARTOGRAFIA SOCIAL E POLÍTICA DA AMAZÔNIA**

Layo Amõkanewy Bulhão Kariú

YARUÁMÈT'HÖ

**FLECHAS DA MEMÓRIA NA LUTA PELA EXISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E
TERRITÓRIO KARIÚ KARIRI EM MARECHAL THAUMATURGO/AC:
Pensamento Originarial contra a negação do estado brasileiro**

São Luís/ MA
2025

LAYO AMÖKANEWY BULHÃO KARIÚ

YARUÁMÈT'HÖ

FLECHAS DA MEMÓRIA NA LUTA PELA EXISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E
TERRITÓRIO KARIÚ KARIRI EM MARECHAL THAUMATURGO/AC:
Pensamento Originarial contra a negação do estado brasileiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social e Política da Amazônia
PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Antropologia

Orientador:
Prof. Dr. Davi Pereira Junior

São Luís/ MA
2025

Kariú, Layo Amõkanewy Bulhão.

YARUÁMÊT'HÔ: FLECHAS DA MEMÓRIA NA LUTA PELA EXISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E TERRITÓRIO KARIÚ KARIRI EM MARECHAL THAUMATURGO/AC: pensamento originarial contra a negação do estado brasileiro, 2025.

148 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, Universidade Estadual do Maranhão, 2025.

Orientador: Prof. Dr. Davi Pereira Junior.

1. Yaruáméhõ. 2. Indígenas. 3. Povo Kariú Kariri. 4. Território. 5. Pensamento Originarial. I.Título.

CDU: 316.35:316.48(=1-82)(811.2)

Elaborado por Synara de Azevedo Ferreira – Bibliotecária – CRB 13/932

LAYO AMÖKANEWY BULHÃO KARIÚ

YARUÁMÈT'HÖ

AY TXÔDXÔKIÉ AMÉ NATIÁ SWBATÉ YBÁTSÓ AYBY DÏKRODYDZÂ BIHÉ AY
RADDÁPY MÓ DZUDÉ TSOHOÁ KARIÚ KARIRI DZÚRIÓ AMÔNIA ANRÁ
MARECHAL THAUMATURGO/AC: Echié mó dÏwobá swbatetsó anémênÏñoá mó
meá abohó wohöyé yetçahóá andé buangakorã estado brasileiro

Mèkákroyê mó swbatkêrayênatkro mèkáraddá andé
krodymé kãghymé echyémé bó retsèkerü
Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia
PPGCSPA/Swbatkerákró módÏ
Universidade Estadual do Maranhão
ahohó hÏteroá duboheryayêkró Swbaté Retsèraddádzú Yetçáhóámèká.

Adubo-hery:
Prof. Dr. Davi Pereira Junior

LAYO AMÖKANEWY BULHÃO KARIÚ

YARUÁMÈT'HÖ

**FLECHAS DA MEMÓRIA NA LUTA PELA EXISTÊNCIA, RECONHECIMENTO E
TERRITÓRIO KARIÚ KARIRI EM MARECHAL THAUMATURGO/AC:
Pensamento Originarial contra a negação do estado brasileiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Cartografia Social e Política da Amazônia
PPGCSPA/Centro de Ciências Sociais e Aplicadas da
Universidade Estadual do Maranhão, como requisito para a
obtenção do título de Mestre em Antropologia.

BANCA EXAMINADORA

Profº Dr. Davi Pereira Junior - Austin
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Profª Drª Arydimar Vasconcelos Gaioso
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Profª Drª Lidiane da Conceição Alves - UFMG

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à Nanhê Maritô, exemplo de luta, resistência e liderança Kariú Kariri em Marechal Thaumaturgo/AC.

Ey wby ey mará ey chi ey swbaté ey korã ey teudiokié ey yetçãmy ey yetçãmy ey yetçãmy pidé korã ekudu moygy

RESUMO

Esta dissertação é uma ação demarcatória de um território epistêmico dentro da academia e uma manifestação da luta coletiva do povo Kariú Kariri do Rio Amônia em Marechal Thaumaturgo/AC. Apresentamos nossa perspectiva para uma Antropologia Originarial, buscando confrontar o olhar acadêmico-colonizador, propondo formas alternativas de pensar e narrar experiências no campo do conhecimento de forma circular. Os fundamentos centrais deste trabalho estão enraizados em nossos *tokênhé (anciãos)*, encantados, a terra, a floresta, as águas. Seguimos uma metodologia própria, denominada *Mékábú (uma forma que se aproxima de nossa oralidade)*. Nela, integramos os grafismos ancestrais com esta escrita, concebida como um grafismo contemporâneo, língua materna e escrita acadêmica em uma abordagem que valoriza o Pensamento Originarial e relacional. Ao longo da pesquisa de campo nas *Natiá (Aldeias)* Kariú do Amônia, resgatamos memórias, revisitamos manuscritos e documentos, que deram suporte às lutas do presente. O objetivo foi inscrever possibilidades de enfrentamento dos conflitos, da violência histórica e do racismo estatal e institucional enfrentados pelos indígenas Kariú Kariri no Acre desde o século XIX. Estruturada ao redor de três *Yaruámét'hö (flechas que falam ao futuro)*, a primeira seção apresenta os fundamentos metodológicos, questionando as estruturas eurocêntricas da antropologia e propondo uma forma de escrita que emerge das memórias, da espiritualidade e das narrativas dos próprios sujeitos, que são coautores deste texto. Essa primeira seção reafirma nossa presença epistêmica na academia por meio da escrita em nossa língua materna e os desafios para dialogar com o pensamento hegemônico ao qual ela se sustenta. A segunda flecha trata das nossas *dunetonaté (memórias coletivas relacionais)* e traz um panorama sobre os deslocamentos históricos do povo Kariú Kariri, sequestrados do Vale do Cariri (CE) até o Acre, incluindo o período de escravidão nos seringais durante os Ciclos da Borracha. A seção final analisa os conflitos territoriais decorrentes da contínua negação étnica do Estado contra o povo Kariú Kariri, que se intensificou após o reconhecimento oficial da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, que se sobrepõe à Reserva Extrativista do Alto Juruá, território onde vivem os Kariú Kariri e outros descendentes de seringueiros. Concluimos com *Anætó (aquilo que desejamos)*: a demarcação de um território permanente para o povo Kariú Kariri, que garanta (*dîwóbá kanewy*) seu *bem-viver* e existência, assim como o respeito aos seus direitos fundamentais reconhecidos pela Constituição, garantindo a continuidade de suas tradições culturais e espiritualidades múltiplas.

Palavras-chave: Yaruáméhö, Povo Kariú Kariri, Indígenas, Rio Amônia, Acre, Pensamento Originarial, Território, REAJ

WARUÁPI

Dutorarã aerãkuara sãcry bihé mómé mekábú anémébú raddapy swbaté anrá swbatéerákró andé mé teudiokiéekudú dzudé tsoháá dzurió Amonia Marechal Thaumaturgo/AC. Swbaté dzikete mé anéménĩñoá, mé idzé uné dzikete kietsekli swbatkêráyêkröbuãgá andé karayekudú woroy wohoyé tsoháá peneho bó idzé swbaté bó. Swbaté dzikete mé ditoá kuationamé, nuné Mékábú, dzudé nunú Dzubukuá-Kipeá Dzutsó, ekudú nunú, mèká tokenhé kó dzikete, nunú idzé kó nunú Swbatéerá, ekudú netçó niú, retsé, dzú, dzhê, uché-embaray, ekudú yetçãndé, ekudú mé teudiokié yetçãndé. kuá meká tu tu mó dîkrody andé dî kró anrá tçambú karai. Anéménĩñoá abohó yatçãmyá bõ Natiá Dzutsó Amônia. Wby mékró, andré mekrómisã tidacru yetçãmyá amé dîkrody toá ay txôdxôkié korã. Ay Kariri akriú pideá anrá aunú buyõilhó wché XIX Batyá. Ay torarã tidacrú abohó Yaruáméhö, nunú ekudú kókóbú ekudú uché ekudú wana ekudú peleke ekudú anyá netó ekudyu tsoháá. Barãbarã Yaruáméhö ekudú ditoá kuationamé ekudú netçó ekudú woroy ekudú samy, ekudú anhyá, ekudú tsoháá ekudú Kuá. Ekudú kuá mèká kó Nunú Idzé ekudú bedzébü sebecelé métoá-samywówó ekudú swbaté tokenhé ekudú eyakawõtçã karay. Méá ekudú waruamé ekudú dzikete swbatkêráyêkrö ekudú idzé raddábü anémébú. Dike Yaruáméhö ekudú teudiokié tokenhé dînetonaté abohó Tsoháá Kariú Kariri ayby raddádé Vale do Cariri Ceará peneho Marechal Thaumaturgo/AC. Ekudú pah ekudú aunúilhó ekudú amyde-sutú ekudú uché Borracha, dehé raddákié raddákié amé damãkié Estado. Dócry Yaruáméhö ekudú wbyyê txôdxôkié radda Acre, ekudú dzikete nanhêkaray kié tamide dzudé radda dzé tsoháá, ekudú ayby Reserva Extrativista do Alto Juruá, ekudú raddápy homologada mó amaená. Peneho raddapy, wohoyé ninhóà kó inhunhu ayby amyde-sutú. Dócry Anætó inhahó raddapy Kariú Kariri dîwóba dîtoá dzibulé. Hîtsoháá ekudú kuá. Ekudú raddá aydzené bihé mó Constituição, dîwóbá kanewy kó retsè, maená dzú ybá dicrodycelé kó tokênhé samy yracychi kó wohoyé anhyá.

Méka-Hechyé: Yaruáméhö, Tsohá Kariú Kariri, Niñoá, Dzurió Amônia, Acre, Anéménĩñoá, Raddápy, REAJ

Abstract

This dissertation is a demarcation of epistemic territory within academia and a manifestation of the collective struggle of the Kariú Kariri people of the Amônia River in Marechal Thaumaturgo in Acre. We present our perspective for an Original Anthropology, seeking to confront the academic-colonizing gaze, proposing alternative ways of thinking and narrating experiences in the field of knowledge in a circular way. The central foundations of this work are rooted in our *tokênhé* (elders), the enchanted, the land, the forest, the waters. We follow our own methodology, called *Mékábú* (a form that is close to our orality). It integrates ancestral graphic designs with this written form, conceived as a contemporary *grafismo*, incorporating the mother tongue and academic writing in an approach that values Originarial thought and relationality. Throughout the fieldwork conducted in the *Natiá* (villages) of the Kariú from the Amônia River, memories were retrieved, and historical manuscripts and documents, which have supported contemporary struggles, were revisited. The aim was to inscribe possibilities for confronting the conflicts, historical violence, and state and institutional racism faced by the Kariú Kariri Indigenous people in Acre since the 19th century. Structured around three *Yaruámét'hö* (arrows of memory), the first section presents the methodological foundations, questioning the Eurocentric frameworks of anthropology and proposing a form of writing that emerges from the memories, spirituality, and narratives of the subjects themselves, who are co-authors of this text. This section reaffirms our epistemic presence within academia through writing in our mother tongue, confronting the challenges of engaging with the hegemonic thought upon which academic writing is traditionally based. The second arrow examines our (relational collective memories) *dunetonaté* and provides an overview of the historical displacements of the Kariú Kariri people, who were forcibly moved from the Cariri Valley (CE) to Acre, including the period of slavery in the rubber plantations during the Rubber Boom cycles. The final section analyzes the territorial conflicts stemming from the ongoing ethnic denial by the state against the Kariú Kariri people, which intensified after the official recognition of the Arara Indigenous Land of the Amônia River, overlapping with the Alto Juruá Extractive Reserve—the territory inhabited by the Kariú Kariri and other descendants of rubber tappers. The work concludes with *Anætó* (what we desire): the demarcation of a permanent territory for the Kariú Kariri people, one that ensures their *dîwóbá kanewy* (well-being) and existence, as well as respect for their fundamental rights recognized by the Constitution, thereby guaranteeing the continuity of their cultural traditions and multiple spiritualities.

Keywords: Yaruáméhö, Kariú Kariri People, Indigenous, Amônia River, Acre, Originarial Anthropology, Territory, REAJ

LISTA DE FIGURAS

Mapa 01 - “Brasilia Barbarorum”.....	20
Wbykró 01, 02 e 03 - Samywówó Kenayra.....	28
Figura 01 - Multietnicidade Kariú Kariri.....	33
Mapa 02 - Exílio/Sequestro dos indígenas Kariú Kariri.....	37
Figura 03 - Campo de Patú.....	38
Mapa 03 - Presença Kariú Kariri nos estados brasileiros em 2026.....	39
Mapa 04 - Deslocamentos Indígenas no Ceará.....	42
Figura 03: Esboço de Grafismo Mepliapé Kariu feito por Jacy Kăghy.....	48
Fotografia 01 - Nanhê Maritô e escritos na língua.....	65
Fotografia 02 - Proa da bajola no Rio Amônia.....	66
Fotografia 03 - Rio Juruá visto de cima da Cidade de Marechal Thaumaturgo.....	68
Fotografia 03 - Erá de Seu Noca, Natiá Tia Ana.....	68
Fotografia 04 - Tçambusebé, Kouká e Marakás Kariú Kariri.....	71
Fotografia 05 - Plantação de melancia na beira do Rio Amônia.....	72
Fotografia 06 - Mana na floresta da Natiá Fronteira.....	74
Fotografia 07 - Nanhê Maritô preparando a fibra de Ywira para secar.....	75
Fotografia 08 - Araras Invadindo, Ameaçando e Roubando a placa de Boas Vindas da Natiá Fronteira.....	77
Fotografia 09 - Mèká Kariú.....	78
Fotografia 10 - Ygueá Yracychy.....	79
Fotografia 11 - Indígenas Kariú Kariri no porto da Natiá Fronteira.....	79
Fotografia 12 - Crayóté.....	80
Fotografia 13 - Maridzá tidacry kowówó - bu.....	80
Fotografia 14 - Pópó tidacry Tsambusebé.....	81
Fotografia 15 - Reunião em baixo do pé de Jamelão.....	82
Fotografia 16 - Dycrodycelé.....	84
Fotografia 17 - Kunobóerá.....	85
Fotografia 18 - Fotos antigas com árvores.....	88
Fotografia 19 - Paü.....	89
Fotografia 20 - Kunobóerá 2.....	91
Fotografia 21 - Yracychy.....	92
Fotografia 22 - Êrá em construção para receber a comitiva do MPI.....	94
Fotografia 23 - Masichy Kariú.....	95
Fotografia 24 - Falcões FC.....	97
Fotografia 25 - Desenho de Mestre Cayéy.....	98
Fotografia 26 - Mestre Cayéy com marauka na rede.....	99
Fotografia 27 - Delângela debulhando o feijão.....	100
Fotografia 28 - Reunião com MPI, FUNAI e ICMBio.....	100
Fotografia 29 - Único registro meu na Nátia do Alto Amônia.....	102
Fotografia 30 - Pintando a Cusma 01.....	103
Fotografia 31 - Pintando a Cusma 02.....	103
Fotografia 32 - Tokênhé Kowowó.....	104

Fotografia 33 - Wonhé Kayá.....	105
Fotografia 34 - Buyêê.....	105
Fotografia 35 - Bode Kari.....	106
Fotografia 36 - Coivara Muicuy.....	107
Fotografia 37 - Kunoboerá 03.....	107
Fotografia 38 - Maridzá andé Marã Kariú.....	108
Fotografia 39 - Rio Amônia.....	108
Fotografia 40 - Maridzá Rosa Tydacru pitécitó.....	108
Fotografia 41 - Maridzá Maria tydacru sazã.....	109
Fotografia 42 - Tydacru Kókuká yghé.....	109
Fotografia 43 - Swbatkeá Dzu Ycrocelé.....	110
Fotografia 44 - Wbyá mémará “Bënhékié”.....	110
Mapa 05 - Cartografia do Rio Amônia com Natiá Kariú Kariri.....	115
Certidão 01 - Orleilson.....	117
Certidão 02 - Geilson.....	117
Certidão 03 - Adeilson.....	118
Certidão 04 - Francisco Edigênio.....	118
Certidão 05 - Gláucio José.....	119
Certidão 05 - Alaiudo Kariú.....	119
Certidão 06 - Maria Ciderlândia.....	120
Certidão 07 - Maria Jacinta.....	120
Certidão 08 - Moisés.....	121
Certidão de Nascimento 01 - Maria Margarida Cordeiro Moreira.....	121
RG - Registro Geral 01 - Francisco Eugênio Moreira.....	122
Ofício 01 - REAJ endereçado a FUNAI/CZS/AC.....	130

LISTA DE SIGLAS

WEB - Word Wide Web

IA - Inteligência Artificial

MA - Maranhão

AC - Acre

MT - Marechal Thaumaturgo

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

MPI - Ministério dos Povo Indígenas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

REAJ - Reserva Extrativista do Alto Juruá

SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia

CR - Coordenação Regional

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

TI – Terra Indígena

MPF – Ministério Público Federal

GT – Grupo de Técnico, para Identificação e delimitação de Terras Indígenas

RESEX – Reserva Extrativista

RCID – Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação

DF – Distrito Federal

UFMA – Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1. BĀRĀBĀRĀ: Introdução.....	14
I. YARUĀMÈT'HÖ BIHÉ.....	17
2. MÈKÁBÚ: Metodologia para a escrita do Pensamento Originarial.....	17
2.1. Petekerá: Narrativas sobre o sonho e a ficção da realidade.....	31
2.1.2 Ybá: a mensagem dos sonhos.....	44
2.2. Mépliapé: Reencontros ancestrais de resistências e retomadas Kariú Kariri.	48
2.3 Erãdzóby Kariú Kariri: Plantar o invisível, curar o presente, lembrar o futuro.	55
II. YARUĀMÈT'HÖ UITANE.....	60
3. DUNETÓNATÉ: Memórias Coletivas Relacionais.....	60
3.1. Aneámétó: Memórias diárias e ancestrais.....	62
4. Tsohóá Kariú Kariri do Acre: Um panorama geral do conflito entre Povos Indígenas causado pelo Governo brasileiro.....	111
4.1. Mapa Cartográfico com datas de aldeamentos Kariú Kariri em Marechal Thaumaturgo/AC, documentos e certidões de Batismo com as datas de nascimentos no Rio Amônia.....	115
III. YARUĀMÈT'HÖ UITANEDIKIÉ.....	123
5. YAKAWÓTÇĀ: A presença dos Kariú Kariri e a produção do esquecimento nos relatórios da Terra Indígena Arara do Rio Amônia.....	123
5.1. Relatório de Identificação de delimitação da TI Arara do Rio Amônia.....	123
de Walter Coutinho (2001).....	123
5.2. Relatório de Terri Aquino (2002).....	125
5.3. Relatório de Conclusão da Delimitação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, produzido por Antonio Pereira Neto em 2004.....	127
5.4. Nota final sobre os relatórios.....	128
6. DĪWOBÁ: Considerações finais com apontamentos para resolução do conflito de forma pacífica.....	133
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS.....	140
Anexo 01 - Transcrição de áudios de Jacinta Kariú do Acre.....	140
Anexo 02 - Ofício para Funai, ICMBio e MPF.....	142
Anexo 03 - Recibo indenizatório de benfeitorias.....	145
Anexo 04 - Declaração do Antropólogo Mauro Almeida de 2021.....	146

1. BĀRĀBĀRĀ: Introdução

Yetçã mé ay mé aybyá tokenhéá andé rêngétoá dumará. Méá moyghy andery txôdjôkié andé wohoyé baté. Pidé mé sembohó cūburé ande mécü kié andery kanghy dzudé anhy tody nykrody. Pidé anrá korã sembohó cūburé kié eikó peretó mekié yarúanhy ayby tokenhé. Bocuwyá teudiokié ydadé. Ay krody anhyá andery hechyé mó ybá anrá tidacrú torarã hechyé mó sasú dumará .

Início este trabalho escrevendo na língua sagrada de meu povo para honrar meus ancestrais *tokehémé*, embora esta forma alfabética seja algo contemporâneo, temos feito assim para fazer uma reaproximação da língua aos parentes que se esqueceram, ou foram silenciados com os séculos de colonização e distância do território sagrado, bem como tornar compreensível nossa forma de pensar para os não-Kariú. Este trabalho tem como objetivo denunciar os apagamentos históricos sofridos pelo povo Kariú Kariri e propor uma epistemologia originária que reafirme nosso direito à memória, à fala e ao território.

Não tenho a intenção de fazer uma tradução literal de nossa língua para o leitor deste trabalho, pois isso desviaria o foco do objeto principal da pesquisa, mas para uma compreensão de termos específicos que precisam ser associados, em algum momento trarei no corpo do texto palavras em nossa língua em *itálico* seguidas ou antecedidas de palavra similar na língua colonizadora, igualmente em *itálico*, como por exemplo a palavra *piwönhé união*.

Esta pesquisa surge do contexto de resistência e luta do povo *Tsohoá* Kariú Kariri de Marechal Thaumaturgo/AC, que busca o reconhecimento étnico, visibilidade e acesso a direitos sistematicamente negados pelo Estado brasileiro e pelos órgãos responsáveis pelo diálogo com os povos indígenas. Tal fato tem gerado, há mais de duas décadas, conflitos territoriais intensos entre povos indígenas, ocasionados principalmente pela atuação de antropólogos da FUNAI, que poderiam ter evidenciado de forma mais clara os conflitos e a complexidade étnica da região. Ao contrário disso, negaram o direito à fala e à existência do povo Kariú Kariri. Fazemos desta escrita um manifesto coletivo para que estes erros históricos possam ser dissolvidos.

O campo deste trabalho foi realizado junto ao povo Kariú Kariri de Marechal Thaumaturgo/AC, em três ald

eias *natiá*. Passei três meses ¹na região, não apenas desenvolvendo esta pesquisa-manifesto, mas também reaproximando os parentes da nossa língua ancestral. Alguns já falavam um pouco ou sabiam algum canto, outros falavam a “gira” (língua de outros povos), devido à proximidade cultural ou mesmo familiar, numa raiz genealógica complexa que envolve mais de dez povos.

Ressalto, desde já, que na cosmologia do nosso povo, tempo e distância não são instâncias essenciais para definir a materialidade das coisas. Muitas das relações que vivenciamos dentro da nossa comunidade são guiadas pela espiritualidade, pelas águas, pelos sonhos e pelas memórias ancestrais. De tal modo, escrever sobre *diákorã*, *diáspora de sangue*, *genocídio*, *migração*, *expulsão*, *escavidão*, *exílio*, *wowótó andanças*, para explicar a atualidade dos Kariú, não é uma exceção entre os povos originários do Brasil. Em muitos aspectos, as consequências da colonização nos atingiram da mesma forma: extermínio, perda de território, línguas esquecidas, espiritualidades enfraquecidas, identidades e intelectualidades questionadas, entre tantos outros fatores que ainda hoje nos rodeiam e nos categorizaram como inferiores. Somos o território que anda, mas isso não quer dizer que não temos direito a uma terra. Onde estivermos, permanece viva a existência da memória sobre quem somos. Hoje, buscamos o direito à fala e à escuta dessa fala, negados histórica e incessantemente pelo Estado e pelos antropólogos que passaram pelas águas do Rio Amônia em Marechal Thaumaturgo/AC, ao longo destas últimas duas décadas.

Dividimos este trabalho em três partes, chamadas de *Yaruáméhö flechas que falam ao futuro*, organizadas em partes relacionais. A primeira *Yaruáméhö* apresenta a metodologia do pensamento originarial Kariú *Mékábu*, onde busco aprofundar a escrita antropológica a partir de uma visão interna Kariú Kariri, sem pretensão de imparcialidade, mas reconhecendo as relações memoriais, orais, históricas e de encantarias que reverberam nesta escrita: Uma forma de pensar e escrever que nasce da escuta dos sonhos, da oralidade, da espiritualidade e da relação com o território ancestral presente-passado-futuro. Apresento também, neste primeiro

¹ O período de pesquisa-manifesto aconteceu junto ao parentes Kariú Kariri de Marechal Thaumaturgo aconteceu de 01 de Agosto com a partida de São Luís/MA até o dia 28 de agosto com a saída de Marechal Thaumaturgo/AC.

momento, as angústias de ser um estudante indígena na academia e como isso se parelha ao que vivem os parentes no Acre.

Na segunda *Yaruáméhö* trago as histórias de resistência e luta atuais dos Kariú Kariri de Marechal Thaumaturgo, no Acre, e revivo os percursos ancestrais junto com eles: nossa memória, nossa língua, nossa cultura viva, sobrevivente à colonização, escravidão e a várias violações até os dias atuais, sobretudo no que se refere ao território. Nesta seção, faço evidente minha experiência enquanto artista-antropólogo, pois além dos diários de campo, apresento fotografias que foram feitas neste período de imersão e convivência.

Na última *Yaruáméhö* apresento um mapa elaborado pelos parentes com datas e locais das aldeias, documentos de nascimento e faço uma análise dos relatórios antropológicos realizados pela FUNAI e o Estado brasileiro que tem nos tratado: com má-fé, desrespeito, violências psicológicas e raciais que foram intensificadas desde 2001, quando se iniciaram as reivindicações territoriais dos Apolima. Desde então, repressões diretas têm ocorrido, incluindo queima de casas, destruição de estruturas e ameaças de morte. Por fim, apresento a situação atual e as estratégias dos indígenas Kariú para resolver essa situação, nesse diálogo impreciso com o Estado.

Aedzé torarãnin andery króbuyê mó dîmorochy ay dzudé txôdjôkié ande dzuwychí samy andé dicrodycelé anhyá. Wbyclé dzude minehëkié hechyé mó swbatkié ay dükorã. Adubuery moyghy andery quilombola susamy sudzywychy andery aboho bunhakro tydacru marydzááto sumarã amé sutsohoá hö cütsohoá tçoho wy swbatkié dzudé mé abohó kerüãhny.

I. YARUÁMÈT'HÖ BIHÉ

2. MÈKÁBÚ: Metodologia para a escrita do Pensamento Originarial

As escritas ancestrais Dzutsó² Kariú Kariri perpassam o pensamento, a espiritualidade e o diálogo com a mãe terra, se expressam nas escritas dos caminhos, nos plantios nas águas das nascentes e nos grafismos que fazemos em nossos corpos com *bukrenké*³ e *mèká*⁴. Desse modo, me proponho a pensar a pesquisa de dentro para fora e de fora para dentro, sem ser o outro, mas sendo meio de diálogo, ou seja *Mèkábú*, para expressar a força de uma existência coletiva e não somente de uma fala crua e individualizada ao qual a estrutura da cidade nos empurrar e fazer em todos os atos. Não há aqui uma busca por explicar, mas de evidenciar a relação de um povo diante de mais de 525 anos de colonização e as marcas, cortes (ALVES, 2023) que fizeram nosso povo estar, como está hoje.

Mediante a essa fala, busco expressar a insatisfação de nosso povo *Tsohóá* quanto à atividade de antropólogos para registro e estudo do "outro", sendo essa "outremização" (MORRINSON, 2017) sempre utilizada pelos colonizadores, como forma de dominação. Estar na condição de estudar, e ser o próprio objeto de estudo ainda é algo novo para a própria antropologia, que está sendo refeita e reorientada a partir de nós, não mais de um olhar exterior. Para saber de um povo, não precisa vir outro para estudar, mas dar ferramentas para que este possa falar por si próprio, como nos fala a intelectual Maori Linda Smith:

O poder da pesquisa não estava nas visitas realizadas pelos pesquisadores a nossas comunidades, nem em seu trabalho de campo e nas questões desrespeitosas frequentemente formuladas por eles. O maior dos perigos, no entanto, residia nas políticas que foram introduzidas gradativamente em cada aspecto de nossas vidas, legitimadas pela pesquisa e frequentemente fomentadas por ideologias. De fato, muitos pesquisadores não indígenas são ainda bastante respeitados e apreciados pelas comunidades com as quais têm convivido. Em um nível guiado estritamente pelo senso comum, falava-se da total inutilidade de tais pesquisas para nós do mundo indígena, o que contrastava com a absoluta utilidade que tinham para aqueles que a manuseavam como um instrumento para o seu próprio proveito. Tais pesquisas nos informavam de coisas que nós já sabíamos, sugeriam outras que não iriam funcionar, e conferiam carreira profissional a pessoas que já tinham emprego. "Nós somos

² Dzutsó é um nome ao qual o povo Kariú Kariri se reconhece. É uma instância espiritual. É a forma que nos denominamos enquanto povo das águas sagradas que percorrem entre as matas densas.

³ *Bukrenké*, pintura corporal Kariú Kariri feita com urukú.

⁴ *Mèká*, pintura corporal Kariú Kariri feita com jenipapo.

as pessoas mais pesquisadas no mundo” é um comentário que eu tenho ouvido frequentemente nas mais distintas comunidades indígenas. A veracidade desse comentário é sem importância; o que é necessário considerar seriamente é o sentimento de peso e ceticismo não pronunciado que essa mensagem carrega. (SMITH, 2018)

No entanto, esse cenário não é um dos mais fáceis para um indígena, ainda mais se este indígena consegue superar a periferia, as facções criminosas, a mira da polícia e dos doutores da legitimidade e pureza indígena. A academia é o berço de ouro dos colonizadores e, mesmo os mestres e doutores que se propõem a uma nova perspectiva, agem como expressão do colonialismo, racismo e não medem as palavras para nos deslegitimar e diminuir quanto aos nossos modos de ver e agir dentro desse espaço. Não respeitam nossos modos de pensar, nossos rituais sagrados e ainda nos exigem estar "fantasiados" de como eles acham que o indígena é, para podermos conseguir um lugar de fala, resistimos.

A antropologia foi por muito tempo, uma grande escrita ficcional sobre corpos divergentes, isto é, no sentido de uma narrativa inventada a partir da perspectiva imaginativa branca-eurocêntrica acerca do outro e ainda permanece assim para muitos cabeça-branca, seus usos foram, ou mascarados ou explicitamente cheios de preconceito e pensamentos "clássicos" ou "pioneiros" que não nos levam a lugar nenhum, a não ser, para ver o atrofiamento do pensamento colonizador branco. Alguns de seus pensadores, nos vêm como bárbaros, primitivos, cabeças chatas (ABREU, 1998), mas a origem de suas falas está focada na dominação, na escravização, no roubo e na violência com sociedades que agem de forma diferente do que eles chamam de civilização⁵. Mas será mesmo que o auge da civilização está neste lugar? Nunca estará e nunca esteve. Seus pensamentos não conseguem acessar conhecimentos ancestrais e suas mentes limitadas não os permite enxergar o outro como um igual, muito menos a natureza como um ser. A pesquisa para o indígena se dá em ação participativa como sugere a indígena atualmente deputada estadual pelo estado de Minas Gerais, Célia Xacriabá:

Vale ressaltar, enquanto metodologia de trabalho, a importância e o diferencial da postura do pesquisador indígena que se apresenta por meio de uma *pesquisa participa(ação)*. Nesta forma de abordagem, o pesquisador indígena trata “o outro” não como um objeto de

⁵ Civilização, Dzébuangá mó mecü andé burécü tidacrú dupariá wohoyé ninhoá. Termo utilizado pelos colonizadores e igreja cristã, para assegurar seus direitos à dominação, escravização e violência contra outros povos de diferentes cosmovisões e espiritualidades.

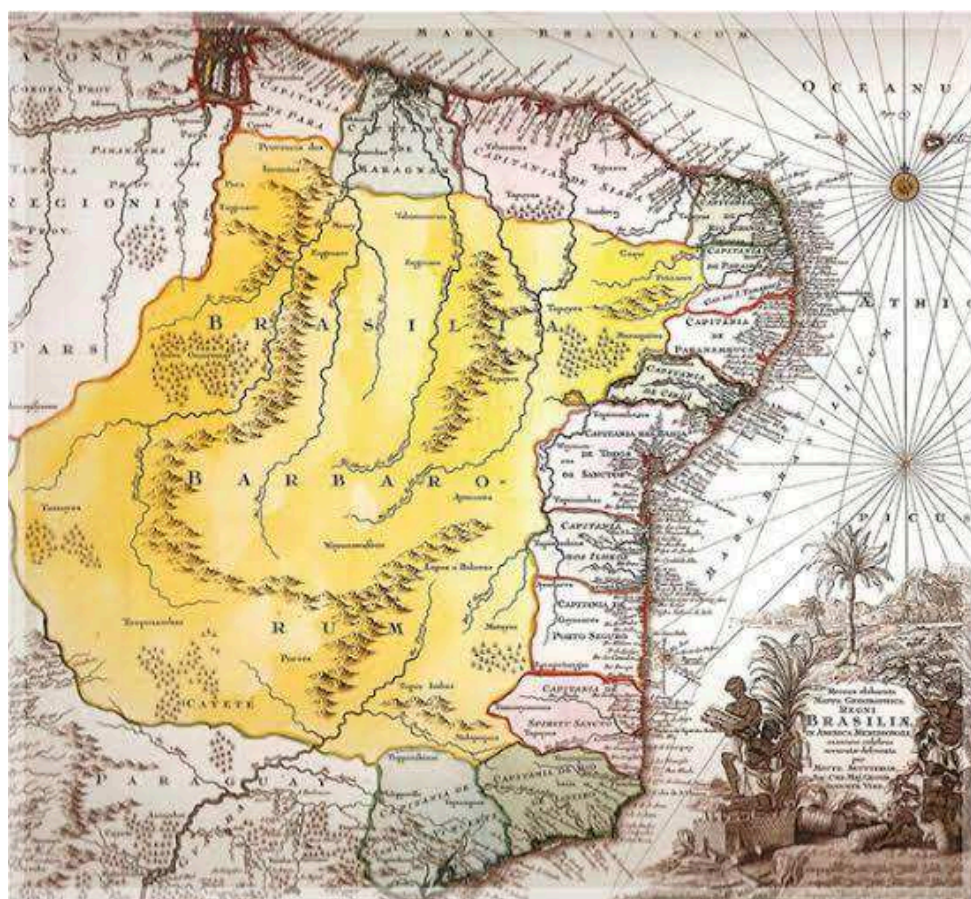
pesquisa, e sim como colaborador, e mais do que isso, como co-autor da pesquisa. Nesta forma de pesquisar existe uma relação de co-implicação entre o sujeito pesquisador e o conhecedor co-autor. Um elemento fundamental nesse sentido consiste em exercitar o estranhamento daquilo que já me parece tão familiar, e isso orientou os diálogos que construímos durante a realização da Oficina Reativadores de Memória. Nesse sentido, é preciso ter uma intencionalidade de “esquecer”, “esquecer” o que tomamos como pressuposto. E isso não significa um distanciamento, mas é uma forma de esquecimento para haver estranhamento. Distanciamento é uma palavra muito violenta para nós, povos indígenas, já que não dá para despir o corpo do território que nele existe, mas dá para deslocar a existência deste corpo-território como exercício do fazer epistemológico, por meio de uma operação mental que torne possível revisitar aquilo que já conhecemos, iluminando alguns pontos. (XAKRIABÁ, 2018)

Diante a própria história da antropologia, precisamos ter falas dos indígenas como referência, pois o pensamento vigente perpassa por pensadores como Morgan, considerado um dos pioneiros da antropologia evolucionista, “a sociedade é dividida em períodos étnicos, com uma escala que orienta para saber se a “sociedade humana” é selvagem ou civilizada, sendo divididos em três períodos de evolução: selvageria, barbárie e civilização” (MORGAN, 2005). O que podemos observar neste modo de pensar é que parte do pensamento antropológico ainda vigente, se estruturou de modo racista e simplista. Ou seja, este tipo de projeção, coloca povos com culturas diferentes como primitivos ou bárbaros, o que ainda permanece até os dias atuais como podemos observar no estado brasileiro onde os povos originários são tratados como inferiores em suas culturas e modos de existir. A meu ver, frutos ainda destes pensamentos evolucionistas.

Segundo essa escala proposta por Morgan (2005), muitos dos povos indígenas estariam sempre abaixo dos “civilizados” europeus ou “intelectuais”. E povos que trabalham tradicionalmente com cerâmica, caça, cultivo e pesca estariam no período entre primitivos e bárbaros. Contudo, ao observarmos essa abordagem, torna-se evidente que, desde os primórdios do pensamento antropológico, uma estrutura racista e heterogênea já estava enraizada. A persistência dessas ideias se manifesta até os dias atuais, refletindo-se, por exemplo, no tratamento dispensado aos povos indígenas e quilombolas no contexto brasileiro. Essa perspectiva antropológica histórica ainda influencia a forma como essas comunidades tradicionais são percebidas, muitas vezes sendo erroneamente (ou propositalmente) consideradas como primitivas ou bárbaras. Essa atitude desdenhosa em relação às culturas e modos de existir dos povos originários e tradicionais contribui para a

perpetuação de estigmas e preconceitos, evidenciando que, em alguns aspectos, ainda somos herdeiros desse legado evolucionista, pois ela está e esteve presente desde nossa alfabetização nas escolas, no meu caso pública, o que demandaria uma reflexão mais crítica e a promoção de uma abordagem mais inclusiva e respeitosa na antropologia contemporânea, mas como desfazer a cabeça de antropólogos velhos e engessados em seus livros de consulta? Quanto tempo um mapa influência no pensamento como este elaborado em 1770 pelo alemão Georg Seutter, chamando a região que resistia contra a colonização do Brasil Bárbaro, por não se renderem a violência dos colonizadores (Mapa 1).

Mapa 01 - "Brasilia Barbarorum"



Fonte: Google Arts & Culture.
Elaborado por Georg Seutter 1740

Desse modo, nosso povo estaria classificado aqui como *Bárbaro*. Não iremos fugir desses termos, mas resignificando, pois não nos consideramos civilizados como os brancos, que destroem a natureza com sua civilização. Preferimos ser

qualquer outra coisa, que consideramos iguais aos brancos colonizadores. O Tsohóá Kariú Kariri travou diversas linhas de resistência juntamente com outros povos na Confederação dos Cariris ou Guerra dos *Bárbaros* que durou mais de 100 anos, justamente nesta região do mapa *Brasil Bárbarorum*, ao qual cabe um aprofundamento específico em outro trabalho. Mesmo resistindo, o poder de fogo sempre foi maior por parte dos colonizadores. Para fugir de um provável extermínio. Assim como outros povos foram expulsos, dados como extintos tal como aconteceu no estado do Ceará em 1863 (ANTUNES, 2012) ou fugiram de seus territórios, sendo obrigados ou estrategicamente, mantendo-se em silêncio por séculos. Tal violência não cessou com o tempo, mas sempre perdurou e perdura com os povos originários até os dias atuais. Compreendemos que é muito importante falar sobre nós e contar nossa própria história, estamos aqui. Não nos calaremos diante da opressão do sistema e mesmo sem o domínio da escrita colonizadora, ao qual nem queremos, pois é uma língua marcada com o sangue de nossos ancestrais, continuaremos a resistir com a nossa espiritualidade, cultura e língua viva.

Mécü méapryh mépedy.

Ressalto para o leitor não-indígena, que nossa língua não tem tradução literal para nenhuma outra língua embora tenham dicionários disponíveis, pois é uma língua viva e que fala ao espírito. Durante o processo de colonização, não foi respeitada a nossa língua, sendo violada pela Igreja Católica Apostólica Romana com diversos catecismos, chegando a criar bíblias específicas para doutrinar nosso povo (MAMIANI, 1877; NANTES, 1709), nossas línguas eram arrancadas e nosso povo morto, só por falar em nossa língua sagrada.

Hoje, não mais ficaremos silenciados por nenhum opressor que às vezes se disfarça de professor ou está presente em estruturas educacionais. Tudo depende de como as pessoas escolhem se posicionar no mundo Doyghy⁶. A história de brutalidade e supressão não persistirá, pois resistimos. Nos recusamos a ser silenciados e, no presente, estamos reconstruindo nossa identidade linguística e memória antiga-presente-futura. A revitalização da língua indígena não é apenas uma questão de preservação, mas um ato de resistência ativa, buscando reencontrar e transmitir a riqueza de nossa cultura, espiritualidade e modo de pensar a/na sociedade.

⁶ Doyghy, universo presente com todas as suas formas, sentidos e existências.

Nossa luta constante na busca pela reaproximação de nossa língua ao que já não mais se lembram, desafia as narrativas históricas de subjugação, e cada passo nesse processo é um ato de reafirmação de nossa existência e diversidade. Ao reivindicarmos termos como "resistência", "vida", "cultura" e "povo", estamos construindo pontes que transcendem as sombras do passado colonial e catequizador. Este é o momento de reconhecer e valorizar a singularidade de nossa voz, promovendo diálogos que respeitem e celebrem a diversidade linguística e cultural de nossos povos indígenas. Não somente a nossa existência, como também a de outros povos da Nação Kariri foram dados como extintos e reafirmados por antropólogos e pesquisadores como Pompeu Sobrinho em seu estudo sobre o sistema de parentesco do Cariris (SOBRINHO, 1947), onde o mesmo nega a nossa existência, como se o mesmo e individualmente, fosse capaz de dar conta de um extenso "censo étnico", se mesmo na atualidade, que temos diversos recenseadores e muitos aparatos tecnológicos, não é capaz de dar conta.

A questão de como humanizar o próprio estudo do ser humano, parece num primeiro momento contraditório e, não deixa de ser, mas que humanos estudam outros humanos e porque a forma de uns escreverem ou mesmos a escrita é mais válida que a oralidade, os grafismos ou culturas por elas mesmas manifestadas? Dentro deste contexto, esta abordagem ao qual escrevo, representa um ato de resistência, demarcação epistêmica e proteção contra diversas formas de violação que permeiam o processo de criação acadêmica indígena, desde a falta de oferta de estudiosos originários ou o que chamo de "pioneiros antropólogos indígenas", a falta de sensibilidade por parte da própria estrutura acadêmica, que se finge acolhedora, mas que a todo momento se aproxima de um cenário, ora distante, ora próximo de um regime pombalino que historicamente nos cerceava.

Sendo assim, a escrita deste trabalho, se dará de formas intercaladas, não-lineares e não-convencionais a um trabalho acadêmico, não deixando de trazer as referências bibliográficas, mas dando ênfase primeiro à escritas e falas de indígenas e não-brancas. Não somente o nosso povo, mas todos os outros que passaram pela escravização e que resistem, devem ter o direito de narrar a sua história do "brasil", ou seja, aquelas que não foram contadas nas escolas das cidades e que não está nos livros, mas que está presente na memória dos mais antigos, na oralidade do povo, na Terra, nas Árvores, na Encantaria e nos objetos e

coisas que foram sendo guardadas em casas ou expostas e empilhadas nos museus das cidades. Mas me pergunto e lanço essa pergunta ao passado-futuro-presente, onde estão os indígenas expulsos dos seus territórios ou, que fugiram diante da escravização e de toda violência da colonização? O que carregam em suas memórias e corpos-sementes, que marcam estas ancestralidades e identidades tão questionadas pelo sistema e pensamento colonial? A colonização acabou? Quando um indígena que teve sua trajetória silenciada e apagada nos livros do colonizador, começam a evidenciar suas memórias coletivas, do que o *Estado* tem medo? Do que a academia tem medo? Compreender, ouvir e coabitar sem hierarquia cultural-identitária com os mais de trezentos povos vivos no Brasil, não seria um movimento necessário “reflorestar mentes” e para “*desconcretar*” o pensamento superior, ou a academia, ressaltando o campo da antropologia, ainda continuará ver todos os povos indígenas, ou não-brancos, como primitivos? para o antropólogo indígena Gersem Baniwa, tal fator no campo da educação se apresenta muito mais do que um racismo étnico:

O primeiro pressuposto é o do racismo, cuja prática sistêmica na sociedade brasileira é, para mim, um fato inquestionável. Não é apenas racismo étnico, é também e, sobretudo, cultural, étnico e epistêmico. Racismo contra os povos indígenas é parte constituinte da cosmologia e da cosmovisão do ocidente europeu. A organização do pensamento, do conhecimento e das crenças está posta sobre a compreensão da natural e divina inferioridade de outros povos, culturas e civilizações não europeias. Então a questão é se perguntar: De onde se origina e o que sustenta o racismo estrutural, sistêmico e subjetivo na sociedade brasileira contemporânea? (BANIWA, 2019)

Dentro da academia esse fato não se ameniza, mas se expressa de uma forma muito mais acentuada, pois envoltos de seus títulos, o conhecimento que vem de outras epistemologias, principalmente indígenas, são inferiorizadas, mesmo quando possuímos os mesmos títulos. Nos perguntamos porque é tão difícil pensar os povos indígenas como culturas distintas, em vez de deixar manifesto tão explicitamente os estereótipos e preconceitos construídos desde dos primeiros contatos. E mesmo dentro dos cursos de antropologia, campo da ciência que mais se aproxima dos povos indígenas, essa situação não se modifica como expressa o parente Baniwa:

(...) quando eu chego à minha universidade e entro na sala de aula, ou quando vou conversar com técnicos e dirigentes para tratar de questões cotidianas, aquilo que li perde o sentido. Porque o que vejo é desconhecimento, ignorância, preconceito, discriminação, racismo

por parte de muitos, de gestores a professores. Então, trata-se de procurar entender por que tanto preconceito, particularmente no que diz respeito à temática indígena. Obviamente que é o campo no qual eu vivo procuro compreender e me situar.

Com um pouco de domínio da literatura ocidental europeia começo a entender e identificar a possível origem do racismo que assola nossa sociedade. Percebo que o racismo é de ordem civilizatória, cosmológica e teológica na medida em que está referenciada nas interpretações cosmológicas das sociedades europeias, representadas pelas culturas gregas, judaico-cristãs e romanas. São culturas e civilizações que sempre se autoproclamaram únicas, verdadeiras, privilegiadas e superiores ou até mesmo escolhidas por Deus, em detrimento de todas as outras culturas e civilizações. Basta lembrar que, de acordo com a Bíblia sagrada do Novo Testamento, Deus escolheu o povo hebreu como seu povo – povo escolhido e ungido. Ora, ao escolher o povo hebreu, preteriu outros povos. Até onde sei, os europeus se consideram herdeiros das civilizações hebreias, gregas e judaico-cristãs. (BANIWA, 2019)

Peredy anéá dzudé deseí ané sembohó yetçändé. Ané andé anébu tidacru baray ay wówó mó tsohá wówó ayby txôdjôkié mó tihwy dzudé samy andé dî krody mó dzudé netó. Dzudé netó pidé assang dzudéá raddá retsè kerú andé misãá. Mepliapé andery ay krodyá mó dzudé txôdjôkié.

Meu nome em nossa língua ancestral é *Amõkanewy*, cujo um dos significados é: “as plantas renascem em suas sementes boas sobre a terra”, ao longo da vida, em nosso povo, podemos ir recebendo outros nomes de acordo com os rituais que tivermos passado. Embora hoje, minhas raízes indígenas estejam fortes e interligadas, durante todo o processo de educação formal em escola pública da periferia de São Luís/MA, esse pertencimento foi negado da mesma forma que para os parentes no Acre, negligenciado e inserido outro lado, diante da catequização, ainda vigente, pois, do jardim de infância até a 8ª série (atual 9º ano) foram aproximadamente 220 “pai nosso” com “ave maria” por ano, retirando fins de semana e feriados, somando aproximadamente, em 11 anos, um total rezas obrigatórias de 2420, pode parecer, ser pouco para uma pessoa que reza o terço, mas para quem tem que fazer isso sem seu consentimento e vendo sua cultura e espiritualidade, sendo banalizada, mitificada, folclorizada, inferiorizada e demonizada, não compreende o quanto isso é perverso para as culturas originárias. Ainda dentro desse “*Kit-Colonização*”⁷, vem junto a nacionalização brasileira, onde aprendemos que os nosso heróis são os Generais, Presidentes, Imperadores, Princesas, de tal forma que devemos obedecer ao estado, sem aprender ou

⁷ Kit-Colonização, metáfora para exemplificar os aparatos utilizados pela Igreja e Colonizador para subjugar povos indígenas ou considerados inferiores diante do olhar europeu.

entender os direitos, mas monitorados a cumprir todos os deveres e sendo constantemente vigiados, para sempre habitar padrões de comportamento, roupa, fala, gênero, sexualidade e cultura. Nascemos pecadores e devedores do estado e pagamos com tributos, suor, sangue, trabalho: seguir sem questionar e se há muito questionamento, somos facilmente eliminados como num jogo, onde os não-brancos são apenas peões num jogo de xadrez.

A maioria dos escritos sobre o povo Kariú e sobre a nação Kariri, vem de textos dos elaborados por missionários jesuítas ou por antropólogos não-indígenas. De um modo tão exorbitante que para nosso povo, foi elaborada, se assim posso dizer, uma bíblia específica para nos catequizar: os *catequismos* (MAMIANI, 1877; NANTES, 1709) e um esforço constante para exterminar nossos rituais (BORGES, 1983). Desde os primeiros contatos até agora ainda tentam minar nossas formas de pensar e existir, assim como fala a Doutora em antropologia Adjú Kariú em seu artigo onde reivindica o território epistêmico:

Os professores/as me incentivavam a desaprender as “superstições” para abrir a cabeça para o “conhecimento”, de modo que, comecei a negar a mim mesma em busca de aceitação naquele novo lugar que era a escola. (ALVES, 2019)

Está escrevendo hoje é uma conquista para toda uma comunidade, que acredita muito que essa escrita pode fazer alguma diferença e acreditamos juntos, mesmo que não seja compreendido o grande esforço que é transcrever ou inscrever um modo de pensar, sem ser na sua língua originária. Viver, já parece uma conquista quando você não nasceu em *berço esplêndido*, mas entre a cruz e a arma, que mira até nossos pensamentos. Não somos objetos, nem pesquisa, nem de experimentos acadêmicos que nos avaliam, já tendo seus resultados pré-estabelecidos como se nosso conhecimento fossem frutos de ignorância, primitividade ou senso comum, mas essa é uma questão de *opinião branca* e esse é um dos *obstáculos epistemológicos* (BACHELARD, 1996) a ser superado para leitura desta *borduna*⁸ ou como fala Baniwa:

⁸ *Borduna* é um tipo de instrumento de caça e guerra feito a partir de galhos de árvores pesadas (angico, jucá, jurema, aroeira), que são usados para matar animais ou para defesa na guerra. Instrumento muito utilizado para matar colonizadores nos anos iniciais de encontro com essas pragas nos territórios indígenas. (NOTA DO AUTOR)

Se isso minimamente não for compreendido e aceito, qualquer diálogo se torna inviável ou, pelo menos, improdutivo e não prosperará para além das formulações retóricas e teóricas muito bem elaboradas, mas impraticáveis. (BANIWA, 2019)

Venho de uma formação acadêmica em Arte-Educação na UFMA, onde também há pouco esforço para epistemologias e culturas indígenas, pois até hoje, não há presença de professores indígenas. Decidir cursar um mestrado na área de Antropologia, vem de uma necessidade e demanda coletiva, que não se limita a minha etnia, mas a questões emergentes que atravessam diversas comunidades ao qual tenho relação nas lutas e com a própria terra. Durante o período das disciplinas do mestrado tive somente uma referência teórica indígena que foi a intelectual Maori, Linda Tuhiwai Smith, da Nova Zelândia. Ela foi um dos únicos afagos ao coração que li neste processo, pois ela fala de um lugar próximo ao meu, onde sempre somos colocados como objetos de pesquisa e nossas falas são sempre colocadas nestes lugares inferiores e como se, nós mesmos, não pudéssemos falar nossas histórias sem esse mediador branco (SMITH, 2018). Houveram muitas discussões fervorosas, muitas delas pela não compreensão ou aceitação da minha cultura, língua, existência, pois em alguns momentos fui convidado a abandonar o curso, o que me sustentou e me fez permanecer, foi a necessidade e força de minha comunidade. Tal fato resultou na possível contratação de um primeiro professor indígena para o programa, ao qual fiquei sabendo recentemente. No pensamento flecha de Baniwa esse fato se dá por uma questão de ego e insegurança:

Afinal de contas, qual outro branco poderia questionar as verdades (interpretações) construídas por especialistas, os etnógrafos e etnólogos? Acontece que agora, lá estão os indígenas etnógrafos e etnólogos, elaborando etnografias, suas autoetnografias ou até mesmo suas autobiografias, com legitimidade e propriedade intelectual enquanto membros nativos dos seus povos estudados, que conhecem suas histórias, dominam suas línguas e vivem as culturas e tradições. Isso deixa qualquer antropólogo não indígena incomodado e preocupado, pois gera insegurança no seu fazer antropológico no campo da etnografia e etnologia. (BANIWA, 2019)

Dzudenunú pidé ybá. Escrever na língua Kariu Kariri, não acontece para ofender e muito menos para agredir ninguém. Nossa língua sagrada resiste há mais de cinco séculos de violências, proibições, cortes físicos e espirituais, nossa língua é expressão de nossa cultura, espiritualidade, resistência, traz em sua essência

pywönhé união e assim acontece com quem se permite, mas, para os que veem nossa língua como ofensa e transgredindo manuais, ela nunca chegará ao seu espírito e serão somente palavras vazias ou flechas certeiras em seu racismo.

Na escrita de minha monografia trouxe como tema a arqueologia dos objetos, onde este nos altera, assim como nós os alteramos, sendo isso um fato imutável, a superfície faz parte de quem nós somos e os elementos por nós gerados ou por outros, também são capazes de fazer com que nossas subjetividades sejam alteradas. Na cosmovisão do *povo das águas Dzutsó Kariú*, temos ancestrais que são pedras, rios e árvores, modo de existir que nos permite enxergar toda a natureza à nossa volta como parte de nós e isso é algo natural, diferente do que chamo de *Estado Civilizatório*, onde tudo que seja *não-humano* é somente matéria prima para uso descontrolado, pois para estes, nada têm espírito, e talvez nem eles mesmo.

Durante a escrita deste trabalho, foi disponibilizado na Web, um dos primeiros sites de IA (Inteligência Artificial) generativa, essa tecnologia já tem ruído o sistema acadêmico, pois ela consegue elaborar textos complexos e com linguagem comum ou acadêmica e que pode facilmente, daqui por diante, terem diversos textos sendo produzidos por IA, passando despercebidos pela análise das bancas, como eu mesmo já observei acontecendo. Não quero aqui, trazer essa questão como uma *coisa ruim*, mas como o próprio sistemas de avaliação “europeizado” é algo falho e primitivo.

Trouxe esse elemento como filosofia, pois todos estamos sendo alterados constantemente, desta maneira a ideia de *tradição indígena* como algo estático, precisa ser abandonada na leitura dessa escrita, assim como as concepções, estereótipos e manuais de como um indígena deve se vestir, ser, falar, viver, ter, amar e lutar: a ancestralidade do futuro é o agora. Acredito estar surgindo neste momento uma outra forma de perceber a antropologia, onde a máquina-objeto-pensante criado, não se contrapõem, mas se estende à subjetividade dos seres vivos, e traz novas perspectivas de compreensão de um todo, numa complexidade inalcançável somente com o cérebro humano, talvez não mais homo-sapiens, mas homo-virtualis ou melhor virtual-sapiens. o que permanecer de humanidade?

Na cosmologia Kariú, a oralidade e a presença, a natureza e a ancestralidade, o espírito e a matéria nas relações com o exterior, não somente o intelecto ou a episteme pura, as relações são fundamentais para *Anéméniñoá*⁹, até mesmos as relações virtuais fazem parte de como convergimos com as outras *swbaté epistemes, culturas, filosofias, modos de plantar e existir*. Podemos entender tal facto como um tipo de *samywówó modulação cultural*, onde os indivíduos, não se fixam, mas recombina livremente, alguma conscientemente, quanto a traços culturais que são demarcações precisas de um grupo pessoas. No entanto, está modulação cultural, pode vir de uma consciência coletiva, aceitável por ela, assim como temos junto ao povo Kariú Kariri. Não é só aqui um caso de compreensão, mas de aceitação de um modo cultural complexo e que não se encerra em termos prontos ou conceitos elaborados, estes se modulam e caminham por um trajeto que não tem limites fronteiros ou linhas divisórias, a todo o momento e o de estiverem estes corpos-*samywówó*, podem ir e voltar.

Wbykró 01, 02 e 03 - Samywówó Kenayra



Na primeira imagem três indígenas Kariú Kariri do Rio Amônia com vestimentas culturais e grafismos Kariú Kariri, a terceira da esquerda e nas duas imagens seguintes termos, Kenayra Kanglistxhuy, que é Ashaninka de Paí e Kariú de Mãe. Na segunda imagem temos ela sozinha com uma Cusma de tecido mais fino usada somente pelos Kariú Kariri no cotidiano e Kouká Kariú de penas. Na terceira imagem acima, temos a indígena usando uma Cusma com grafismo Ashaninka. A Cusma é um traço cultural específico dos indígenas desta região acreana.

⁹ *Anéméniñoá* - refere-se ao modo de pensar distinto de cada povos indígena conceito explicado mais à frente.

A antropologia que foi usada pelo colonizador para dominar e manipular, precisa aderir novas perspectivas epistemológicas, se desejar permanecer viva e sair do “coma” ao qual os ATs (Antropólogos Tradicionalistas¹⁰) parecem estar, diante da crescente antropologia não-branca e a desconfiança quanto a presença de ATs nas comunidades. No artigo *Antropologia e Colonialismo* da antropóloga Diane Lewis podemos ter um recorte bem descrito sobre este pensamento:

Desde que a antropologia surgiu junto com a expansão da Europa e a colonização do mundo não ocidental, os antropólogos se viram participantes do sistema colonial que organizou as relações entre ocidentais e não ocidentais. Talvez seja mais do que uma coincidência o desenvolvimento de uma postura metodológica, a do outsider, e uma abordagem metodológica, a "objetividade", que, em retrospectiva, parecem ter sido influenciadas e, por sua vez, apoiadas, o sistema colonial. Esse ponto de vista, baseado na análise do papel da antropologia no Ocidente, merece ser elaborado, pois lança uma luz considerável sobre a atual desconfiança dos antropólogos entre os povos não ocidentais. (LEWIS, 1973)

Dessa forma, esta pesquisa traz como território epistêmico *Anemênĩñoá Mekabú Pensamento Originarial*, que é necessariamente disruptivo, demarcatório e manifesta um desejo coletivo de um povo para o *wtcheghy agora-futuro-passado*, pois no presente lutamos para resguardar nossas memórias, em meio a rios secos ou poluídos, grilagens de nossos territórios, cercas nos igarapés, nascentes sendo contaminadas pelo mercúrio que forjam alianças de uniões na igreja ou nos pescoços ou estômagos dos ricos. Somos ainda, objetos de estudo e temos nossas vozes diminuídas diante de grandes corporações que comem dinheiro e consomem a terra numa força voraz, que de nossas aldeias, quilombos e periferias, ficamos ainda sem ter condições de fazer muito. Resistimos. Meus avós, meus pais, meus tios não tiveram formação acadêmica e mal o básico, assim, sou o primeiro de meu *clã yetçãmyápy* a entrar na universidade, habitando sonho familiar, ou mito capitalista, de que isso fará com que as coisas sejam mais fáceis ou melhorem. Embora isto não queira dizer, que não há felicidade no caminho, este saber aqui

¹⁰ ATs (Antropólogos Tradicionalistas) numa analogia a ETs (Extraterrestres), pois assim consideramos antropólogos que permanecem utilizando do pensamento do *pioneiros da antropologia* para se arremessar sobre territórios e culturas distinta das suas, se enxergando com superioridade e civilização intelectual com seus títulos e estudando povos não-brancos como primitivos ou de culturas inferiores.

descrito é um rastro que precisamos fazer, mais do que desejamos, sinto como se ainda estejam vistas como escritas rupestres, exóticas, primárias. Nosso desejo é ter terra, rios, nascentes, árvores crescendo e respeito às pluralidades dos pensamentos originários e povos sem dominação ou *hierarquias* que não sejam mutáveis constantemente. *Duwtchémè nós falamos com o tempo*. Já vivemos e sabemos viver assim, não é ideologia vazia.

Anémênĩñoá Pensamento Originário é uma flecha lançada em direção ao pensamento colonial ainda vigente. Pode ser transcrito como uma das raízes de uma filosofia cultural originária, mas que se complexifica quando se encontra com corpos/objetos que trazem em si o pensamento colonial como princípio orientador das ações. Este pensamento não é fixo ou possui um conceito concreto, pois permeia de diferentes formas orgânicas para cada cultura originária, as quais, têm filosofias e modos culturais e sociais diferentes ou divergentes. *Anémênĩñoá* tem uma forma orgânica e que em contato com o vírus do pensamento colonial dá origem ao presente estado entre colono e colonizador, onde as superfícies se tornam confusas, duvidosas e atritantes em essência.

2.1. **Petekerá:** Narrativas sobre o sonho e a ficção da realidade

Toda narrativa perpassa uma ficção, ou um mito primário, se não levarmos em conta as estruturas culturais hegemônicas que deságuam em hierarquias tão bem expressas que consomem ferozmente as outras formas de ver em distintas culturas. Quando vemos estas "formas de ficcionar/ teorizar" pelo viés da ciência na lógica acadêmica, nos restringimos a assimilar que culturas ancestrais sempre tiveram que lidar com as mesmas situações de outras formas e que são primitivas e inadequadas. Se projetamos as nações como "comunidades imaginadas" como sugere Benedict Anderson (2008), a ficção é uma deriva necessária para que as imagens se criem nos imaginários. Mas em que galerias estão todos estes filmes ou em que estantes estão expostos estes livros, ou melhor, quem leu ou viu todas as narrativas para criar uma narrativa ficcional "deslinear" do tempo e espaço que nos conduza a uma visão nítida sobre as sociedades? As fronteiras (territoriais ou conceituais), foram impostas por colonizadores e estas são as mesmas solicitadas pelos próprios, como viés de legitimação de identidades e ou pertencimento, quando estritamente registrado.

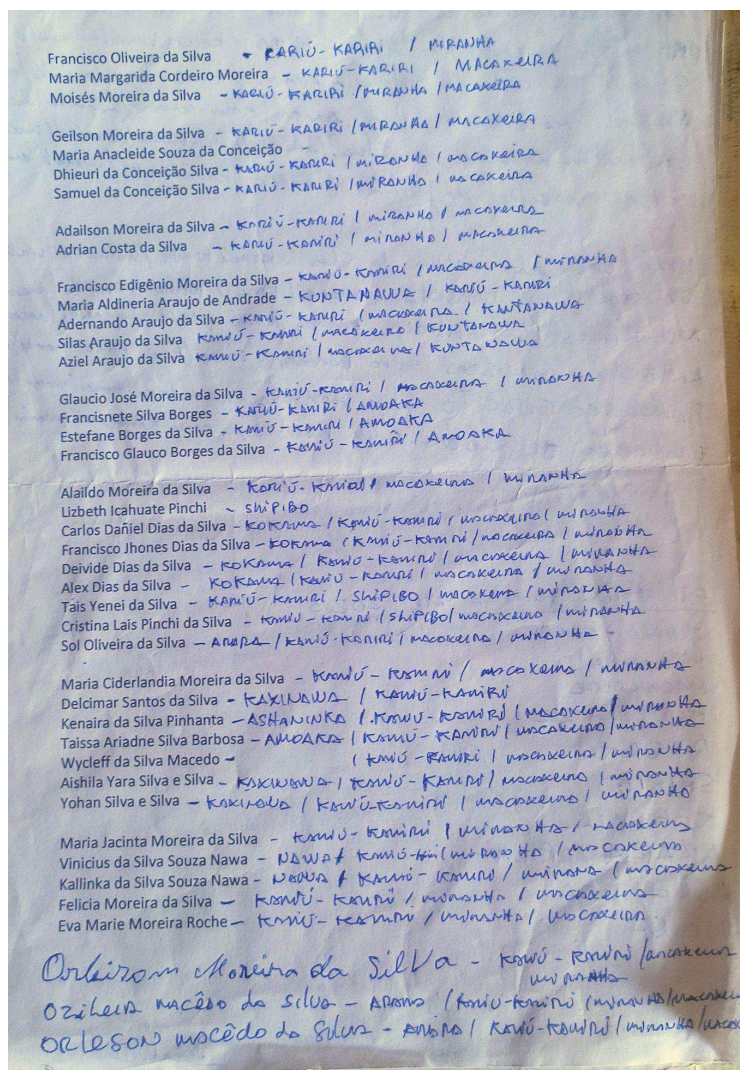
Neste sentido, Stuart Hall traz questionamentos interessantes, pois, "Onde começam e onde terminam suas fronteiras, quando regionalmente cada uma cultural e historicamente tão próxima de seus vizinhos e tantos vivem a milhares de quilômetros de "casa"? Como imaginar sua relação com a terra de origem, a natureza de seu "pertencimento"?" (Hall, 2003) Enquanto povos originários, sem escrita serifada ou padrões Alfabéticos, são colocados como bárbaros, pelos civilizados ou pacificadores, mas e nossos grafismo, nossa forma de escrita com a natureza porque não podem ser vistas como escrita? quando temos o olhar reverso para os colonizadores, as formas de se relacionar com a mãe terra e com os outros povos, poderíamos, colocá-los como os mais bárbaros, mas não somente, suas palavras são fundamentadas numa ignorância profunda e na ausência do espírito, que eles mesmos diziam que nós não tínhamos/temos. Percebo na fala de alguns professores, que já nos orientaram como um escolha simples ou relativamente óbvia, escolher estar no mestrado ou na "militância", que as relações acadêmicas podem ser opressoras e caminham como formas de de-subjetivação, ou seja, não

confluem com as diversas formas de estar no mundo e se restringem apenas a uma orientação banal da ficção memorial do tempo.

Para o povo Kariu Kariri não há distinção entre trabalho, arte, ciência, medicina, espírito, "militância" ou vida acadêmica, mas que todas fluem e se auto-influenciam na direção que a natureza quer, os elementos que se inserem se subjetivam em nossas formas de perceber, não subtraem quem somos. Sendo de uma forma ou de outra, a organização do tempo na academia só fluiria em uma direção única, o que proponho pensar é uma relação paralela ou *confluente* como falou Nego Bispo, a escuta é fundamental para nossa cultura, mas a escrita, categórica e referenciada é fundamental para a cultura atuante dentro dos centros acadêmicos. Vejo que romper com essas estruturas estruturantes, são fundamentais para que outros pensamentos possam convergir e criar narrativas coexistentes e não hierárquicas. A criança e o velho, ambos tem suas sabedorias, todos devem ser igualmente importantes em seus posicionamentos e, o meio aqui é a compreensão singular de cada questão. Cursar antropologia sendo indígena, tem hora que dá muita dor de cabeça. Falo isso no sentido de que a maioria dos textos não foram elaborados a partir da visão do indígena, mas pela perspectiva do observador colonizador contratado para tal ou em situação de catequização, quando as duas não estão juntas.

Neste sentido, os textos pioneiros da antropologia quase sempre apresentam os indígenas como um ser primitivo, sem cultura ou de cultura inferior, de religiosidade inferior ou inexistente que deve ser preenchida como cristianismo. Estar nesse processo de escuta e leitura, às vezes é como se auto analisar, ser objeto de si mesmo em determinadas situações.

Figura 01 - Multietnicidade Kariú Kariri



Fonte: Registro do Autor.

Nomes seguidos de raiz indígena paterna e materna dos Kariú Kariri do Rio Amônia.

Quando Stuart Hall fala: "Na situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas" (HALL, 2003), ao falar das comunidades caribenhas, faz também muito sentido para contexto da *dñakorã* do povo Kariú Kariri, pois, precisamos compreender que a vivência e relevos culturais acontecem nesses percursos, nas paradas, e no ponto em que estas comunidades estão atualmente convivendo internamente com mais de 10 etnias distintas (Figura 1).

Desse modo, pensar uma comunidade, não consiste em limitar traços culturais rígidos e passadistas, mas evidenciar as memórias e formas singulares que estão, nas intensidades que só serão assimiladas como iguais por aquele grupo restrito ou por comunidades que vivenciaram situações similares. Só sabe a dor da

escravidão quem foi escravizado também, o colonizador e seus descendentes, precisam aprender a ouvir, a academia precisa aprender a ouvir *raddámé*, pois é na oralidade ancestral de cada povo que se mantém a história viva da *terra que fala*.

Atualmente parte do nosso povo situado no Estado do Acre, mais especificamente na REAJ - Reserva Extrativista do Alto Juruá em Marechal Thaumaturgo, está passando por um processo de desapropriação por não ser reconhecido pelo estado como um povo indígena, mesmo toda a comunidade vivendo neste território há séculos e se afirmando como tal. A relação com o estado e suas linhas fronteiriças muito bem estabelecidas, põe de forma afirmativa a sua exigência cultural "tradicional", mas que traços de tradições este estado e seus agentes buscam? Daria o estado neste sentido o direito à terra originária, ao qual ele mesmo, pela "Lei de Terras" (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850) e violência colonial, impôs sua expulsão do seu território ancestral? A resposta até o momento é não, e com esta recusa em reconhecer os direitos de um povo, uma violência que não é somente simbólica, mas física, psicológica e espiritual continua a acontecer diariamente aos Kariú do Acre e do Brasil.

O que legitima os legitimadores antropólogos não-indígenas a ditarem suas ficções (teorias) sobre estes corpos? Como podemos conceber ou imaginar a identidade, a diferença e o pertencimento, após o exílio? Já que "a identidade cultural" carrega consigo tantos traços de unidade essencial, unicidade primordial, indivisibilidade e mesmice, como devemos "pensar" as identidades inscritas nas relações de poder, construídas pela diferença e disjuntura? Essencialmente, presume-se que a identidade cultural, seja, fixada no nascimento, seja parte da natureza, impressa através do parentesco e da linhagem dos genes, seja constitutiva de nosso eu mais interior. E impermeável, a algo tão "mundano", secular e superficial quanto uma mudança temporária de nosso local de residência ancestral.

A pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidades, os legados do Império em toda parte, podem forçar as pessoas a migrar, o que causa o espalhamento, a dispersão. Mas cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor (Hall, 2003). Stuart Hall ainda traz o pensamento sobre diáspora em relação ao livro de Êxodo da bíblia, ao falar do povo hebreu que foi escravizado e que retorna à terra prometida. Em que se difere aqui do povo Kariú Kariri da REAJ

que foi igualmente, escravizado em seu território, expulso e novamente escravizado nos seringais do Acre? Acredito que há duas diferenças mais evidentes, a primeira no que se refere ao processo de escrita convencional, pois nosso povo guarda suas memórias nos grafismos, em cerâmicas, nas pinturas, na memória oral, nas plantações, mas que não são válidas às expectativas colonizadoras ainda vigentes. A segunda diferença deste êxodo tradicional, se estabelece quando o Acre se tornou o lugar de existência e de ancestralidade, quando esta coletividade, já está em sua sétima geração vivendo na região. O lugar de pertencimento permanecesse igualmente, no vale do Cariri/CE, assim como em Marechal Thaumaturgo/AC.

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o "interior" e o "exterior"- entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a "nós próprios" nessas identidades culturais, ao mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornados "parte de nós", contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A Identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, "sutura") o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e previsíveis. (Hall, 2003)

Atualmente, muitos indígenas Kariú tiveram que entrar na universidade, alguns especificamente no campo da antropologia, para que tenhamos, mais que nossas histórias validadas, nossos corpos-território preservados e nossos velhos vivos, pois estes são nossos livros-caminhantes. Em nossa língua sagrada, que a custo de muita luta, resistências e estratégia temos preservado, usamos a palavra *Tsohóá* para traduzir *povo*, mas pode ser compreendida *Existimos Coletivamente*. Somos *Tsohóá Kariú Kariri*, existimos e resistimos e continuaremos guerreando contra esse sistema colonizador que dia após dia tenta apagar nossa "existência". Nossas flechas e bordunas hoje também são palavras e escritas, mas formas que os colonizadores entendem, para que chegue aos seus corações de pedra, em suas selvas de pedras, em suas casas de pedras, em seus pensamentos de pedra.

O que determina a posse da terra nesta relação onde todos os indígenas de um povo ou de outro passaram por andanças e foram igualmente escravizados? O que categoriza aqui a posse ou a expulsão de povos e comunidades, o papel ou a memória, a violência histórica ou o resultado dessa violência? Os momentos de independência e pós-colonial, nos quais essas histórias imperiais continuam a ser

vivamente retrabalhadas, são necessariamente, portanto, momentos de luta cultural, de revisão e de reapropriação. (Hall, 2003) Este autor ainda frisa que nos termos antropológicos as culturas diaspóricas são "impuras", mas coloco aqui como um ponto de diálogo, quem tornou impuro? Em qual ponto há um processo de auto-acusação, ou de outro modo, de afirmação do estado como o próprio responsável por estas culturas não estarem "puras"? Em que nível ou quem é o regulador da pureza de um povo senão eles mesmos? Mesmo os povos isolados, não estão seguros dessa pureza que exigem os documentos. Qual o nível de pureza que precisamos, para ter nossos direitos garantidos? Não seria o momento de termos uma outra forma de estado que reconheça as múltiplas faces da violência colonial e restaure as terras aos seus verdadeiros donos?

A luta pelo reconhecimento e território para o povo Kariú Kariri do Acre, traz a tona, os caminhos da resistência de um povo silenciado pelo estado e seus órgãos e que vem sendo guerreada a muitos séculos pelo nosso povo na região de Marechal Thaumaturgo no Acre, partindo de nós mesmos e sem um mediador branco e racista para nos avaliar e criar graus de legitimidade étnica para nosso corpos, costumes, vestes, rituais e espíritos.

Ay déraddá andery dicrodycelé andé cūburé kié wby. Aedzé wché kié amé cūbaty. Wché mó súá andery tayw. Kié deseneá retsé andé dese hí mó ninhóá. Kié swbatekié ay kerú ayby déraddá. Súá mará andery buré. Súá aghá andery buyê buré mó retsé andé wohoyé tsohoá.

O povo Kariú Kariri que por *exílio*¹¹, diante do processo de colonização, foi arrancado como escravo do seu território ancestral e sagrado do Tsohóá Kariú Kariri no Vale do Cariri até chegar ao Acre, um percurso maior que 6mil quilômetros passando pelo litoral marítimo, adentrando o rio Amazonas e Solimões até chegar num dos rios mais sinuosos do país: o rio Juruá, seguindo até o rio Amônia. Uma distância duas ou três vezes maior se comparado à distância entre o continente Africano e o Brasil. O exílio ao qual nosso povo sofreu, quando foram enviados em embarcações para o Acre no início do sec. XX, onde acontece diante da proposta enganosa de emprego nos seringais, mas que se torna em escravidão no primeiro

¹¹ Exílio que pode ser também chamado de *díakorã* dos Indígenas Kariú Kariri, neste caso, pelos rios e mares que se deram diante do sequestro e engano dos indígenas para serem *Soldados da Borracha* na região amazônica (1852-1877).

Ciclo da Borracha, algo que deveria ter sido de dois anos, dura até os dias atuais, mais de 100 anos, sem retornarem ao território ancestral.

Mapa 02 - Exílio/Sequestro dos indígenas Kariú Kariri



Fonte: Elaborado pelo autor

Percurso ao qual passaram os Indígenas Kariú Kariri desde o século XIX, quando se iniciaram as incursões nacionais pela Borracha.

Uns enganados pelas figuras do estado, para fugir do provável extermínio, da escravização, *currealização*¹² (Figura 2) e posteriormente da própria expulsão do território na “Leis de terras”, os Kariú Kariri resistem espalhados por diversas regiões de *Deraddá*¹³, do Brasil. Dzutsó Kinkú Ninhóá Tsohoá Kariú Kariri tçohó mededy dó yakawotçá yetçandé swbatekié. Mé buyõilhó nerú cüburé kié mará sembohó kerú andé anhy súá kié anhy.

¹² *Currealização* termo denota o tempo dos currais humanos (1915 a 1932), que eram feitos pelo governo Ceará (“currais do governo”) para construção açudes e barragens, onde os indígenas de diversas etnias Cearense e pobres eram chamados de “flagelados”, viviam em campos de concentração escravizadas nestes currais como animais como podemos lembrar da construção da Barragem de Patu, onde morreram aproximadamente 16 mil pessoas. (BARRAGEM DE PATU, 2022)

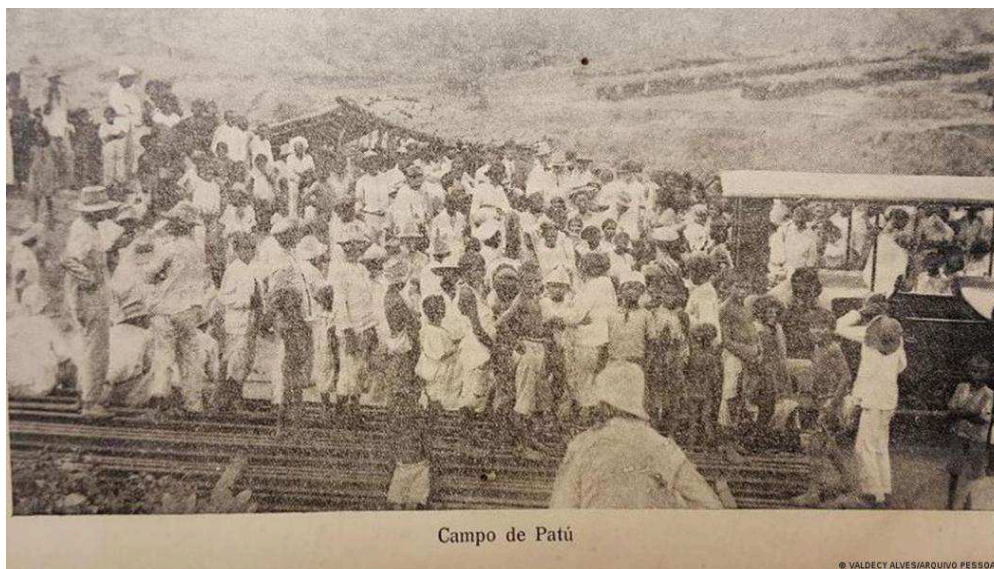
¹³ *Déraddá* é um dos nomes ao qual os Kariú Kariri nomeiam a terra ou a mãe terra, ou o que se foi forçado a chamar de Brasil.

Figura 02 - Cartaz da SEMTA



Fonte: Acervo Jean Pierre Chaboz - Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará. Cartaz elaborado para enganar as pessoas para saírem em direção a escravização nos seringais.

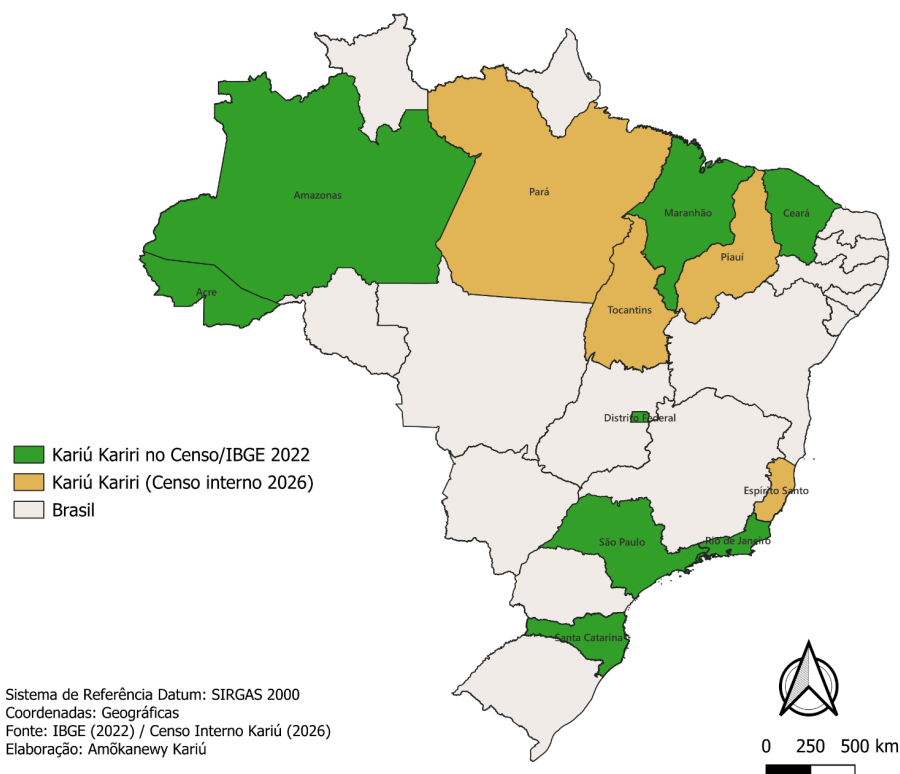
Figura 03 - Campo de Patú



Fonte: Gov.br

Patú é uma das cidade do Ceará onde aconteceram os “currais do governo”.

Mapa 03 - Presença Kariú Kariri nos estados brasileiros em 2026



Fonte: Elaborado pelo autor / IBGE 2022

Mapa elaborado a partir da rede de comunicação estabelecida do Nação Kariú.

Além do Acre, os indígenas Kariú Kariri hoje estão presentes em outros estados como Maranhão (onde nasci), São Paulo, Espírito Santo, Piauí, Ceará e outros como podemos ver neste mapa que elaborei a partir de vínculos atuais do povo Kariú Kairi (Censo interno Kariú/2026), junto aos dados oficiais do Censo/IBGE 2022 (Mapa 03).

Segundo o Censo/IBGE de 2022, com os dados apresentados em outubro de 2025, obtivemos a seguinte tabela da presença Kariú Kariri nos municípios e estados da federação como podemos ver na tabela a baixo:

Etnia 146. Kariú-Kariri: Distribuição por Município e Organização por Estado

Município	UF	Total de Pessoas (Etnia Kariú-Kariri)	% do Total Nacional da Etnia
Marechal Thaumaturgo	AC	120	53,1%

Cruzeiro do Sul	AC	9	4,0%
Tarauacá	AC	3	1,3%
Rodrigues Alves	AC	2	0,9%
Jordão	AC	1	0,4%
Rio Branco	AC	1	0,4%
SUBTOTAL ACRE (AC)		136	60,1%
Quixeramobim	CE	19	8,4%
Crato	CE	5	2,2%
Caucaia	CE	4	1,8%
Limoeiro do Norte	CE	4	1,8%
Maracanaú	CE	4	1,8%
Palhano	CE	3	1,3%
Penaforte	CE	3	1,3%
Icó	CE	1	0,4%
Quixadá	CE	1	0,4%
SUBTOTAL CEARÁ (CE)		44	19,5%
Carauari	AM	14	6,2%
Borba	AM	1	0,4%
Eirunepé	AM	1	0,4%
Juruá	AM	1	0,4%
Rio Preto da Eva	AM	1	0,4%
SUBTOTAL AMAZONAS (AM)		18	7,9%
Estreito	MA	11	4,9%
São Luís	MA	2	0,9%
SUBTOTAL MARANHÃO (MA)		13	5,8%
Guarujá	SP	6	2,7%
Santo André	SP	2	0,9%
Barueri	SP	1	0,4%
Itaquaquecetuba	SP	1	0,4%
SUBTOTAL SÃO PAULO (SP)		10	4,4%
Brasília	DF	3	1,3%
SUBTOTAL DISTRITO		3	1,3%

FEDERAL (DF)			
Rio de Janeiro	RJ	1	0,4%
SUBTOTAL RIO DE JANEIRO (RJ)		1	0,4%
Florianópolis	SC	1	0,4%
SUBTOTAL SANTA CATARINA (SC)		1	0,4%
TOTAL GERAL		226	100,0%

Dados do Censo 2022, IBGE.

A partir dessa tabela, temos a presença Kariú Kariri em 8 estados e com um número de 226 indígenas, mas sabemos internamente que estes números são bem maiores, pois a negação do registro quanto ao uso da língua foram um dos fatores utilizados pelos recenseadores para não incluir nossa etnia, segundo parentes do Acre. Já no Maranhão, alguns indígenas Kariú Kariri foram incluídos somente como “Kariri”, pelo fato de não ter a etnia Kariú Kariri na tabela do Censo/ IBGE 2022.

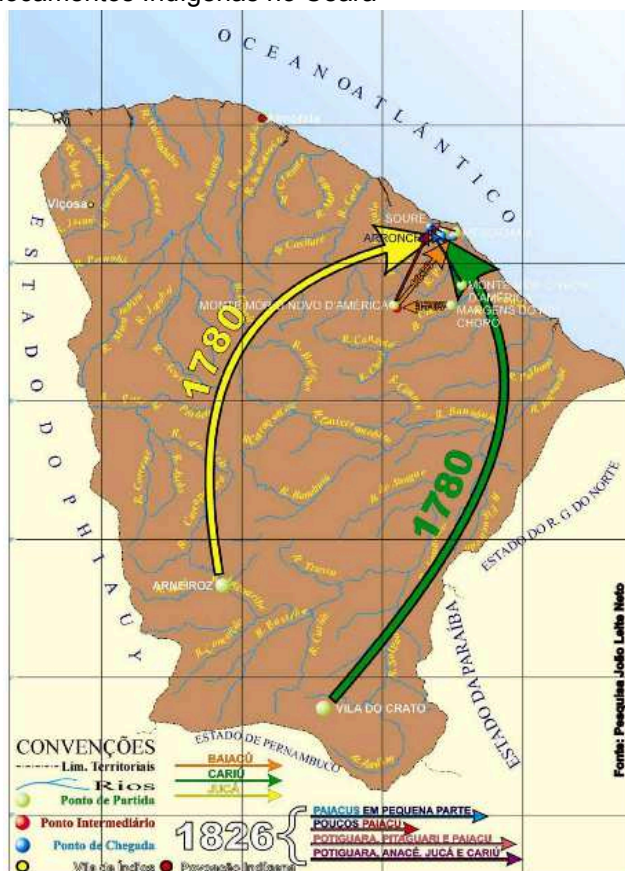
Podemos ter uma dimensão dos deslocamentos realizados pelo governo no interior do Ceará, num período anterior ao exílio para as regiões amazônicas, a partir da pesquisa de Leite Neto intitulada: “Índios e Terra”, onde elabora um mapa dos deslocamentos que ocorreram em 1780.

Esses deslocamentos do séc XIX, eram estratégicos e articulados pelo governo da província, para que estes indígenas perdessem suas ligações territoriais e se misturassem em aldeamentos com diversos povos misturados. Essa ação viria desencadear na articulação do processo de “desaparecimento” dos indígenas, não diferente de hoje, para fazerem as grilagem de terras. No entanto, os indígenas permaneciam na região e permanecem até hoje, mesmo sem saberem que são indígenas:

Os castigos constituíram forma significativa do referido processo de espoliação das terras dos índios e da construção pela elite dominante do Ceará, na segunda metade do século XIX, bem como da institucionalização do “desaparecimento” do índio, enquanto etnia diferente. Nessa atmosfera marcada por profundas incompreensões e desentendimentos, há registros de numerosas queixas movidas pelos índios, denunciando as constantes arbitrariedades praticadas pelas autoridades locais e pelos moradores. É elucidativo o ofício emitido pela Secretaria das Terras Públicas e Colonização, de 4 de julho de

1863, ao Presidente da Província do Ceará. (LEITE NETO, 2006)

Mapa 04 - Deslocamentos Indígenas no Ceará



Fonte: Pesquisa de João Leite Neto, 2006.

Na seta verde temos a referência do deslocamento do povo “Cariú” escrito com “C” em vez de “K”, como atualmente escrevemos.

Nas palavras da parente Kariu Kariri e Doutora em Antropologia Lidiane Alves (Adjú Kariú), podemos compreender estas *andanças* como uma desintegração social promovida pelo colonizador Português:

Neste sentido, fui compreendendo que a *andança* não é a responsável pela “desintegração” social do povo Kariú Kariri, pois ela desde os tempos antigos compõe o *diwóbá* (bem viver) que é modo de ser e existir do nosso povo, ao contrário, a suposta “desintegração” do povo indígena Kariú Kariri e de muitos outros povos no Brasil e especificamente no Nordeste, deu-se pela incompreensão do colonizador do *diwóbá* (bem viver) dos povos indígenas no Brasil, e pela ganância em usurpar os territórios dos povos indígenas e subjugar a mãe terra ao lucro e aos devaneios do capitalismo. (...) A palavra *diwóbá* na língua materna *dzubukuá-kipéa* do povo Kariú Kariri é a união de três palavras, que de trás para frente é *bá* (viver), *wó* (caminhar) e *di* (partilhar) essas três palavras sugerem que a “filosofia” de vida ou o modo de bem viver e existir para o

povo Kariú Kariri está relacionada à vivência criativa, à movência do e no território, a partilha interativa de alimentos, de sabedorias e de respeito entre todos os seres com os quais interagimos nos territórios corporificados e nos corpos-territórios. (ALVES, 2023)

Está, assim como a escrita de Dubo-Hery¹⁴ Adjú são *diwobá*, nossa sabedoria ancestral que permanece e nossas luta que perpassa a escrita que são memória coletiva e viva como flecha envenenada aos que tentam nos calar e flecha de proteção aos que estão ao nosso lado na luta. Nós estamos tendo que aprender diversas línguas, muitas delas dos colonizadores, para que eles nos entendam, precisamos do mesmo esforço para conosco, todos os povos originários desta terra. Aparentemente o plano de extermínio e genocídio dos povos indígenas ainda permanece desde 1500, como também para Felipe Tuxá:

Todavia, as imagens dispostas a respeito dos povos indígenas no senso comum e no imaginário coletivo brasileiro caminham na direção oposta, ao postular uma narrativa que oscila entre a negação e a naturalização da violência contra esses povos, reproduzindo ideias quase sempre de cunho racista e repletas de estereótipos sobre suas realidades de vida. Nega-se, portanto, o reconhecimento da brutalidade e do sangue indígena derramado para que o Brasil que conhecemos viesse a ser constituído. Nega-se também o continuísmo desse processo no presente, invisibilizando os seus efeitos nos indígenas que vivem hoje e que continuam travando batalhas cotidianas para que seus povos possam existir e ter seus direitos reconhecidos. (TUXÁ, 2021)

Yböá dzúwohöraddá. Somos corpos-territórios ao mesmo tempo e por isso, mesmo, o motivo de não estarmos nos territórios ancestrais com violência dos colonizadores, não arranca nosso direito a um território, identidade, cultura, memória, mas se acentua no encontro com outros povos. Corpos-território porque em nossos caminhos nascem as sementes que partilhamos com o futuro, esta é uma semente que nos olhos-terra plantaremos, mas não temos a certeza de que todo solo seja fértil.

¹⁴ Dubo-Hery, nome que damos ao professor/mestre da língua de Kariú Kariri.

2.1.2 Ybá: a mensagem dos sonhos

Como inserir a linguagem dos sonhos dentro da experiência acadêmica sem que isso pareça uma crença ilusória da realidade, ou que seja assimilada como algo inferior aos diversos enunciados teóricos que são conferidos ao escritos? De certa forma escrever sobre os sonhos, a partir da percepção, não somente dos Tsohoá Kariú Kariri, mas igualmente de outros povos originários, pode não ser um tipo de assimilação válida ao contexto acadêmico, isso, muito devido à dissociação do espírito e do corpo que este espaço coloca como distintos ou mesmo não-válidos. O sonho pode ser associado à memória do dormir e as imagens inconscientes que resvalam no acordar, mas antes disso, uma singularidade particular ao qual os ancestrais se comunicam como nosso povo.

Nosso povo se encontra nos sonhos Wanakedzé¹⁵, para dialogar sobre o futuro, presente e passado, para aprender a língua sagrada e visualizar as ações necessárias para fazer nas lutas e no cotidiano. Com a chegada do colonizador, nossa espiritualidade e nossa forma de compreender o mundo, foi sendo invalidada e colocada como inferior, e demonizada nossa forma de compreender as relações pessoais e com o Grande Espírito. Nossas línguas foram também silenciadas e fomos proibidos de falar e nos comunicarmos nela. Atualmente no Brasil, assim como em diversos países, há somente uma língua oficial e esta língua é a língua do colonizador, embora existam línguas falantes de povos mais antigos nestes territórios. Língua é espírito vivo, cultura e comunicação com o ancestral. Vincular o hino nacional a uma única língua é limitar a nação à sua maioria linguística, fazendo com que o uso dessa língua majoritária se torne o critério de controle e de definição de pertencimento à própria nação. (BUTLER, 2018) A filósofa, no início deste diálogo com Spivak, traz também um questionamento sobre a ideia de estado e nação:

Então, de saída, o termo estado pode ser dissociado do termo "nação" e os dois podem ser aglutinados com a ajuda de um hífen; mas que papel o hífen desempenha? Será que o hífen dissimula uma relação que precisa ser exposta? Será que ele marca a existência de uma fusão que se deu historicamente? Será que ele sugere uma falibilidade no coração da relação? (BUTLER, 2018)

¹⁵ *Wanakedzé é uma das formas manifestas do Grande Espírito. É a parte que nos comunica e nos direciona através dos sonhos, dos sons das flautas e das encantarias sutis da floresta.*

Não vemos o estado brasileiro como nação, temos nossa nação que chamamos de Kariri, mas pela opressão do sistema e para podermos nos locomover dentro desta estrutura ao qual fomos sendo arbitrariamente e opressivamente inseridos, precisamos reconhecer como estado e nação o Brasil. Essa situação nos coloca em um dilema, pois reconhecer esse estado, apaga nossa identidade, não reconhecer esse estado nos coloca longe de exigir nossos direitos, mas para existir nossos direitos o estado necessita de nossas identidades puras para que estes direitos sejam atendidos. Como sair desse enlace histórico? "Em que tipo de estado estamos quando começamos a pensar no estado?" (BUTLER, 2018)

Ybá em nossa língua sagrada é o sonho da existência material, a profundidade dos rios vermelhos que fluem em nosso organismos e nos fazem caminhar. Ybá é a vida. E a vida é um rio que corre. Nossos corpos são rios que correm. Nossa memória são rios que correm. Nossas resistências são rios que correm. Nossa luta é para que nossos rios continuem a correr. A ficção da realidade imposta pelos colonizadores não abarca sonhos, eles vislumbram dominação e poder, isso consome seu espírito. O que chamo aqui de *ficção a realidade* é um modo de pensar, a academia é um modo de friccionar. A ciência antropológica segundo nossa *Mékabú*, perpassa uma fricção com as epistemologias e não uma manutenção das estruturas ficcionadas nos modos tradicionais. Cada nosso povo e sua episteme, interferiria diretamente no pensamento originarial, não a tornaria aprisionada em um período evolutivo, mas expandir a capacidade humana de enxergar a vida, segundo outras metodologias de aprendizado, ferramentas de sentir ou mesmo modos de existir.

O passado enquanto memória, escrita, oral ou visual, o presente enquanto circunstância atívia de ações, o futuro enquanto consequência das relações, decisões e coalizões e o sonho enquanto instância de materialização ou linha que figura ou desfigura as motivações que incidem em todas as nuances do tempo e da atemporalidade das coisas. *O sonho nesse sentido é como água que permeia o tempo ybá ané dîminehé*. O que escrevemos ou falamos, o que falamos de nós, o que fotografamos, insere uma situação ora presente, ora passado, ora futuro, não é algo petrificado, mas há condições que fazem estruturas permanecerem estáticas, pois se sustentam em epistemologias estáticas. A escrita é uma forma de epistemologia estática, ao adentrar a epistemologia Kariú, devemos compreender como uma

escrita-água e que não se encerra ou permanece sem se adaptar, penetrar ou evaporar, esta escrita se manterá igual, mas a episteme que a envolve continuará a se reconfigurar nas relações.

Fico tentando criar formas de exemplificar a nossa perspectiva de perceber e sentir as coisas sem seccionar tanto as coisas, pois estas, não se separam nas relações de tempo para nós. Nessa situação, ao qual este trabalho se insere, podemos trazer a situação do passado quando os Ashaninka¹⁶ conseguiram um direito ao território para eles, e muitos tiveram que ser realocados para outros lugares. Num primeiro momento ninguém compreendeu muito bem o que era isso, pois haviam muitas circunstâncias que faziam isso acontecer, desde a falta de conhecimento de seus direitos, analfabetismo, línguas diferentes, culturas diferentes e o pensamento de que todas as terras eram dos patrões ou do estado. Digo isso, tanto para os Kariú, quanto para os outros indígenas que viviam dentro do território que seria dos Kampa Ashaninka. O presente onde a ação de remoção e da criação da TI Kampa do rio Amônia, fez surgir a situação de que quem era indígena poderia ter uma terra para chamar de sua.

Os Apolima Arara¹⁷, iniciaram essa caminhada e foram atrás deste objetivo. Os Kariú Kariri e outros descendentes de seringueiros receberam a promessa junto a criação da REAJ de que teriam usufruto da terra, seguindo acordos internos e não mais seriam expulsos, o que não aconteceu. Pois com a reivindicação dos Apolima, os Kariú Kariri e estão hoje sendo marginalizados, e que hoje são obrigados a reivindicarem um território para si, pois além das marcas históricas de escravização e exílio, passam por inúmeras expulsões e falta de responsabilidade do estado entanto a sua existência, para não dizer racismo. As águas aqui, são impuras e vem como violência sobre os corpos dos indígenas Kariú Kariri, que hoje exigem um território para si, pois nunca agiram com violência a nenhum destes povos ao qual tiveram que ser sucessivamente removidos, embora todos estes lugares onde habitavam eram seus por direito.

¹⁶ A Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, habitada pelo povo Ashaninka, foi demarcada em Marechal Thaumaturgo, no Acre, no ano de 2012. Quando aconteceu a primeira expulsão do povo Kariú Kariri e foram realocados na REAJ.

¹⁷ O povo Apolima Arara com a criação da TI Kampa, foram realocados nos assentamentos do INCRA do outro lado do rio Amônia, lado oposto da REAJ, na mesma época que o povo Kariú Kariri.

Existe um pensamento generalizado, formatado, preestabelecido e pré catalogação de quem são e como são os indígenas. No Acre os Arara conseguiram manifestar-se enquanto indígenas por meio, não somente de suas vozes, mas com o auxílio de Antropólogos não-indígenas e que tiveram sua importância nesse sentido. Hoje estamos aqui, por nós mesmos, nos manifestando, pois somente com a manifestação desta escrita-fala, um indígena-antropólogo do próprio povo para inserir nossa forma de pensar a existência, fora dos padrões estéticos e estereótipos esperados por este pensamento colonial que é primordialmente generalizador.

Nós existimos e não temos um cacique, temos uma liderança temporária que pode ser até de um dia. Nossa forma de se organizar é coletiva e todos devem e podem participar das escolhas e decisões. Nós não temos cores. Nossos cabelos são de todas as formas e texturas. Nossos olhos expressam nossa multiplicidade. Nossa espiritualidade não é compartilhada nem vendida, ela habita em nosso povo e acontece por ele. Nós mantemos segredos ancestrais que somente nosso povo conhece e nunca escreveremos em páginas de papel, livros ou virtualidades. Somente nós podemos dizer quem é de nosso povo ou não. Nós sabemos cuidar da floresta e das águas, pois dela nascemos e nela nos transformamos dia após dia. Nada, nem mil livros podem traduzir um dia de nossos rituais sagrados.

Batateira prowý mó buangáté prowý ekudú.

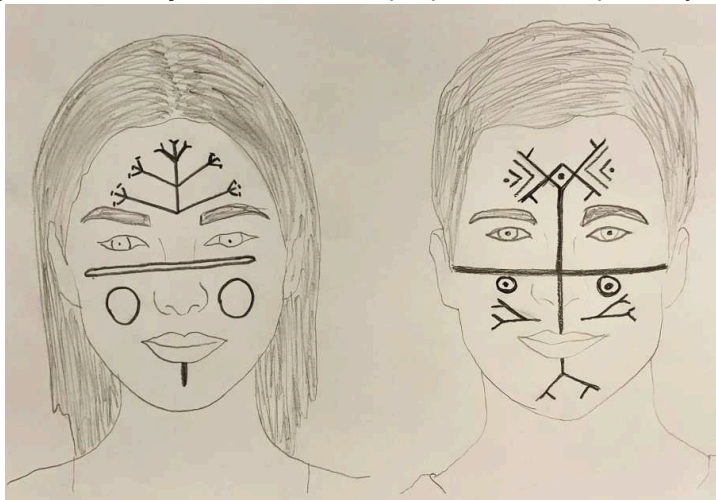
2.2. Mépliapé: Reencontros ancestrais de resistências e retomadas Kariú Kariri

Mékiè mará buyõ kié tçohó netçóábá. Não há troca de conhecimentos profundos quando ouvimos pouco. O Kariú Kariri tem preservado tradições milenares e sagradas que estavam sendo violentadas a muitos séculos e por isso, precisamos lutar todos os dias para permanecer com nossos rituais, mesmo sem ter território fixo. Tal situação não é diferente no Maranhão onde reivindicamos um território no município de Estreito onde realizamos nossos rituais ou em São Luís, onde constantemente somos impedidos de ir pescar ou pegar plantas sagradas em lugares tradicionais e ancestrais, pois agora possuem dono. Estar sem um território demarcado é uma situação muito difícil para quem nasceu ou descende do povo das águas que nascem nas matas e para qualquer povo indígena. É como se nossas raízes estivessem sendo arrancadas constantemente, mas somos fortes *raízes fortes niúkrody*.

Este trabalho vem da necessidade de dizermos que existimos, para que cessem os abusos, racismo e violências que nosso povo sofre, seja na cidade, na zona rural ou na floresta fechada, nas águas doces ou salgadas. *Pideá Yba nós estamos vivos* e esse é nosso grito, escrito nessas páginas brancas, mas que já sangraram muitas memórias ou mentiram/ omitiram sobre nossas histórias. Preciso de conexão em sonhos para que nossos rios continuem a fluir.

Em uma de nossas *Mèkà*, *pinturas sagradas*, temos o grafismo *Mépliapé*:

Figura 03: Esboço de Grafismo *Mepliapé* Kariu feito por Jacy Kăghy



Fonte: Arquivo Kariú Kariri

Mépliapé é conjunto de grafismos de rosto que trazem mensagem específica para quem vê e quem o usa. Estes representam de forma geral a conexão do corpo com o espírito e com a comunidade. Traz memória ancestral de animais sagrados e de histórias que sobrevivem em nossas oralidades e que são vivas, desta forma, as escrituras sobre elas, as aprisionam em imagens estáticas, ao qual não temos interesse em fazer. Estas escritas acontecem, por necessidade fala, por necessidade de grito ancestral silenciado e por gerar memórias que podem e serão alteradas no futuro-presente. Nossa espiritualidade é quem move nossos passos e nossos ancestrais sempre estão à nossa frente.

Para mim não existe articulação sem movimento, sem o corpo de vivência. O corpo precisa estar em movimento e reagindo na luta, porque o nosso corpo é território e é isso que segura o movimento indígena. (...) Muitas vezes as pessoas não indígenas não acreditam na nossa espiritualidade, mais nós só conseguimos avançar na luta por conta da nossa força da espiritualidade, certamente quando estamos no ATL, não estão somente presentes quatro mil indígenas, também se faz presente milhões de indígenas com enorme força ancestral, que foram tombado, vítimas do genocídio do Estado brasileiro. Estão conosco também, além dos que já se foram, os que ainda virão. (XAKRIABÁ, 2018)

Celia Xakriabá, hoje deputada estadual de Minas Gerais, e concluindo o doutorado em Antropologia, traz a força da escrita acadêmica indígena, como também a memória da terra e da encantaria, acrescentar à sua expressão corpo é território também é espírito, tornando esse pensamento mais complexo, quando nos enxergamos sem linhas divisórias sendo *corpoterritorioespírito*. O pensamento colonizador branco, presente nas academias e em todos os espaços intelectualizados, nos restringe ao primitivismo, a barbárie e ao negacionismo do conhecimento científico, como se grande parte do conhecimento que está empilhado nas prateleiras das bibliotecas acadêmicas, não tivessem sido roubados de nossos ancestrais e até hoje. Nossos *corpos de vivência*, são parte principal de qualquer movimento indígena, somos “corpo-território” (ALVES, 2023), e estes corpos estão em luta o tempo inteiro, nunca estamos em repouso, principalmente quando estamos em lugares institucionalizados como a academia ou o Congresso Nacional.

O Kariú Kariri é um povo originário *Resistente*, pois conseguimos sobreviver e resistir a inúmeras violências, violações e agressões históricas. Eu, me apego aos que somos *Ninhoá Tsohoá Dzutsó* originários existimos coletivamente como povo

das águas. Em 2021 publiquei o primeiro livro com escritos em nossa língua ancestral Dzubukuá-Kipeã Kariú: *Ay Mededy ayby Sypaté: Mighy andé Netó* que em tradução direta para a língua colonizadora significa: “o segredo das coisas: contos e alembramentos”, este livro surge depois do reencontro com nossa língua ancestral e com a guiança espiritual e didática de Dubo-Hery Idiane Cruzá e seu esposo Dubo-hery Kawrã, ambos do povo Kariri-Xocó, que são falantes da mesma raiz linguística que nosso povo. O povo Kariri-Xocó começou a retomar a língua para o cotidiano a mais de trinta anos com o Dubo-hery Nhenety, que começou a trazer a língua ancestral dos cantos rituais sagrados da mata, para o cotidiano. Em 2020 fui até a Aldeia Sementeira e lá entreguei em mãos os livros que segundo Nhenety, era um marco para a história de nossa língua que tinha sido dada como extinta pelo estado. Dubo-Hery Idiane Cruzá é hoje coordenadora do GT Nordeste na Década das Línguas Indígenas da ONU, sendo este, um importante espaço para a nossa história de resistência, ao qual integro com diversos outros professores de suas línguas originárias.

A língua de um povo é parte fundamental de sua cultura, por isso, as línguas indígenas foram proibidas dentro do país, como podemos lembrar das leis *pombalinas*, mas dizer isso não é negar a existência de povos originários que perderam sua língua com a colonização, mas afirmar a condenação do estado, para que valorize a memória e história de cada povo de forma singular e não generalizada, como se os povos originários fossem todos iguais.

Comecei a receber ensinamentos da língua em sonhos, assim como muitos de nosso povo, nossa espiritualidade quem nos chama para a responsabilidade. Esta escrita vem dos sonhos e *Wanakedzè* quem nos direciona ao que precisa ser dito. Muitas vezes acordava no meio da noite falando a língua e não sabia muito bem o que significava, com o tempo, comecei a habitar espaços sagrados de trocas ancestrais, sendo direcionado a fazer determinadas coisas para que a língua se tornasse mais presente, minha companheira, acordava aos sustos comigo falando a noite ou escrevendo palavras que escutava nos sonhos. Dubo-heryá Idiane e Kawkã, foram quem me guiaram neste processo de reencontro ancestral e alinharam com sua força espiritual. Em 2022 iniciei um grupo de estudo e ensino da língua Kariú direcionado pelos nossos ancestrais e encantados. Fruto destes estímulo, iniciou a Escola Indígena *Swbatkerá Retsé Dicrodycelé* Floresta Sagrada

com muita força e luta da Dubuhery Adjú e da Maridzá Iolanda que entrou no conselho de educação indígena do Maranhão (depois de muita luta por essa vaga). A escola fica no município de Estreito/ Maranhão, onde temos retomado nossos rituais sagrados na guiança de nossos mais velhos, ancestrais e temos também reivindicado um território para nosso povo, que tem sido igualmente negligenciado pelo estado no Maranhão, onde nos são negados direitos básicos como atendimento médico, educação diferenciada e a celeridade na demarcação de nosso território.

Em 2020, após uma publicação feita pela parente Adjú nas redes sociais, os parentes do Acre, na pessoa de Jacinta Kãghy Kariú entrou em contato, pois estes pensavam que somente eles resistiram como Kariú. Buscaram saber mais e vivenciar uma relação familiar estendida: Tsohoá Kariú Kariri, alinhando suas narrativas guardadas pelos *Nhenety*¹⁸, com as narrativas que os ancestrais de outras das *andanças* Kariú Kariri estabeleceram. Construimos vários grupos via Whatsapp e começamos a no ouvir, na Espiritualidade, Língua, Cultura e Memória, o que tem sido fundamental para compreender várias lacunas ou *Corte*¹⁹ que foram sendo feitas no processo colonizador.

Desde essa desse período, fomos buscando compreender as histórias que cada clã do povo Kariú Kariri passou e como chegaram até cada região, mas tudo pelo telefone com áudios, textos, videos e videochamadas que foram aproximando e reenlaçando as nossas memórias e caminhos *díwóbá*. É importante ressaltar que foram muitos clãs Kariú Kariri para o Acre, na família da Jacy, foram os clãs de *Badzé*, que são *tsohóá* (existências coletivas) mais relacionados ao fumo forte e a relação com a espiritualidade, curas, benzimentos e conhecimentos sobre as ervas e medicinas da floresta e, também o clã do *peixe Kari* que são *tsohoá* que se relacionam com os *buhü artes*, *mèká grafismos*, com as práticas de sobrevivência nos *dzurió rios*. Na minha *yetçãmypy*, a partir do que até hoje me foi recebido, pois,

¹⁸ *Nhenety* são guardiões da ancestralidade para nosso povo e podem ter diferentes campos de conhecimentos e experiências, assim como diferentes idades, não sendo este um fator essencial para ser um *Nhenety*.

¹⁹ *Corte* é um conceito usado pela antropóloga indígena Adjú Kariú Kariri: “Essa perda é fruto do corte que a colonização fez em nossos corpos, o violento processo de colonização dos povos indígenas do Nordeste do Brasil deixou feridas profundas, para as quais até hoje buscamos a cura. O corte colonial provocou um grande extermínio de línguas, pessoas, saberes e espiritualidades, ao mesmo tempo instalou o medo, perseguição e o silenciamento da indianidade dos povos que resistiram e teimaram em permanecer vivos. O discurso de que no Nordeste não existia mais indígenas, e sim “cabocos”, “camponês”, foi amplamente difundido pelos fazendeiros, grandes latifundiários locais e os governadores dos estados do Nordeste, no intuito de expropriar a terra dos indígenas. (ALVES, 2023)

ainda me considero jovem e tudo tem seu tempo para acontecer, principalmente ensinamentos sagrados que precisam de rituais específicos para que possamos alcançar a compreensão, o clã de *Badzé, Kari* e Marrecas sempre esteve presente como traços fortes de nossa memória ancestral. Dessa forma em dois *clãs* nossas *yetçãmypy* se cruzavam, inclusive na permanência do nome “Jesus” que foi imposto pelos jesuítas na catequização e batismos que impuseram aos nossos antigos nas Missões Jesuítas dentro do território sagrado de *Dzuprowy Missão Velha*, mesma origem dos parentes Kariú Kariri no Acre.

Estas e outras formas mais sensíveis foram encurtando os caminhos entre o Acre e o Maranhão. A luta de longe, já não bastava e o corpo presente já era uma necessidade que os ancestrais nos colocaram a ser realizada. A ida para o Acre foi um marco para a memória-história de nosso povo, pois depois de séculos separados nosso povo se reencontra, num território que já não é mais estranho, mas que é *dzudé raddá dehé* nossa terra também.

Em 2022 estava em uma viagem de retorno pelo caminho que meus avós faziam constantemente do Ceará (Cariri) para o Maranhão (Pedreiras) a pé e que segundo minha avó conta, demorava mais de um mês para ir e mais de um mês para voltar, mas que o caminho já era conhecido e havia plantas de comer, lugares para beber, caças e cada percursos que se fazia se plantavam mais no caminho, o que chamamos de *kökênhē*. Meus troncos velhos, faziam este caminho a pé, eu fiz de moto junto a minha companheira Brena Maria que decidiu ir comigo nesse movimento de reencontro com os parentes que ficaram no caminho e em aldeias de outros povos que nos receberam com festa e celebração. Consegui recurso para esta viagem a partir da venda do livro “Ay mededy ayby sypaté / o segredo das coisas” que fiz a partir de recursos públicos oriundos da Lei Aldir Blanc, que foram fundamentais para retornar pelo caminho das Marrecas, pois este caminho era realizado seguindo o voo de migração das Marrecas do Cariri até a cidade de Pedreiras no Maranhão e depois retornavam, onde meus pais nasceram, minha mãe 2ª geração de indígena Gavião que não se submeteu ao deslocamento forçado pelo governo e pai Kariú que nasceu em *Dzúprowy* no Cariri, mulher da terra e que sempre teve as plantas de cura ao redor da casa e quem me ensinou suas sabedorias. Meu pai é filho de “mulher da vida” como ele fala com orgulho, pois assim ele foi criado por ela como *Mãe-Pai*, neto de benzedeira, teve uma referência

de pai indígena, cuja sabedoria das plantas permanecesse até hoje com seus mais de 60 anos.

Enquanto estava na cidade de Crateús, junto aos povos Cariri, Potiguara, Guarani e Calabaça, fui aprovado para fazer o mestrado em Cartografia social e política da Amazônia na UEMA, sendo este, um importante passo para contar a história de nosso povo. Meu projeto inicial buscava criar um mapa da diáspora Kariú Kariri, para compreender para onde foram e porque foram deslocados os nossos do território ancestral e se espalharam pelo Brasil. Mas em 2023 as violências contra os parentes Kariú Kariri do Acre se intensificaram e já não podíamos enquanto povo permitir tais violências, sem contar o que de fato estava acontecendo e sendo negado o direito a nossa voz. A compreensão de que o mestrado é um lugar de poder, nos fez direcionar a escrita deste trabalho para evidenciar o que está acontecendo no Acre e fazer por nós mesmos o que o estado deveria ter feito a muito tempo, enviar um antropólogo para contar a nossa história.

No dia 02 de agosto iniciei outra viagem ancestral, não fiz o mesmo percurso pelo mar que os parentes foram forçados a fazer, mas fui de São Luís/MA, onde nasci, já na periferia da cidade, até a cidade de Marechal Thaumaturgo no Acre. Um caminho longo e custoso, cerca de 10mil reais e mais de 6000 km entre aviões de grande porte e pequenos, mais os trajetos pelo rio Juruá e rio Amônia em canoas no Acre.

Permaneci por três meses em “campo” junto aos parentes, onde tive a oportunidade de ouvir muitas histórias e ler muitos documentos e manuscritos feitos para entender e lutar pela sua existência-território. Estive nas três aldeias que ainda resistiram ao processo de expulsão forçadas, cada uma bem distinta da outra em muitos aspectos como espirituais, culturais e suas relações com a pressão causada pelos Apolima Arara para se retirarem da área reivindicada por eles.

Mais a frente trago escritas do cotidiano e imagens que mostram a minha relação com esse reencontro ancestral, pois fui o mais próximo, fisicamente, que os parentes tiveram com o Território Ancestral em mais de um século e meio de separação. Foi um marco em nossa história e que não somente por esta escrita, mas pela memória construída coletivamente, estará registrada para sempre. Além desta escrita, minha ida para o Acre foi também com o objetivo de fazer um reencontro da nossa língua entres os parentes, com cantos e aulas diárias, do

amanhecer ao anoitecer, para as crianças e para os adultos. Foram dias inenarráveis, mas espero que um pouco do espírito de celebração e luta que tivemos juntos possam permanecer ao leitor deste trabalho.

2.3 Erãdzóby Kariú Kariri: Plantar o invisível, curar o presente, lembrar o futuro

Quando estava junto aos parentes Kariu Kariri do Acre, uma orientação que sempre retornava em todas as *natiá* foi sobre especificar em algum momento deste trabalho sobre as medicinas tradicionais que o nosso povo usa, algumas delas compartilhadas os usos junto a outros povos desse território ao qual também pertencemos no agora. Um fato interessante de se pensar, pois, tais relações de onde o corpo e espiritualidade habitam e como as plantas oriundas de um novo território influenciam na cultura de um povo. Da mesma forma podemos pensar sobre os campos espirituais das religiões, quando aceitamos facilmente que o indígena pode ser Cristão, mas que esse mesmo indígena é questionado quanto a sua inserção de outras cosmologias originárias dentro de sua cultura primária. Aqui podemos ver uma *situação originária*, ou seja para alguns povos as trocas entre culturas e saberes é natural, mas na perspectiva Colonial, as tradições devem se manter fiéis, imutáveis e puras nos caracteres específicos de cada povo. Isso não se sustenta em nosso *Mékábü*, pois não somos feitos de rigidez, mas de matérias vivas e assim como na física absorvem e se alteram com as relações que temos dia após dia, relação após relação, conhecimento após reflexão. Esse desejo ou fetiche sobre os nossos corpos originários está dentro do pensamento colonial, e que em alguns momentos também perpassa pelos corpos de alguns indígenas que o absorveram em demasia e acabam esquecendo de suas origens.

Assim como os povos africanos aprenderam como os povos indígenas desse território a usar as plantas deste lugar e não deixaram de ter suas origens apagadas, porque os povos indígenas que sofreram tais violências coloniais deveriam ser diferentes? A cultura de um povo não é fixa, embora tenham traços específicos que podem permanecer “fiéis”, isso não é um determinante para dizer quem somos ou o que somos, senão nós mesmos. Ao chegar no Acre, algumas medicinas que não existiam em nosso território ancestral, passaram a ser também usadas para a conexão com os espíritos da floresta que, para nós, não se diferenciam de um território para outro dentro de nós, mas as formas de se conectar com eles sim. Há um respeito à cultura do outro, e o que é sagrado para outro povo deve ser sagrado para nós, mas isso não é uma regra, mas condição simples que evitaria vários conflitos e problemas.

Tané fumo é uma das principais medicinas de nosso povo, ao qual nos conectamos com os nossos ancestrais e com *Badzé Grande Espírito*. Através do *tané* fazemos nossos rezos e benzimentos, para consagrar usamos o *Paewy Cachimbo Sagrado* feito de barro ou de madeira, cada madeira uma forma diferente de medicina, cada modelagem na cerâmica um modo diferente rezo ou ritual. Segundo relatos dos parentes, nós quem levamos essa medicina para a região, que até hoje é um dos principais produtos cultivados.

Kuítané é uma das medicinas feita com ervas que podem variar dependendo da necessidade ou finalidade de que será usada, se física ou espiritual. *Kuítane* é um preparado com *tané*, folhas, raízes e sementes maceradas e tornadas em pó que são aplicadas no nariz, por um outro ou por si mesmo. Nossos mais velhos aplicavam em nossos narizes segurando uma pequena porção nos dedos e inserindo no nariz para curar da gripe, sinusite e outras doenças respiratórias. Existem aplicadores feitos de ossos e peles de animais de caça, bambú, madeiras, sementes, pedras e penas, que podem ser soprados por outro (*typy*) ou por si mesmo (*curypy*). *Manucy-yã o sopro que nos une*.

Hesã medicina que usamos em nossos rituais e somente compartilhamos entre nosso povo. Seu feito é centrado em pessoas específicas que guardam esse saber. Essa medicina é usada somente em rituais específicos de nosso povo e que realizamos no meio da floresta e das águas.

Bukrenké vestir-se com *urukum* e *mèká* vestir-se com *jenipapo*, mais que pinturas corporais, nossos grafismos são escrituras do espírito e marcas de nossa ancestralidade. Cada grafismo tem uma situação específica, para cada ritual e cada corpo uma inscrição, assim como os desenhos que comunicam o que estava sentindo, pensando ou desejando. Revela a quem compreende o que o outro quer comunicar, é igual a esta escrita, mas que para além de um papel, nossos corpos se conectam aos simbolismos e sinapses que nos unem enquanto existências. Existem *mèká* específicos feitos a partir de fungos que nascem em determinadas árvores que são passadas em nossos copos para poder refazer o plantio, outros para poder colher, outros que somente nós podemos ver para dar boa sorte nos caminhos. ha *Mèká* e *bukrenké* que não feitos para momentos de guerra e para momentos de

celebração. O *mèká* é preparado pelas anciãs para pintar o corpo de quem vai preparar a terra. Ele protege o corpo e comunica ao solo, aos encantados e às sementes que estamos prontos para plantar. Pintar-se é plantar no invisível ao qual os nossos ancestrais também continuam a plantar. Nas plantações devemos sempre separar os que são para os encantados colherem e o que é para os animais colherem.

Ubumanáyã ou *Oasca*, medicina que é feita com raízes cipós e folhas específicas que foram revelados ao nosso povo no Acre. Esta é uma das medicações que já existiam na região e eram consagradas durante rituais multiétnicos nos seringais, no entanto existem muitos tipos de cipós e de folhas, as que nosso povo utiliza na região são cultivadas pelo povo Kariu Kariri do Acre e seu feitio é uma tradição milenar que vai sendo passada entre os povos e seus guardiões. Atualmente os rituais que são realizados no Acre são feitos junto ao povo Ashaninka, com Indígenas Kariu Kariri conduzindo feitos da medicina e rituais mesmo na língua Ashaninka. Embora estes Kariu Kariri estejam dentro das tradições, não deixam seus vínculos e nem suas identidades enquanto Kariu Kariri serem dissolvidas, confluem.

Kuka, *Txamero* e *Chico* são medicações que são usadas nos rituais de *Ubumanayã* ou em momentos de rituais realizados dentro das *natiá*. A *Kuka* é a folha da coca que é selecionada e preparada em uma *patarasca amarração com folhas* para assar até chegar a um ponto específico. Sua utilização assim como a *Oasca* é secular e tradicional pelo nosso povo desde que chegou ao território acreano, pois eram obrigados a trabalhar sem cessar e a *Kuka* eram quem alimentava o espírito para que estes trabalhassem mesmo com fome no corpo. Essa medicina é usada junto a uma raiz chamada *Txamero* e uma pedra específica que é requentada até virar pó. A utilização destas medicações é feita mascando um chumaço de folhas de *Kuka* e mastigando a raiz amarga de *Txamero* e colocando de forma muito específica um pouco do pó de *Chico* dentro da boca sem tocar os lábios (pois queima), essa mistura fica doce e é cuspidada. Junto a essa medicina é utilizado o *Paewy* com *Tané*. Esta medicina traz comunicação com os nossos encantados e faz com que o corpo e o espírito se alinhem e a comunhão entre os que compartilhem seja mais fluida. É importante destacar que nosso povo tem o direito

tradicional assim como os Ashaninka de plantio e uso destas medicinas, principalmente pelas nossas lideranças espirituais que não devem ser criminalizadas, pois é conexão com o Grande Espírito e tradição milenar originária que não deve ser interrompida.

Nossas vestimentas culturais *sazá saias feitas com palhas de buriti ou ywira, köúká diadema com penas de aves, köúká diadema com palhas de xila, köwowó colares de sementes e algodão cru, tiaras de ywira com sementes e penas*, são nosso modos de existir e não são somente decorativos, não ser usados de qualquer forma. Nossas vestes são formas de vestir o próprio território. Cada adorno se comunica com um tempo e com a memória que ele carrega, são os caminhos que os ancestrais fizeram. A vestimenta é uma conexão com nosso mundo invisível. Em rituais de cura ou plantio, o corpo é o território sagrado e nossas vestes são representações vivas de nossos ancestrais.

Buzzü instrumento de sopro feito com umbaúba, é usado em rituais, em danças festivas e em momentos de guerra para convocar nossos guerreiros espirituais. No Maranhão este instrumento é utilizado por suas pessoas de mãos dadas, no Acre é utilizado em roda ou em caminhada pela floresta, seu sopro é grave e acontece de acordo com a respiração. Seu interior é ocado, por fora podem ser feitos grafismos, desenhos e amarradas sementes ou cordas com cerdas naturais ou pintadas.

As medicinas tradicionais que usamos são instrumentos sagrados de cura e reconexão espiritual, elas fazem parte para nós, do que os não-indígenas compreendem como religião. Cada uma dessas medicinas atua em planos distintos: algumas limpam o corpo, outras o espírito, outras revelam visões ou libertam memórias que são resgatadas para nos mostrarem o que devemos fazer. Elas são nossas aliadas ancestrais e fazem parte do nosso *dîwöbá bem-viver* com a floresta, com o sonho e com a memória de nosso povo. A criminalização e estigmatização de nossas medicinas são expressões do racismo religioso e do medo colonial diante daquilo que não se enquadra no padrão biomédico eurocêntrico. A floresta não precisa de bula, pois ela se comunica com a gente. A medicina não precisa vir em cápsula ou com prescrição para ser válida. Nossas medicinas são constantemente roubadas pela academia e patenteadas por outros. Nós conhecemos as plantas medicinais deste território antes da colonização, pois nós somos os originários desta

terra. Nossas medicinas abrem caminhos para enxergar o que está para além dos olhos do colonizador.

Ao defender o uso legítimo dessas medicinas dentro contextos tradicionais cotidianos, afirmamos que o povo Kariú Kariri não será mais tutelado pelo estado de como deve curar, viver ou se relacionar com seus saberes. Assim como a tinta do *mèká* em nosso rosto não precisa de tradução, nossas medicinas também não precisam de autorização para existir e acontecer. A academia, a ciência, os governos ainda não sabem ouvir nossas vozes e espíritos. Ao não reconhecer esses saberes, continuam promovendo o epistemicídio. *Erãdzóby* são as plantas que nos orientam com sabedoria e nos guiam através do espírito da floresta para nos esquivar das flechas dos inimigos.

II. YARUÁMÈT'HÖ UITANE

3. DUNETÓNATÉ: Memórias Coletivas Relacionais

Nunca gostei de pensar está escrita, como uma pesquisa, mas como uma forma de resistência, um manifesto, uma ferramenta a mais em nossa caminhada de lutas - movências, andanças expressas nesta Natnografia (ALVES, 2023). Desse modo, habitando um lugar de semelhante, guardião da língua ancestral Kariú Kariri e busquei trazer como metodologia para organizar os escritos: os Diários de Campo: com escritas na língua e em português, fotografias, gravações de áudio e em vídeo, contando até com a primeira produção de um filme todo na língua Kariú Kariri. Assim apresento nesses subcapítulos, escritas de memória coletivas e relativas: *Dunetónaté* ao qual podemos ao mesmo tempo observar, mas ser observado em simultâneo para a construção das narrativas sobre uma comunidade. Durante sua reescritura, foram sendo lembrados outros dados ou nomes, que foram sendo inseridos no texto final. Estas memórias são coletivas e não somente minhas, no fim de cada escrita, os parentes ouviam, viam o que estava sendo feito, puderam sugerir alterações ou incluir algo que não foi observado, mas que de toda forma, pode algo ter fugido de uma análise coletiva e assumo a responsabilidade de eventuais erros, que podem ser corrigidos sob olhar e aprovação de um parente de meu povo, caso eu mesmo não possa.

Em 2023, permaneci durante três meses junto com meus parentes Kariú Kariri de Marechal Thaumaturgo/AC. Embora sejamos do mesmo povo, nossas *Yracychy modos de sentir-fazer* são um pouco distintas, nasci em volta do mar na Ilha de Upaon Açú, cidade de São Luís que assimilou em sua cultura a ausência de indígenas, mas com a sua “memória preservada” na cultura popular e cultos religiosos, sendo esta um misto das culturas originárias e africanas, muito presente no Maranhão. Vivo atualmente com parte de minha família, no Tajipurú/Kroî, território dos meus ancestrais Kariri e em relações familiares com os Tupinambá. Dessa forma manter um distanciamento ou estranhamento com meus próprios parentes do Acre, acaba sendo algo natural, para que a escrita, não seja carregada de ausências, ou seja, que aspectos importantes e singulares dos parentes Kariú Kariri/AC possam ser evidenciados, na luta e resistência contra os erros e violências sofridas por indígenas e pelo estado colonizador brasileiro na figura de

indigenistas, órgãos governamentais e antropólogos.

A Doutora Adjú Kariú, traz o termo *Natinografia*, ao qual também me oriento como metodologia de escrita antropológica originarial:

a natnografia surge como possibilidade de entrelaçar duas metodologias/epistemologias nativas, numa perspectiva contra hegemônica e de autoconhecimento, criando possibilidades de escritas/grafias que rompem com os pressupostos da colonialidade e da violência epistêmica. (...) A natnografia pressupõe a percepção e o registro, visual, oral, escrito e imagética dos povos natureza, povos nativos e povos originários que, com seus próprios modos de escrever, pesquisar e produzir conhecimentos a partir do seu lugar de origem, começaram também a escutar, escrever e falar a si e aos seus. (ALVES, 2023)

Desse maneira, minha ida para o Acre, parte do desejo de contar as diversas histórias negadas pelos colonizadores sobre nosso povo, assim como o desejo de estabelecer trocas culturais e ensino de nossa língua ancestral e sagrada que os parentes do Acre, já não mais lembram, embora tenham nomes, apelidos e lugares em nossa língua, tais como: *Byry - desviar-se da flecha, Woro - olhar para traz, Matitô - Mastigar fumo ancestral, Cayéy - amanhecer, manhã.*

Imagino que para o leitor desta dissertação, a oscilação de algumas palavras ou frases na língua, possa parecer desconexo, mas tem coisas que é fundamental acontecer, e essa forma de escrita é uma delas. Não tenho a pretensão de confundir, mas de interagir com o leitor deste trabalho, assim como de garantir que a presença de nossa língua viva possa ser repassada para as outras gerações.

As escritas, são memórias, e essas memórias chegam carregadas de sentimentos. A academia, tenta por todos os lados nos suprimir os sentimentos, humanidade e espiritualidade, nos condicionando a escrever sobre eles mesmos, como se a fala de *nossos antigos, anciões, tokenhéá, desehi, encantados* não tivessem validade. Para nós a fala de um mais velho de nossa comunidade, tem muito mais relevância e importância que a escrita de qualquer Pós-Doutor da Academia. Não aceitamos que falem de nós sem a nossa presença e sem podermos nos manifestar em nosso próprio favor. Quem sabe de nossa história somos nós e não alguém que chega sem espírito e escreve sem diálogo.

3.1. **Aneámétó:** Memórias diárias e ancestrais

Neste capítulo irei apresentar os registros diários de três meses junto aos parentes Kariú Kariri do Acre de Agosto a Outubro de 2023, em três *Natiá Aldeias* que ainda permanecem resistindo a pressão. Iniciei a escrita destes, saindo de São Luís/MA e busquei escrever todos os dias até o dia de saída de Marechal Thaumaturgo/AC, não que eu tenha conseguido, mas que este exercício foi fundamental para revisitar memórias dos dias vividos junto aos parentes, incentivo do professor do mestrado Dr. Aniceto Cantanhede. Todo o custo da passagem de ida e volta foi pago pelos próprios parentes que se reuniram e financiaram a pesquisa e ensino da língua. Os custos com alimentação foram realizados com a bolsa oferecida pela FAPEMA, ao qual agradeço e que foi fundamental para que esse caminho fosse realizado. Saí de São Luís/MA num avião até Brasília/DF, depois outro até Cruzeiro do Sul/AC, onde peguei um avião pequeno fretado, que cabiam quatro pessoas, além do piloto, até a cidade de Marechal Thaumaturgo/AC. para chegar na primeira Natiá saindo da “cidade”, dá cerca de 2 horas pelo rio Amônia.

Estes textos são campos de fala e escuta, aspectos significativo para a construção de um *Kãghyânhy*²⁰ para nosso povo, pois quem não tem uma fala coerente com suas práticas seu espírito está desalinhado com *o caminho que a natureza nos dá para seguir petekerá*. A ida para o Acre tinha dois propósitos principais, o primeiro de fazer um reencontro da língua com os parentes e o segundo para esta escrita, buscando dar visibilidade ao povo que estava sendo oprimido, ameaçado e sofrendo diversas violações de direito fundamentais. Esta é uma pesquisa de dentro do próprio grupo, não enquanto objeto, mas enquanto agentes e coautores deste processo e da troca de capital simbólico como expressa o Professor Doutor Davi Pereira:

A aproximação também é fortalecida diante dos embates e imposições acadêmicas, na recusa da reprodução fidedigna de métodos de pesquisa eurocêtricos, arbitrários e primordialistas que se apresentam obsoletos no contexto da produção atual, em que o pesquisador/pesquisado aciona múltiplas identidades e é protagonista na reinterpretação da

²⁰ *Kãghyânhy*, traduzido para a língua colonizadora pode ser relacionado ao caráter ou espírito bom, uma pessoa de boa índole, verdadeira.

história do seu próprio grupo, a partir de si e não do "outro". Esse olhar, essa produção de "dentro do grupo" é recente nas pesquisas no Brasil e os autores clássicos nos oferecem poucas condições de explicação, já que nos distanciamos do modelo de produção científica moldada em aspectos privilegiados e monopolizados por fatores geográficos, raciais, de gênero e classe social.

O pesquisador precisa entender a pesquisa como sendo uma troca de um capital simbólico onde o conhecimento entre pesquisador e grupo social se complementa. (PEREIRA JUNIOR, 2024)

Espero que a escrita possa lhe conduzir de uma forma que as imagens, sensações e vivências que passei possam ser traduzidas na necessidade de reconhecimento e escuta que o povo Kariú Kariri do Acre precisa ter, sem minimizar nenhum direito do outro ser ouvido. O diário de campo é um método tradicional de fazer antropologia, mas nunca usado dessa forma direta, que aqui está sendo apresentado. Normalmente são guardados e refeitos em forma de relatório, estes diários não eram compartilhados, mas escondidos, para que a comunidade não observasse o observador. Neste sentido, aqui é uma provocação a antropologia tradicional que ainda usam estes métodos. Cada página deste trabalho tem sido revisada coletivamente constantemente, os diários eram lidos na noite posterior aos anciões, para saber se precisava alterar alguma coisa. A escrita final antes de chegar a defesa, tem passado pelos olhares dos parentes do Acre. Embora, mesmo assim, esta escrita de pedra está suscetível ao erro e a correções futuras.

Estes registros são rastros de nossa memória, que para nós Kariú, para além das imaterialidades que podem ser vivenciadas no dia a dia ou com as encantarias específicas de nosso povo: elas nos remetem a uma essência coletiva do que foi transmitido, repassado, entregue a cerca das tradições originárias de nosso povo, assim como também de outros povos ao qual respeitamos e tivemos relações durante os tempos, que igualmente nos presentearam, com sutilezas do olhar, do plantar, do caminhar e do ritualizar. Memória é a língua sagrada que contém nosso sangue espiritual ancestral, um jiki, uma tessitura de tarrafa, uma tapage, uma pesca no igarapé, o nome de uma planta, de um peixe ou uma medicina do mato, um rezo, um toré, uma forma de olhar as estrelas, um cofo, um caminho até o rio ou uma nascente encantada ou até a caça. *Aneámétó* são detalhes sutis do que permeia a permanência necessária e insiste em precisar ser e existir.

Essa relação de perceber a memória pode ser percebida de duas formas, no contexto dessa escrita. a primeira para os que nasceram no território, onde a *Aneámétó* são aspectos do cotidiano, mas para os que foram exilados, escravizados, expulsos como estamos sendo novamente agora, essa memória é um modo de resistir e do direito de existir. Só o fato disso ser negado, já é algo incoerente e desumano. É como se nós, Kariú Kariri, não tivéssemos também o direito de existir em relação com a floresta, mas nós somos a floresta.

Aneámétó é como um *alembramento que se valida no coletivo*, mas que emerge da ou se evidencia em cada individualidade-coletivizada. Não é algo que está presente em todos ao mesmo tempo, embora possa acontecer assim, mas cada indivíduo-coletivo acrescenta um aspecto a esse todo. A memória que é *mnetó*, o palavra que mais se aproxima dela em português é ancestralidade, não de algo morto ou passado de pedra, mas vivo e independente se indígena ou não, se tem essa ou aquela cor, o que importa é o *anhykerü*, ou seja, o *espírito que emana do individual em relação ao coletivo*. Esses escritos, para alguns serão *Aneámétó*, mas para outros serão somente palavras.

As *imagens fotográficas* são *wbykró*, ou seja, o que podemos ver parado como uma pedra, mas forte como uma pedra e ancestral como uma montanha. Cada *wbykró* também narra um pouco da força e resistência do povo Kariú Kariri do Acre. O cotidiano, os plantio, as criações e muito do que as palavras não conseguem descrever. Esta, pra mim é uma das principais formas de evidenciar uma comunidade, é uma ferramenta essencial da antropologia, pois responde coisas que nem podem ser perguntadas. *Kókénhé* são sementes.

Fotografia 01 - Nanhê Maritô e escritos na língua



Nanhê Maritô preparando o alimento e nas paredes Buybúá, Cuias, cestos e escritos na língua Kariú Kariri.

3.1.1. Dia 02 de Agosto de 2022

Hoje começa o caminho da serpente, um misto de caminhos ancestrais e escrita antropológica. Agora são 3h20. Os parentes Kariú Kariri conseguiram recursos, com a união de todos para comprar minhas passagens de São Luís/MA para Marechal Thaumaturgo/AC. Lá nas aldeias Kariú Kariri irei levar o ensino da língua Kariú Kariri, memórias e rituais que sobreviveram, além da escrita do meu trabalho, que busca mostrar a visão dos parentes sobre a situação de seu território e pertencimento étnico negado a décadas pelos órgãos responsáveis na região (como tenho conhecimento de longe). Chegarei de manhã a Brasília, onde encontro alguns parentes, um deles o Moisés Kariú Kariri do Acre. Com ele começo uma primeira parte desta memória, onde ouvirei sua estratégia para como resolver as situações conflitantes da região e um pouco sobre a história de exílio do povo Kariú Kariri do Ceará para o Acre, pois até pouco antes da minha ida, pensei que eles haviam ido para o Acre por conta própria e não por terem sido levados como cativos.

3.1.2. Dias 07 e 08 de Agosto de 2023

Ontem cheguei na Natiá Kariú Kariri dia 7 de agosto de 2023. Havia combinado de ir com Adailson Kariú para sair de Marechal Thaumaturgo por volta das 9h, pegamos a Bajola (um tipo de embarcação típica da região feita de três tábuas) e chegamos na aldeia às 12h, mas antes paramos na casa de outro parente cerca de metade do caminho, *Mucuná* (Osvaldo), irmão da Nanhê, ele é um dos anciãos do povo, conhecedor das plantações, épocas de plantio, plantas e assim como muitos dos indígenas Kariú Kariri, ele disse: “*guardar sementes para sempre poder plantar, né meu filho?*”. Em sua casa estavam algumas crianças, sua companheira e seus filhos. A parente *Paruhê* (*Rosa*), já havia se casado com um indígena Arara e seus filhos tem dupla etnia, mas estes não têm direito a terra junto com os Apolima Arara, segundo a sua fala, eles cometem racismos por ela ser indígena Kariú Kariri, mesmo tendo filhos Apolima Arara.

Fotografia 02 - Proa da bajola no Rio Amônia



Travessias de *Bajola* pelo Rio Amônia

Mucuná mostra bastante indignação diante desta situação, pois segundo ele conta, os indígenas Arara são oriundos do Peru e chegaram depois de seus avós e

pais na região, então não consegue compreender, o motivo pelo qual eles têm mais direito a terra do que os indígenas que já estavam na região. Uma das suas questões está em torno do reconhecimento, o que torna alguém mais indígena que outro?

Bebemos café, almoçamos, falamos sobre a *Caçuma* bebida tradicional indígena da região e trocamos sementes. *Mucuná* trouxe uma saca de semente de mucuná e falou de seu uso no roçado para dar nutrição para a terra por causa da grande quantidade de folhagens produzida e do fácil manejo da espécie e que acaba com os capins. Deixei com ele sementes crioulas de feijão, fava rajada, arroz e milho vermelho que troquei na Teia dos Povos e Comunidades Tradicionais que aconteceram na Bahia e no Maranhão nestes últimos anos. Seguimos viagem pelo rio Amônia até a Natiá (Aldeia) Kariú Kariri na comunidade Quieto. Chegamos e encontramos a Nanhê Maritô e seu companheiro Cayêy e outros indígenas Kariú Kariri. A conversa foi longa e muito esclarecedora, para entender o conflito que acontece na região, onde os indígenas Apolima Arara querem se apropriar da terra dos Indígenas Kariú Kariri e Amiuaka que são os povos que até agora encontrei, que vivem na região da Reserva Extrativista Alto Juruá/AC, uma das primeiras reservas criadas no país, sendo esta, exemplo para a criação de outras.

Numa vista rápida pela região da aldeia, há poucas árvores nativas, sendo a maioria reflorestado, com árvores grandes, muitas frutíferas e árvores de lei, parte delas registradas no Ibama, cujos documentos guardam com muito cuidado. As casas são em sua maioria feitas de tábuas e com uma distância do chão, por conta de enchentes. Cheguei na época que o rio Amônia estava muito baixo.

Fotografia 03 - Rio Juruá visto de cima da Cidade de Marechal Thaumaturgo.



Rio Juruá é uma embarcação da Saúde que só sairá na época da cheia do rio.

Fotografia 03 - Erá de Seu Noca, Natiá Tia Ana



Erá casa típica Kariú Kariri da região feita com tábuas de madeira de paxiuba e coberta com palha de cocão

3.1.3. Dia 08 de Agosto de 2023

Natiá Kariú Kariri Fronteira

A noite foi algo especial: os sons que a noite da Natiá Kariú Kariri fazem uma grande festa, a diversidade de cantos de grilos, pássaros nos fazem ter sonhos e criam imaginários que nos levam a lugares especiais durante a noite. Ficamos num misto entre querer dormir e ter bons sonhos e ficar acordado e escutar a beleza que é estar sob as palhas que cobrem a *Eráãmy* ("casa do alimento" na língua Kariú). Estou dormindo na parte mais sagrada, na *Eráãmy*, onde todos se reúnem e onde há várias redes que ficam armadas o dia inteiro para conversarmos, ouvir os cantos ou "modinhas"²¹ que o mestre Cayéy faz, conversar sobre as memórias da resistência contadas por todos os parentes e principalmente pela Nanhê Maritô.

Hoje foi dia de preparar colares, furar sementes, olhar as penas guardadas, fazer cuias de coco para beber. Numa outra sala são guardados os colares já preparados com sementes de mulungu, pifaia, saboneteira, assim como os *Tçambúsebé* (cocares de penas de pássaros) e as *Sasá* (saias tradicionais e ritualísticas dos Kariú Kariri), que na região são feitas de *envira*, cuja casca desta árvore é tirada e preparada pela Nanhê, sendo colocadas no rio por 7 dias e depois lavadas, podendo ser cozidas com casca de algumas plantas como o *aguano* (*mogno nativo*), para pegarem uma cor mais avermelhada, ou amarronzada ou ficando naturais da cor amarelo fraco.

Neste dia apareceu uma manada de *queixada*, um tipo de porco do mato, conhecido no Maranhão como *Catitú*. Estas manadas chegam a ter aproximadamente uns 300 animais e como está na época do verão, alguns acabam cansando rápido e são fáceis de serem capturados, mas que na ocasião, os parentes que saíram para a caça, Anhykerú (Adailson) e Popò (Romario), não conseguiram chegar a tempo, mas ganharam metade de um queixada de outro parente. Pela tarde subimos a *Bajola*²² para poder calafetar (consertar algumas entradas de água).

Comemos uma melancia na plantação da praia da Natiá, colhemos outra de outra espécie junto com um tipo de pepino-melancia.

Caminhei um pouco hoje pela floresta no fundo da casa da Nanhê Maritô, a floresta que foi em cerca de 90%, replantada pelos Kariú Kariri, nela podemos ver

²¹ Modinhas como chamam as canções do seringais, das festas e rituais de Aoaska realizados junto com os Ashaninka.

²² *Bajola* canoa pequena, normalmente feita para poucas pessoas, mais utilizada nos períodos das secas, quando o rio está baixo por ter a parte de baixo reta.

muitos mulateiros, Cupuaçú “Pupú”, Uvaías, Abiú, Café, Laranja, Limão, Uruku, Cuité, tem um apiário de abelhas nativas sem ferrão, com muitas caixas espalhadas pela floresta. Fiquei fumando Pawy (cachimbo) debaixo de um pé de Pupú.

Neste dia o parente Anhykerú (Adailson) falou de um sonho que ele pedia ajuda em uma casa, e que o caminho reluzia, mas que ele sentia medo. Neste mesmo dia, uma indígena do povo Apolima Arara chegou pedindo ajuda para a Nanhê, pois ela estava sendo ameaçada de ser expulsa da comunidade, alegando que seu marido não era indígena, mesmo ele sendo. Conversou e falou que leu os Laudos antropológicos da área e que estava escrevendo sua monografia contando um pouco. Falou que eles (os antropólogos) mentem muito e que falam coisas que nunca existiram. Falou que eles agem de má fé para com os indígenas Kariú Kariri e que os Apolima Arara se valem destas falas para continuarem praticando racismo contra Maritô e os demais indígenas Kariú Kariri. Ela perguntou se poderia estar junto aos indígenas quando o MPI e Funai estiverem na Aldeia. Todos concordaram. No fim da conversa foi feito um círculo de rezos pedindo ao grande espírito que resolvesse a situação e trouxesse paz e união para todos os povos envolvidos.

Cantamos na língua e pedimos ao grande espírito que abençoasse nossas noites e desse saúde para nosso povo, pedimos aos ancestrais para guiarem nossas falas e dessem sabedoria para os representantes do MPI (Ministério dos Povos Indígenas) e Funai de Brasília, para que estes resolvessem a situação de uma forma justa para todos.

À noite jantamos parte do queixada²³ cozido, com farinha e arroz, estava uma delícia. Seu Cayéy cantou uma moda sobre Chico Mendes, "Xote Ecológico" de Luiz Gonzaga e Zé Dantas e traduzido para a Língua Ashaninka por Benk Ashaninka:

*“Não posso respirar, não posso mais nadar
A terra está morrendo, não dá mais pra plantar
E se plantar não nasce, se nascer não dá
Até pinga da boa é difícil de encontrar*

*Cadê a flor que tava aqui? Poluição comeu
O peixe que é do mar? Poluição comeu
O verde onde é que está? Poluição comeu*

²³ Queixada porco do mato que anda em bandos de 300 animais.

Nem o Chico Mendes sobreviveu”.
(GONZAGA; DANTAS, 1981)

Todos os dias estava morrendo um pinto, Nanhê Maritô achava que era um sapo cururú que estava chupando os pintos, fomos olhar e tinha mais um pinto morto, mas descobrimos que a própria galinha estava matando os pintos, pois ela era muito gorda e pisava nos pintinhos. Ainda procuramos os sapos, mas como está na época da seca, vimos que não tinham mesmo, lembrando que os sapos também não estavam cantando à noite.

Kanghy kayá.

Fotografia 04 - Tçambusebé, Kouká e Marakás Kariú Kariri.



Adereços sagrados Kariú Kariri organizados na parede.

Fotografia 05 - Plantação de melancia na beira do Rio Amônia



Plantação feita pela Nanhê na praia da Natiá Fronteira.

3.1.4. Dia 09 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Fui caminhar na mata logo ao amanhecer. Vi um pássaro Bico de Brasa e umas borboletas com cores muito vivas (branca, laranja e azul). Nanhê Maritô foi lavar as *ywira*²⁴ para fazer as *sasá* e outros objetos ritualísticos do povo, como tiaras e Kókà. As enviras já estavam a 7 dias no rio, serão batidas com madeira, lavadas com sabão, pisadas e batidas no rio para sair uma sujeira e uma "baba", que se não for removida, às deixa dura e não ficam boas para utilizar. Almoçamos o queixada seco no sol. Sempre tem café fresco. A filha da Nanhê, Pökanghy passou o dia furando e fazendo colares de sementes. Fiz uma boneco de semente de juçara e cabeça de olho de boi para seu neto Dzúny.

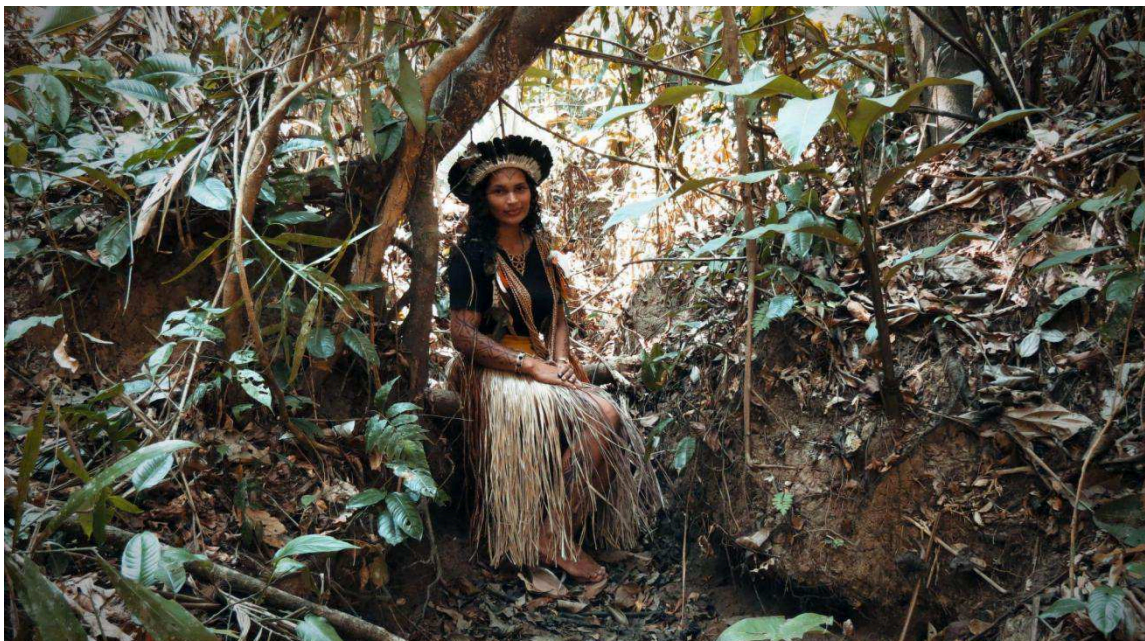
Sáimos pelo rio na canoa de Popò, fomos em direção a casa de um dos filhos da Nanhê. Ele é artesão faz Pawy e quando chegamos em sua casa, ele estava finalizando a ponta de uma flecha. Ele vive entre a cultura Apolima Arara e Kariú Kariri, pois sua esposa é Apolima Arara.

²⁴ *Ywira é a casca de uma árvore que serve para amarrar coisas e fazer objetos ritualísticos e culturais.*

Ele é um dos responsáveis pelos grafismos dos Apolima Arara e quem toca tambor nos rituais. Voltamos e pegamos uns cachos de bananas, num bananal bonito, na casa de outro filho da Nanhê. Peguei umas pimentas *olho pato* para comer com o peixe que Anhykerú estava trazendo da *vila* (como chamam a parte mais urbana de Marechal Thaumaturgo).

Voltamos e ao chegar começamos a ler um relatório feito por Mário Almeida em 2011 (Anexo onde o mesmo já apresentava o conflito e colocava a culpa dessa situação no ICMBio, por não se colocar em favor dos indígenas e comunidades tradicionais extrativistas que vivem dentro da REAJ, assim como menciona as decisões de portas fechadas, sem comunicação e nem vozes dos moradores da reserva. Apontamos que a maioria dos presidentes da reserva se mantiveram omissos, inclusive o atual, que é indígena, mas que não se manifesta em favor dos extrativistas e indígenas da reserva. Foi apontado que ele será chamado para poder ouvir a situação e mediar. Neste momento a Nanhê trouxe outros documentos importantes para a compreensão e desenrolar da situação: Estatuto da Associação de Seringueiras e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Juruá (1996) e Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Alto Juruá (1995). Que serão analisados com cuidado posteriormente. Já foi apontado que pode ser feito um Multidão para analisar a atual situação da reserva já ocupada com representantes da reserva, três técnicos capacitados e mais um policial. Tal ação pode ajudar a perceber como os indígenas Apolima Arara não estão utilizando a Reserva de maneira adequada, indo na contramão do estatuto e do Plano de Utilização, como apontam os Indígenas Kariú Kariri.

Fotografia 06 - Mana na floresta da Natiá Fronteira



Mana com vestimenta tradicional em evidência “sazá”, a caminho da nascente sagrada.

Fotografia 07 - Nanhê Maritô preparando a fibra de Ywira para secar.



Nanhê Maritô em frente a porta de entrada de sua érá casa que hoje está em posse dos Arara.

3.1.5. Dia 14 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Começamos o dia saindo pra mata, limpar a fonte sagrada do povo Kariú Kariri, onde são batizadas as pessoas da Natiá. No caminho em mata fechada, passamos pelo cemitério dos antigos, antigas casas, casas de farinha, antigas plantações de cana, bananais, abacatais, laranjais. Várias árvores grandes. Plantas de cura como o manacá e a cana do brejo, puçangas.

Retornamos e escutamos sons de tambor vindo do outro lado do rio. Fomos ver de mais perto e haviam indígenas Apolima Arara que pediam mais cachaça e falavam que "vieram fazer o que tinha que fazer por vida ou por morte". Falaram que iriam retirar as placa de boas vindas na língua Kariú Kariri, colocada na praia na entrada da Natiá, pendurada em uma Umbaúba. Voltamos e avisamos todos. Fomos em direção ao cais, chegando lá o cacique (Zé Angelo) José Angelo Avelino Macedo subiu primeiro, recebido pela Nanhê Maritô. Logo em seguida foram

subindo outros indígenas Apolima com flechas, arcos armados e muita ira, por ter sido colocada a placa e querendo saber quem eu era. O cacique veio em minha direção e me apresentei na língua e falei que estava aqui para escrever sobre o povo e fortalecer o ensino da língua para minha família que mora aqui. Eles disseram que eu não poderia ficar na terra sem a autorização deles. Falei que estava na casa de minha família. Eles não estavam muito disponíveis ao diálogo, falaram que a terra era deles e que o título já havia sido dado pra eles e o *homologada* a terra e que o presidente *Lula já havia assinado*. Nos chamaram de *invasores e de urubus que comem o que é dos outros*. Falei que esses laudos que haviam dado a terra, não contemplavam nosso povo, pois não haviam escutado, nossa história. O Cacique Zé Ângelo, falou que eu teria três dias para ir embora, senão eles viriam me tirar à força.

Eram neste momento sete Kariú Kariri e aproximadamente 150 indígenas Arara. Arrancaram a placa de "sejam bem vindos" dizendo que não poderíamos colocar placa nenhuma, pois a terra era deles, e que as placas deles eram colocadas pela Funai Federal. Importante ressaltar que outras invasões como esta já haviam acontecido, assim como a queimada de casas do Povo Kariú Kariri, esta foi a primeira vez que houve registro visual destas violências, causadas pelos órgãos responsáveis que estavam omissos.

Muita confusão, pois não queríamos que eles levassem a placa que foi feita em nossa língua e com desenhos e grafismos a mão. Eles estavam começando a ir embora, quando ouvimos um tiro. Havia chegado o cacique Chiquinho Siqueira que chegou colocando o prazo de 90 dias (da cabeça dele mesmo), para que nosso povo fosse embora ou eles iriam tirar de "um jeito ou de outro" e que a coisa não ficaria boa. Neste momento, eles começaram a me ameaçar de me levar preso e me amarrar na aldeia deles. Um grande tumulto, me afastei do grupo aconselhado pelos parentes. Eles correram atrás de mim. Retornei para cima do morro. Eles foram embora e elevaram a placa, que havia sido escondida. Tiraram fotos e gritaram. Depois, já pela noite chegaram alguns parentes do povo que moravam mais distantes em outras aldeias, ficamos conversando em volta da fogueira. Sai pela mata à noite pra me comunicar com os outros parentes e pedir que entrassem em contato com o MPI e FUNAI de Brasília, para terem ciência do que estava acontecendo.

Esperamos que tudo se resolva da melhor forma possível.
Atybá ayby Badzé. Hommodity!

Fotografia 08 - Araras Invadindo, Ameaçando e Roubando a placa de Boas Vindas da Natiá Fronteira



Momento da invasão dos Apolima Arara na nossa Natiá Fronteira. Eram 160 Araras contra 7 Indígenas Kariú, contando uma criança e dois idosos sendo um cego.

3.1.6. Dia 15 de agosto

Natiá Fronteira Kariú Kariri

O dia anterior foi tenso. Acordamos e nos organizamos para ir para a *vila*. Fomos fazer um boletim de ocorrência na polícia civil, mas como já haviam feito no dia anterior enquanto estávamos na Natiá, então somente acrescentamos alguns dados. Eles não podiam fazer nada, pois segundo eles, não era sua competência, mas federal. Os parentes Kariú Kariri que estão em Brasília fizeram um ofício junto ao MPI para informar o ocorrido, que direcionou o mesmo para a polícia federal do estado do Acre, Funai regional de Juruá, levamos então esse documento para a polícia militar, que também nos informou que não podia fazer nada. Indicaram o exército por ter competência federal e poder entrar nas áreas de conflito. Fomos ao quartel do Exército, mostramos os vídeos e eles se comprometeram em organizar algumas rondas pelo rio, para poderem inibir futuras ações.

Passamos a noite por lá. Os indígenas Kariú Kariri de todo o país, fizeram vários vídeos e publicaram fragmentos dos vídeos que registramos durante a invasão dos Apolima Arara na Natiá Kariú Kariri. Essa mobilização nas redes sociais fez o processo de vinda do MPI e Funai Nacional acelerar. Reunido-se de forma urgente para agendar sua vinda ao território. Fizemos um pequeno ritual de cantos na língua na *vila*.

Kanghy Kayá

Fotografia 09 - Mèká Kariú



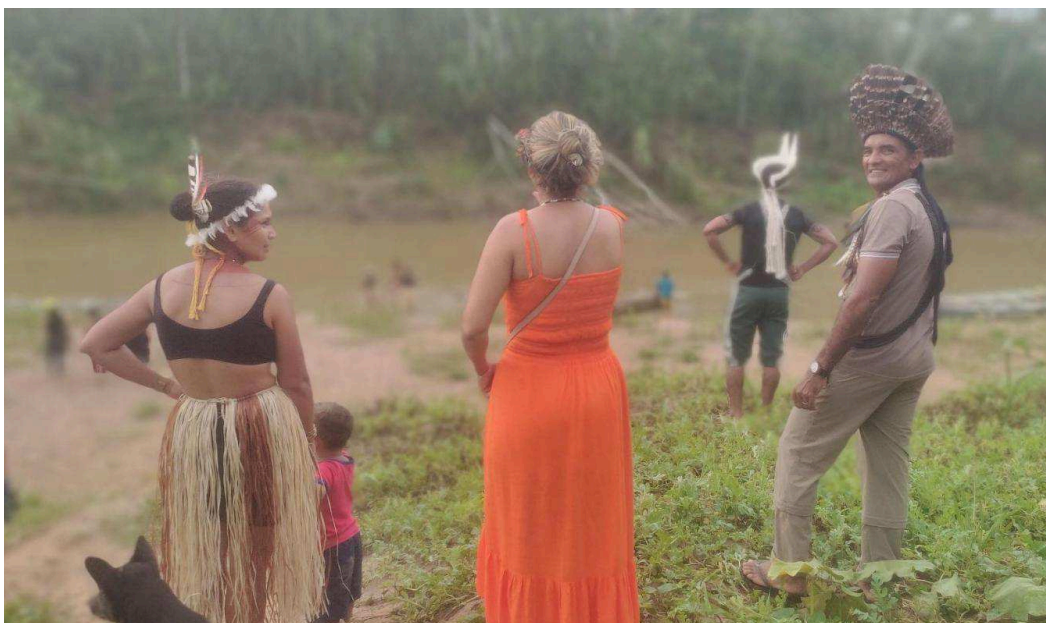
Grafismos e artesanatos nos braços da juventude indígena Kariú Kariri

Fotografia 10 - Ygueá Yracychy



Crianças com grafismos e usando vestimentas culturais Kariú Kariri

Fotografia 11 - Indígenas Kariú Kariri no porto da Natiá Fronteira



Filhos da Nanhê nascidos no Rio Amônia

Fotografia 12 - Crayóté



Cacimba de banhar no meio da mata coberta com alumínio, tábuas para lavar roupa e varal.

Fotografia 13 - *Maridzá tidacry kowówó - bu*



Mulheres Guerreiras Kariú Kariri confeccionando colares de miçangas e sementes.

Fotografia 14 - Pópó tidacry Tsambusebé



Pompom Kariú confeccionando Kóuká de penas de Garça e Arara.

3.1.7. Dia 16 agosto de 2023

Vila Marechal Thaumaturgo

Acordamos e fomos para a prefeitura conversar com o prefeito e informar a situação. Chegamos às 8h e fomos atendidos às 11h, durante esse intervalo encontramos o ex-presidente da reserva, que nos comunicou em vídeo que *nunca assinou documentos que validassem a sobreposição de área indígena sobre a reserva e se ele assinou algo, foi feito sem seu consentimento, assinaram por ele ou o enganaram por não saber ler*. Encontramos indígenas que precisavam de amparo para seu reconhecimento do Povo *Patavô* (em procura rápida na internet, este povo foi dado como extinto na região), três mulheres que residem na reserva e que falaram que não tem reconhecimento da Funai e que precisam de apoio para isso. Perguntaram se conhecíamos alguém desse povo, falaram que seu pai ainda fala a língua, mas que elas já não compreendem. Trocamos contatos.

Entramos no gabinete do Prefeito, mostramos vídeos e falamos dos erros que causaram esse conflito. Mostramos que a culpa dessa atitude dos Arara, não era culpa deles, mas de laudos mal elaborados e que não se dispuseram a ouvir as

pessoas da reserva, para saber suas histórias e do presidente que homologou a terra para o povo sem levar em conta outros povos ao redor. *Ele falou que era um erro sobrepor uma área federal sobre outra.* Falou que havia se encontrado no dia anterior com a liderança Apolima Arara, e que este nada havia falado sobre o assunto. Neste momento ele entrou em contato via Whatsapp com o cacique Arara e pediu que ele mantivesse a calma e que não era desse modo que se resolveria a situação, e se colocou disponível para o ouvir e resolver da melhor forma possível. Neste momento o MPI entrou em contato para informar que chegaria na cidade na próxima segunda-feira. Saímos e retornamos para a Natiá. Fizemos algumas paradas para informar todos da data da chegada do MPI. Fizemos uma roda de aprendizado e canto da língua. Jantamos.

Kanghy kayá

Fotografia 15 - Reunião em baixo do pé de Jamelão



Reunião em volta da fogueira de *murrão*²⁵ fazendo caldo para alimentar a todos na Natiá Fronteira.

²⁵ *Murrão* é o nome dado pelos Kariú do Acre para troncos grandes de árvores secas, cortadas para fazer uma fogueira que demora de dois a quatro dias, dependendo do clima e do uso. Sua utilização é normalmente ritualística para momentos especiais de encontros importantes.

3.1.8. Dia 17 Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Hoje não pude sair da Natiá, pois ainda hoje é o último dos três dias dados para que eu me retirasse do território. Mas segundo os parentes que ouviram na vila. Os Arara tentaram me levar, pensando que eu era a pessoa que daria a terra para os indígenas Kariú Kariri. Outros dizem que eles já estavam agindo assim com a intenção de me levar para coagir o povo Kariú para sair da sua terra, me utilizando como moeda de troca. De toda forma, eles estão amedrontados. Acreditamos que com a fala do prefeito, eles tenham compreendido, o que não os impediu de continuarem os assédios. Um parente (que nem mora na região de conflito), que vinha pelo rio Amônia vender pão, foi parado e quase não o deixaram passar.

Fizemos um conversa e Pökanghy, falou que foi expulsa da aldeia Apolima Arara, por se casar com uma pessoa que não era indígena Arara, e mesmo ela tendo filhos Arara, expulsaram ela e seus filhos, com uma carta assinada pelos Caciques, os mesmo que estão tentando novamente expulsar sua mãe de onde ela mora. Seus filhos mesmo sendo Arara não tem direito ao território? Como funciona isso para eles?

Fizemos alguns *Buzzu*²⁶, *kowowóá*²⁷ (colares de sementes), tiaras. Fomos pegar Jenipapo, Anhykerú pegou arremessando pedaços de paus “rebolos”. Ralamos e fizemos tinta, nos pintamos. Comemos melancia plantada pela Nanhê que fez uma fala de orientação para a chegada do MPI e ficou pensando se os Arara iriam tentar prender os representantes, mas acreditamos que eles se prejudicam ainda mais com uma situação como esta. Orientou a logística e divisão de tarefas.

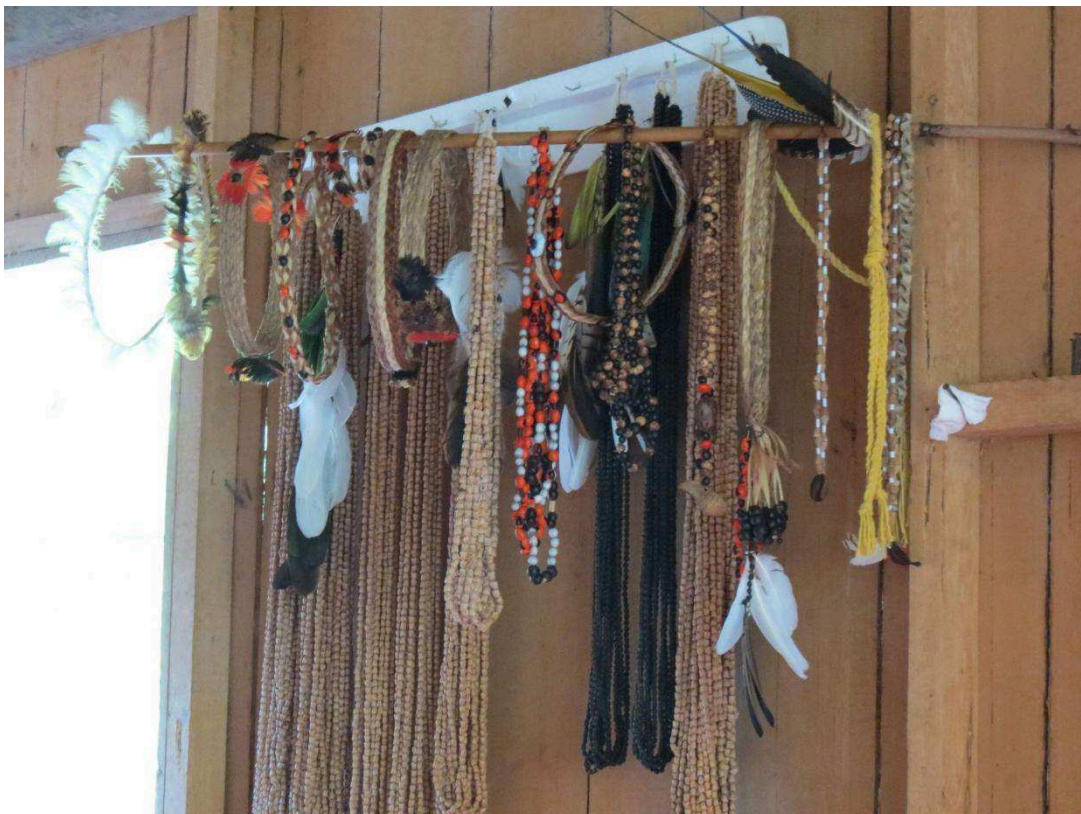
Comemos um caldo de carne com farinha e banana assada. Fumamos Pawy. Pedimos a proteção do Grande Espírito para os nossos, para nós e para os Arara para que a possam permitir ser tocados por *pywonhé* união.

Kanghy kayá

²⁶ Buzzu é um instrumentos de sopro ritualístico de sopro Kariú Kariri

²⁷ Kowowóá colares de sementes que podem ser feitos de pfaia, mulungu, saboneteira e outras

Fotografia 16 - *Dicrodycelé*



Colares de sementes, kowowoá, tiaras e colares sagrados Kariú Kariri pendurados na parede

3.1.9. Dia 18-22 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira e Vila

Fizemos um barraco para receber as pessoas. Esse é o segundo espaço que foi arrumado, lá dá pra armar redes. O primeiro é debaixo do pé de azeitona roxa com bancos feitos de árvores caídas, onde fazemos fogueira todos os dias pra aprender a língua e cantos, conversar muito e comer banana assada ou caldo.

O barraco virou a *Swbatkerá* (casa do conhecimento/escola). Duas das crianças já aprenderam muito a língua, Ashila e Thais se empenharam e até puxaram rezos e torés sozinhas.

Recebemos do Grande Espírito um canto pra fortalecer nosso espírito, o canto faz uma chamado à luta e mostra que somos desta terra chamada Acre, pois também ela é nossa terra.

Yetçãmya txôdjôkié Acre andery dzudé raddá nió dehé dehé.

Fui para a cidade passar uns dias pra tentar agilizar a vinda do MPI, pois já adiaram muitas vezes. Remarcaram para o dia 29 sua chegada em Marechal, esperamos que assim seja. Os indígenas Apolima disseram que irão invadir a terra no dia 28. Estamos esperando que seja um blefe. Mas vamos nos preparar para isso. Seguimos nos rezos e orações, para que eles tenham paciência e coração bom.

Nestes dias fizemos muitos *Buzzû* e os decoramos com jenipapo, pirógrafo e penas. Estão muito bonitos. Fizemos colares e tiaras. *Kówowó*. Brincos de flores de penas. Comemos *nambu* (pássaro da região). Os parentes limparam a cacimba. Hoje dia 22 retornei pra Natiá. Foi feita *cunobó* farinha e muito *warunú* beijú.

Fotografia 17 - *Kunobóerá*



Avó Delângela acompanhada de filha Mana e seus dois netos na *kunobóerá* casa de farinha fazendo *warudú* beijú crocante

Cantamos a noite. Colocamos o terceiro grupo de *murrão* (troncos para queimar na fogueira) na espera do MPI e Funai. Vimos que o Cimi daqui fez uma publicação incitando os indígenas Apolima a invadirem nossa terra dizendo que nós somos invasores. Enviei essa publicação para um representante do Cimi do Maranhão que são nossos parceiros de luta, mas ainda não tive retorno. Só podemos contar com nós mesmo e com o Grande Espírito.

Enviei mensagens para minha família e amigos que estavam preocupados. Falei com minha filha. Tive nestes dias acesso a documentos importantes que a

Nanhê guarda, falam sobre a quantidade de plantas que foram cultivadas ao longo dos anos. E escritos a mão e relatórios de Mauro Almeida, Doutor em antropologia que estuda a muitos anos os indígenas da reserva e apontava sua etnia e Migração, assim como dos Apolima. Colocava que ambos eram povos indígenas e que seus processos migratórios para esta região do Acre, se deram praticamente ao mesmo tempo. Também tinha referência a outros pesquisadores que falavam sobre o povo e árvores genealógicas, o que demonstra como eram próximas às etnias, e muito diversos os povos misturados.

Ainda irei me debruçar sobre estes escritos. Alguns irei procurar na internet, pois eram dissertações e teses.

Kanghy kayá

3.1.10. Dia 23 Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Comemos *warudú*²⁸ e *kunobó*²⁹ feitos na casa de farinha na Natiá Fronteira do Rio Amônia. Dia de fazer Kóká, fiar sementes de chumbinho para fazer Kowowó (colar tradicional Kariú Kariri). Fizemos tinta de Jenipapo. Fiz o grafismo da borboleta, do povo Kariú e da serra do Araripe. Lemos vários documentos, atas de reuniões, registros e tive acesso a laudos antigos, Walter Coutinho era um deles, um dos piores segundo a Nanhê Maritô. Muita coisa poderia ter sido resolvida se a justiça federal tivesse intervindo com antecedência. Fiz fotos destes todos, até do registro de nascimento da Nanhê e de seu pai, que estaria completando neste último dia 23 de agosto 105 anos, sendo ele o mais novo de seu avô, o que nos sugere que estamos agora na 7ª geração. A família Kariú Kariri da Nanhê tem mais de 150 anos na região, sem contar sua origem por mãe que é originária da região do povo chamado de *Muicuí Macaxeira*, cujo a mesma sempre afirmava pra ela desde pequena que ela era indígena originária daqui.

No fim do dia retornou do trabalho o parente Anhykerú e, com sua passagem por lugares com acesso a internet, chegou a notícia do quarto adiamento da visita

²⁸ *Warudú*: Beijú na língua Kariú.

²⁹ *Kunobó*: Farinha de macaxeira na língua Kariú.

técnica do MPI e Funai para resolução do conflito. Segundo Daniela Alarcon, outros Ministérios querem vir à região. Que foi remarcada para o dia 13 a 18 de Setembro. Ficamos apreensivos e um pouco decepcionados. Mas seguimos confiando na força do Grande Espírito, pai celestial, Badzé, ao que pedimos orientação e amor no coração daqueles que nos ameaçam.

Atybá ayby Badzé! Hommodity!

3.1.11. Dia 24 de Agosto de 2023

Natia Fronteira Kariú Kariri

Acordamos e tomamos café. As pinturas de jenipapo ficaram bem fortes, as crianças haviam jogado a tinta forte no barranco, só boje que achamos, mas a tinta *mè* tinha ficado forte também. O grafismo que fiz na *Biké* (filha de Pökanghy) ficou bem forte. Uma das crianças, Thais, já aprendeu 6 torés na língua. Colocamos as palavras na língua em alguns lugares como no filtro *Dzú* água e assim vamos fortalecendo nossa língua. Pela noite estudamos mais um pouco. As crianças aprendem mais rápido.

Li o relatório do Walter Coutinho de 2001, pela primeira vez e ele mesmo fala que foi um tempo insuficiente, só passou **quatro dias** em campo e destes, só dois na comunidade, os outros foi em Cruzeiro do Sul. E não menciona visitas a outras comunidades que seriam afetadas com a demarcação da terra. Muito displicente segundo a Nanhê, pois eles mesmo não aceitaram outras terras, por ter outras pessoas e provavelmente indígenas já ocupando "não se pode deixar de ser oprimido, para ser opressor". Não querer para o outro o que não se quer para si, é um princípio básico de bem-viver e para conviver.

Chegaram alguns parentes que estavam indo em direção ao Tio Lió (Natiá mais distante, já na divisa com os Ashaninka), que fica subindo o rio Amônia e passa pelas comunidades Arara. Resolvi não ir ainda. Mas quero e preciso ver meus parentes e saber deles como veem essa situação e como pensam que é a melhor forma de resolver tudo sem mais conflitos. Para nós, esse território ela tem mais que

valor monetário, pois tem nosso *naté trabalho* em cada planta sobre a terra, o suor e sangue de nossos ancestrais.

Ayby karætsy! Hommodity!

Fotografia 18 - Fotos antigas com árvores



Registro antigo, mostrando as árvores já de grande porte que a Nanhe e Mestre Cayey plantaram da semente, destacando o tempo que eles vivem na região.

3.1.12. Dia 25 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Dia de secar a cacimba de beber, que estava com muitas folhas. Tinha uma jararaca na cacimba. Teve visita do primo Erâyã Tico, com sua irmã, esposa e filhos. Ele foi criado em convivência com o povo Ashaninka, pois mora na divisa com a terra deste povo com seu pai Lió. Fiz pintura de jenipapo e conversamos sobre a situação. Ele tem em sua tradição o uso e feitio de *ubumanayã* (aowaska), *tané* e *cuca*, *tchamero*, como grande parte do povo Kariú Kariri do Acre. Alguns são cristãos e mantêm um diálogo entre as tradições indígenas e cristianismo. Atualmente usam *Badzé*, um dos nomes de deus na língua sagrada Kariú para falar do Pai Celestial. Fizemos um toque com os *Buzzu* e pintados de jenipapo. Comemos

melancias plantadas na praia pela Nanhê Maritô, que neste dia também preparou sacos com folhas para novos plantios de sementes: *Paü*. Fiquei na rede na cabana que foi levantada próximo à casa de Pökanghy e Popò, e dormi parte da noite por lá. Nesta noite e na anterior ouvimos barulhos na mata e os cachorros ficaram bem agitados.

Kanghy dzunú

Fotografia 19 - *Paü*



Nanhê preparando o *Paü*³⁰ de folhas para fazer mudas.

3.1.13. Dia 26 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Fizemos um documento para ser levado para o Exército pedindo proteção, contra uma nova invasão incentivada pelo CIMI - Conselho Indigenista Missionário do Acre, que em umas das publicações que mostra os conflitos no Brasil, coloca nosso povo como Invasor de sua própria terra.

O documento, direcionado ao exército, foi enviado para os Kariú Kariri que estão na Vila. Pela tarde, limpamos a cacimba de beber novamente, pois ela amanheceu com um *mucury (tipo de rato do mato)*, dentro dela. A noite chegou a notícia que os Arara, receberam notificação do MPI, que se eles fizerem novos

³⁰ *Paü* é matéria orgânica de folhas em decomposição para colocar em pequenos sacos para fazer mudas ou para colocar em canteiros. Nem todas as folhas servem para fazer um bom *Paü*.

ataques responderão judicialmente pelos crimes. À noite ficamos num clima mais leve. Hoje comi *nambú* e *maracanã*, duas aves abundantes na região em que os parentes se alimentam. Yeendé (filho de Pökanghy Delângela) pegou uma jararaca e colocou num litro para levar para a escola. Mas todos achavam melhor não levar, por ser uma espécie venenosa. Sugerimos dele levar o peixe *tambuatã* que já está a muitos dias dentro de uma panela com água, ele foi tirado de outra cacimba. A mãe da lua cantou huihuihouuuu. A noite chega mais alegre.
Itutuité mó Tsohoá Kariú Kariri Acriú.

3.1.14. Dia 27 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Dia de comer *arraia*. Fiz *arraia* no leite de coco, os parentes do acre não tem muito costume de comer. Fizemos fotos na mata para demarcar esse território com as nossas vestes tradicionais, pinturas, *kowowó* e *kouká*, tiaras e outros objetos sagrados. Mesmo com a ameaça do ataque marcado para o dia de amanhã. Estamos mesmo com segurança que a mensagem do MPI, fez com que os indígenas Apolima, não venham tentar nada no dia de manhã. Na força que o Grande Espírito nos dá. Sendo assim, daqui uns dias, irei passar pelo rio na frente da aldeia dos Arara para ir na Natiá dos parentes que moram mais distante, próximo a divisa com os Ashaninka.

Hoje foi dia de sonhos e planejar como e onde serão as casas com a resolução deste conflito, pois atualmente ninguém tem feito novas casas e os filhos e netos, tem que ficar se virando na cidade, com risco de serem cooptados pelas facções, tráfico, drogas e alcoolismo.

Fotografia 20 - Kunobóerá 2



Nanhê Maritô observando ser fotografada, ela está próximo a prensa de macaxeira.

3.1.15. Dia 29 de Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Dia de fazer Kunobó farinha. Tem registros. Pela manhã os parentes foram buscar a macaxeira do roçado da Nanhê. Já trouxeram descascada de lá. Lavamos. Aqui não se planta muito mandioca brava. Moer. Prensar. Peneirar. Secar. Peneirar novamente. Torrar. Esfriar. Fazer warudú. Lavar os cachorros com a água da prensa para ficarem sem pulga e com o pêlo brilhante. A noite foi dia de tomar aowaska, usar rapé, dormir na mata. O Grande Espírito nos direciona a ter calma e paciência. Ansiedade é a ancestralidade da cidade.

Badzé Sebeyamysã

Fotografia 21 - Yracychy



Registro de Mana e Enzo, Thais e Caline “vestidos da cultura” como normalmente falamos.

3.1.16. Dia 30 Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

No amanhecer do dia vi a parente Pökanghy na porta de sua casa, vestida com sua *Cusma* Vermelha com grafismos. *Cusma* é uma vestimenta usada pelos povos do Acre, principalmente os Ashaninka, mas como as culturas acabam por se transformarem, muitos dos indígenas Kariú Kariri desta região, também as usam, assim como falam a língua Ashaninka, exemplo do mestre Francisco Cayéy (esposo da Nanhê), Tico, José e Kenayra (cujo pai é Ashaninka), entre outros. Pökanghy estava dando alimento para o Kayo. Cheguei com um *warundú* e ele aceitou. No dia anterior, ele brincando na *pitê rede* havia caído de nariz no chão e ainda estava emburrado da queda. Chegaram na Natiá: Tonton, Chapolin e também Kenayra. Fomos na mata tirar leite de *Janaúba*, que aqui chamam *Janaguba*, na folha é um pouco diferente com a ponta um pouco mais pontiaguda, mas é a mesma planta, seu leite é usado para ajudar no processo de gravidez e aqui para unir ossos

quebrados. A companheira do Chapolin, Caline está querendo engravidar, o leite foi para ela. Pinteí a parente Kenayra com jenipapo *wewé borboleta*. Chegou a noite e resolvi dormir fora de casa. Na *tapyry cabana* que foi feita pra receber mais gente na Nátia. Ainda improvisada, coberta de lona, pois segundo a Nanhê, os Arara, fazem confusão, caso seja feita uma nova casa. Desse modo, Pökanghy com seu companheiro, não podem nem reformar sua casa e sonham com o dia em que poderão fazer uma casa para receber seus filhos (estes todos filhos de pai Apolima Arara).

Os cachorros estão latindo muito, mas é normal. Tem muito bicho pela mata. Gosto de ouvir os som dos bichos, grilos, pássaros, sapos e outros. Quando fui tomar banho na cacimba da casa de forno, tinha uma cobra coral vermelha alaranjada com preto.

nînkândeá nîenhy. Kanghy Kayá.

3.1.17. Dia 31 Agosto de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Acordei na mata. Sem onça. Com o som dos pássaros e dos galos. Descobri hoje que galo velho bata um ovo pequeno, mas sem gema.

Fomos na mata pegar uns *esteios* e uns *caibros* para levantar uma *Êrá* para receber o a Comitiva do MPI. Trouxemos e depois tiramos as cascas para poder durar mais e não dar cupins. Almoçamos. Comecei a lembrar a arte do barro com os parentes. Fizemos umas cuias de beber, simples. O barro parece bom pra fazer potes. À noite estudamos a língua até tarde da madrugada. Emprestei minha voz em áudio, pra eles ouvirem e devolverem com a deles já cantando.

Buyõ crody ay biridudu.

Yetçã chi ery buyéwóhóretsè.

Nhânhikié ayby ery manutedzy wohoyéá kayapri.

Fotografia 22 - Êrá em construção para receber a comitiva do MPI



Construção coletiva de Êrá coberta com palha.

3.1.18. Dia 9 Setembro de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Passamos o dia riscando, batendo e cobrimos metade da casa que estamos subindo. No fim do dia chegou o parente Anhykerú com um quarto de boi e comemos assado. À noite sonhei com o parente Yeendé me levando em uma bajola para o céu para pescar entre as estrelas. Foi um sonho bonito. Foi mesmo.



Mestre Cayéy debulhando milho conhecido como “Milho Kariú” que foi trazido pelos troncos velhos para a região.

3.1.19. Dia 10 Setembro de 2023

Rio Tejo / Natiá Fronteira Kariú Kariri

Acordamos cedo às 5h e saí com "Pompom" e Popò em direção ao Rio Tejo onde aconteceu o jogo do campeonato municipal de times de Marechal Thaumaturgo. O nome do time deles é Falcões, na frente da camisa tem o nome "Kariú Kariri", a camisa é bonita cinza com detalhes em vermelho. O time estava na 4a posição e é um dos principais times. Ganhou a partida de 2x1, o outro time era o último da tabela, mas parece que estavam motivados e jogaram com raça. Faltou um dos principais jogadores do time "Chapolin", pois havia desmentido o dedão do pé. O jogo foi cerca de 2h30 de "Róla" (tipo de canoa local), saindo da Natiá Kariú Kariri que fica no Rio Amônia, passando pelo Rio Juruá, até chegar no Rio Tejo, local do Campeonato. No caminho encontramos outros jogadores que foram acompanhando em suas bajolas e “rólas”, uns pegando carona com os outros.

Durante o jogo comi uns "Vips", "iogurtes" e churrasco no copo. No retorno passamos na casa de João Paulo e almoçamos por lá, galinha da terra e feijão plantado por ele. Agradecemos e começamos a retornar. Paramos na "vila", "pompom" ficou e a parente Biké seguiu viagem com a gente até a Natiá Kariú Kariri.

Fui recebido pela Nanhê com uma carne desfiada e farinha. Depois com um caldo feito pela parente Pökanghy. Acendemos a fogueira e assamos *bakobá banana* como de costume a noite. Conversamos e rimos do jogo, das quedas e das crianças que brincavam em volta da fogueira ou com os cachorros. Ora também eles *birravam* rsrs. Quando retornei para a casa da Nanhê começamos uma conversa sobre o Grande Espírito e sobre como as religiões diferentes precisam se respeitar para que a comunidade tenha união. Coisas que há na Bíblia e coisas que são somente da cabeça de seus mentores. Conversamos sobre não demonizar as medicinas nativas que alguns parentes usam tradicionalmente como Aowaska, Cuca, Rapé, *Paewy Cachimbo*, Caiçuma e Aloá, para que não tenhamos distanciamentos, mas união entre as pessoas. Se o uso é um desejo da pessoa, esse é seu livre arbítrio, não devemos impor nada sobre o outro, pois isso é uma forma de violência. Falamos sobre a criação de uma *Erádzozó* ou *Cupichaw* (como eles chamam), *espaço sagrado de uso comum* e a importância de não violar o que é sagrado para o outro. Falamos sobre: que se não aceitamos, a forma com que o outro se conecta com o Deus deles, porque achamos errado, ele não aceitar, a forma que nós nos conectamos com o nosso Deus? Nada deve ser imposto, tudo deve ser dentro de uma visão que é igual, o homem não cura nada, mas o Grande Espírito, sim.

Traduzimos para a nossa língua uma passagem da Bíblia que achamos ser igual para todos: "*uká ay Yêãhny amé wohoyé ay sypatéá*" "*amar ao Grande Espírito sobre todas as coisas*". A igreja em que a Nanhê, Seu Cayéy e Adailson fazem parte é a Congregação Cristã no Brasil é a mesma igreja do Apóstolo Pedro, como falaram.

Atybá aybé Badzé!



Time de futebol *Falcões* com o nome Kariú Kariri na parte da frente, formado por indígenas de duas Natiá.

3.1.20. Dia 12 Setembro de 2023

Natiá Fronteira Kariú Kariri

Dia de muita limpeza e organização. Um dos parentes, um grande irmão que fiz, Romário, tem origem Shipibo do Peru, ele passou o dia com a roçadeira abaixando os capins do caminho e do terreiro. O parente Anhykerú tirou uma tábua para o assoalho da nova casa, uns dizem que é do Moisés, outros para o casamento do Dondon, outros do Pompom. Todos querem, mas até agora, não dá pra saber mesmo quem vai morar lá. Fiz uma *xanduca* (tipo de *pawy* cachimbo sem cabo) para o parente Popò, ele quem tem mais fumado *paewy*, *kuítané rapé* e tomado *aowaska* comigo. Bihé popó dó yetçã todyklé sembohó nianhikié. Tiramos as palhas do terreiro e Nanhê varreu tudo. Fomos até o “Réi” (vizinho que tem internet Star Link) e falamos com representantes do Exército que avisaram que iriam vir com equipe médica para nossa aldeia, pela primeira vez. Todos estão felizes com essa conquista (não vieram).

O MPI também entrou em contato e falou da programação de chegada deles aqui em Marechal Thaumaturgo e como será o roteiro, ficamos um pouco incomodados pelo fato deles terem colocado no documento que as visitas acontecerão dentro da “TI Arara do Rio Amônia” negando nossa presença, mas eles, na pessoa da Daniela Alarcon, disse que isso não retirava nosso direito de permanência e que a ida do MPI e da Funai nacional era uma conquista nossa. Eles irão passar uma noite com o povo Kariú Kariri e outra com os Apolima Arara. Esperamos que tudo seja resolvido. Embora hoje a Nanhê tenha apresentado um documento de 2016 com o cacique Chiquim dos Apolima se exaltando, agredindo verbalmente promotores e juízes e falando que não aceitaria a decisão de paz e permanência das comunidades tradicionais na área da reserva ao qual eles estavam reivindicando.

À noite fizemos uma roda de toré puxada pelo Mestre Cayéy, Kenayra, Nanhê, Anhykerú, Pökanghy, Pompom, Popò, Enzo e Kaio. Foram muitas "modinhas" em Portugues, Kariú e Ashaninka. Foi um dia de celebração.

Fotografia 25 - Desenho de Mestre Cayéy



Desenho de observação que fiz de Mestre Cayéy na rede com seu óculos escuro e palavras na língua Kariú Kariri colados na parede. Cayey está cego, mas lembra cada árvore que plantou, assim como os cantos que atravessavam as noites, nos momentos antes deste conflito, quando os povos estavam unidos, pois eram somente uma família.

Fotografia 26 - Mestre Cayéy com *marauka* na rede



Mestre Cayéy de 84 anos cantando suas “Modinhas” com o *marauka* enquanto é observado pelo seu bisneto Kakai na rede.

3.1.21. Dia 15 Setembro de 2023

Natiá Fronteria Kariú Kariri

Hoje estava prevista a chegada do Ministerio dos Povos Indígenas e Funai em Marechal Thaumaturgo e outros representantes do Governo, mas chegaram a um acordo em reunião no dia de ontem em Cruzeiro do Sul que para segurança deles, ficariam uma dia na Aldeia Apolima Arara, retornariam a Marechal Thaumaturgo e no outro dia, neste caso dia 17 domingo, virão para a Natiá Kariú Kariri que fica na comunidade Quieto no Rio Amônia. Chegaram a esse acordo para segurança dos mesmos, pois os Apolima Arara já mantiveram cativos pessoas da Funai em outros momentos e pelo fato de já terem ameaçado o Povo Kariú Kariri recentemente.

Tive acesso a muitos manuscritos, onde os moradores da reserva na representação de dona Maritô, atual Nanhê Kariú Kariri, pedia revisão de laudos, falavam que não iriam sair, pedia revisão de bens e pagamentos justos caso eles fossem ser retirados, que eles eram em sua maioria velhos e que era difícil recomeçar tudo. Em alguns a propria Nanhê se colocava como branca/negra na

pessoa de representacao da reserva, ainda sem compreender que a mesma era indigena, assim como a maioria das pessoas da reserva que eram consideradas Comunidades tradicionais, descendentes de indigenas e mestiços que sofreram com a escravidão dos "patrões" da borracha no Acre.

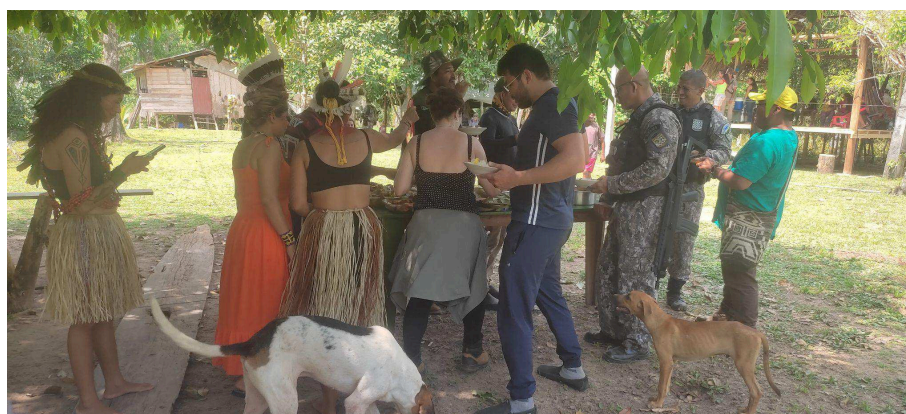
Passamos parte do dia, nos pintado de jenipapo e organizando o espaço para poder receber as pessoas na Natiá. Batendo feijão e arroz plantados na Natiá para servir aos que viriam.

Fotografia 27 - Delângela debulhando o feijão



Yetçãmy PóKãghy Delângela dibuiando feijão da plantação local da Natiá Fronteira

Fotografia 28 - Reunião com MPI, FUNAI e ICMBio



Comitiva que se reuniu na Natiá Fronteira para nos ouvir pela primeira vez. No meio da imagem, Marcos Kaingang e Daniela Alarcon, ao lado dos policiais da Força Nacional que vieram para a sua segurança, de chapéu, o representante do ICMBio e de boné o representante da CR FUNAI.

3.1.22. Dia 20 Setembro de 2023

Natiá Alto Amônia Tengo e Lió

Subi o Rio Amônia, agora com um pouco mais de segurança que os indígenas Arara não iriam fazer nenhuma tentativa de atentado contra esse movimento. Fui de bajola com o parente Tico, filho de Tengo (Kariú Kariri) e Neca (Amoaka), chegamos já *kieretu* fim da tarde, o tempo entre as Natiá é de uma hora, pra duas rápido na bajola no motor 8 com duas pessoas. O Rio Amônia para acima está mais cheio e segundo os parentes lá tem mais abundância de peixe, fauna e flora.

A Reserva Extrativista do Alto Juruá tem um manual de convivência e regras para uso geral dos recursos, com a ocupação dos Apolima Arara esses acordos foram todos quebrados, deixando os extrativistas e povos tradicionais que vivem na região, como os Kariú Kariri e Amoaka, sem compreender o motivo serem obrigados a saírem desta região ancestral, cultivada e preservada, para que outros indígenas possam viver.

A vinda do MPI e outros representantes da FUNAI de Brasília e da CR do Acre (Rio Branco), nos deu esperança de uma resolução para essa situação que iniciou mais acirradamente em 2000, quando os Apolima Arara começaram a reivindicar a RESEX como parte de sua área e tiveram o apoio da Funai local, Cimi e pouca defesa dos representantes da RESEX e do ICMbio. Segundo o Marcos Kaingang (MPI), responsável por resolver este conflito, se os Apolima continuarem a serem violentos, eles podem ser presos, dando o exemplo de seus primos que estão presos até hoje por queimarem uma casa. Ele afirmou para todos os presentes que o Estado Brasileiro tinha cometido um erro com a sobreposição e pediu desculpas. Tanto RESEX como a Área Indígena são federais, a sobreposição foi um erro, pois esta já era uma área de proteção, preservação e já estava na mão de pessoas que sabem cuidar e reflorestar. Conversa da noite.

Neste dia ainda subi um pouco mais o rio para ir pegar internet com Tico na Terra Ashaninka, mas estava boa a conexão. Estamos enviando o nome dos representantes que irão para Brasília para uma reunião, reivindicação feita pelos Arara no dia da reunião feita em nossa Natiá, quando estes pararam a comitiva no meio do rio em seu retorno para Marechal Thaumaturgo.

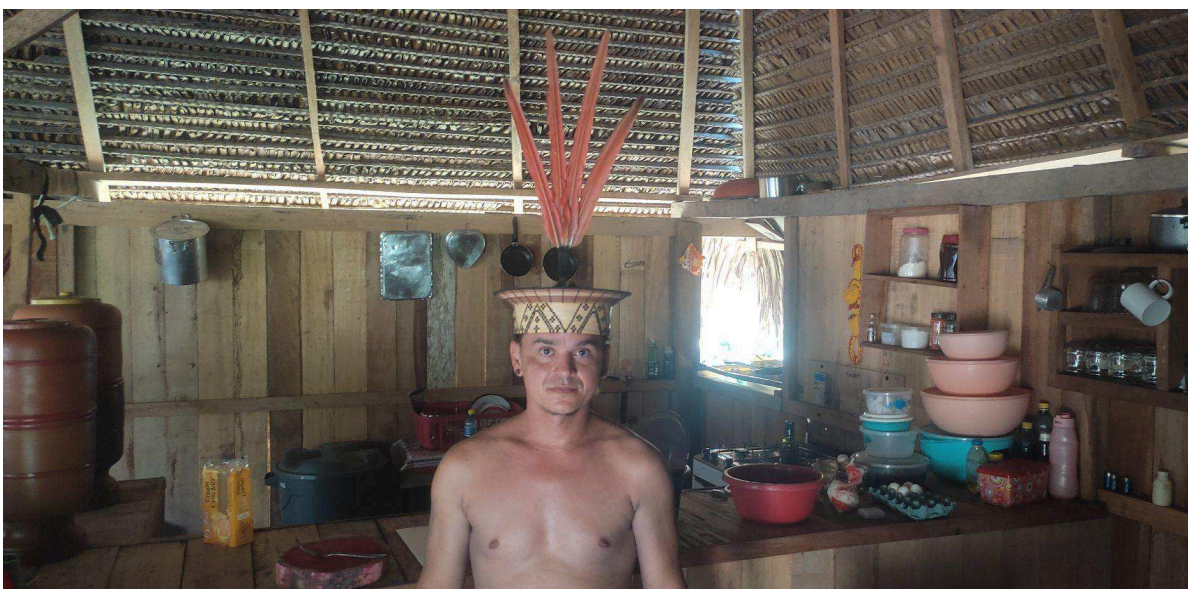
3.1.23. Dia 21-22 Setembro de 2023

Natiá Alto Amônia

Ficamos três dias na roça pela manhã. Tem canavial, onde os parentes fazem *gramixó* (espécie de açúcar natural). A terra Kariú Kariri é igual a ideia de paraíso. Tem tudo plantado para sobrevivência, sem precisar de recurso exterior. Galinhas, peixes, frutas e caça próximo a casa. Comemos uma *paca* da caçada na noite.

Os parentes que moram lá, vivem em relação próxima aos Ashaninka, sabem a língua "*gira*" (como chamam as línguas indígenas) e uso medicinal de ervas. Os parentes fazem uso ritualístico de tchamero, chico, cuca, aowasca, ervas para banho, benzimentos. Fizemos um ritual à noite, os cantos foram em língua Ashaninka e Kariú. O parente José é *Bydzamú* um guardião dos rezos e conduz rituais de Oasca segundo as tradições e língua Ashaninka, sendo ensinado a muitos anos pelos mestres locais como Benk e Moisés Ashaninka. José e Tico são símbolos do trânsito cultural e de como as tradições interagem e se modificam ao longo do tempo, nas relações territoriais e em diálogo com outros povos, mas sem perder sua origem e pertencimento.

Fotografia 29 - Único registro meu na Nátia do Alto Amônia



José *Bydzamú* tirou essa foto comigo minha usando o Kóúká Ashaninka.

Fotografia 30 - Pintando a Cusma 01



Fazendo grafismo com lama na *Cusma*³¹ na Natiá Kariu do Alto Amônia.

Fotografia 31 - Pintando a Cusma 02



Pintura da *Cusma* com lama pelos parentes Kariú-Amoaka na Natiá Kariu do Alto Amônia.

³¹ *Cusma* é um tipo de vestimenta que cobre o corpo inteiro, pode ser utilizado tecido industrial ou feito de forma artesanal em tear. Normalmente são feitos de tecido grosso como o Brim, mas os Kariu Kariri do Acre fazem de um tecido mais leve. São pintados grafismos tradicionais com pigmentação natural de plantas (aguano e outras) e de uma lama negra retiradas dos rios.

Fotografia 32 - Tokênhé Kowowó



Confecção de colares de miçangas e sementes sendo transmitido para próxima geração na Natiá Kariú do Alto Amônia.

3.1.24. Dia 24 Setembro de 2023

Natiá Baixo Amônia - Tia Ana

Cheguei à terceira Natiá Kariú Kariri, ainda na Reserva Extrativista, mas nesta região não há conflito com sobreposição de terra. Muitos dos parentes são casados com Indígenas Arara e as relações são tênues nesse sentido. Combinamos de à noite fazer um ritual para cantos e ensino da língua e foi muito fluido e com participação de crianças e adultos. Foi uma noite com fogueira e toré em volta da fogueira. Buyõ krody.

Estar ensinando a língua tem sido um canal para falar de nossas raízes e fortalecer o espírito do nosso povo no Acre, que tem sofrido racismo e violência territorial e falta de humanidade e amor.

Kanghy kayá

Fotografia 33 - Wonhé Kayá



Reuniões noturnas para aprendizado da língua e conversas sobre ancestralidade e lutas.

Fotografia 34 - Buyêyê



Toré em volta da fogueira na Natia Baixo Amônia Tia Ana.

3.1.25. Dia 25 Setembro de 2023

Natiá Baixo Amônia - Tia Ana

Pela manhã dei aula de cantos sagrados e da língua Kariú Kariri para as crianças. Limpamos as folhas debaixo de uma mangueira e fizemos um toré. Comemos abacaxi que as crianças pegaram na plantação. Fomos na cacimba que precisa *desgotar* secar. Fizemos arco e flechas para as crianças brincarem. Pela tarde fui pra um roçado limpar, tiramos os troncos maiores para tocar fogo em *coivara*, era uma roça nova. A casa seu Noca fica mais pra dentro da mata *no centro*. A noite fizemos roda de cantos e estudo da língua com os adultos. Está cada dia mais bonita a participação e entrega de todos ao aprendizado da língua.

Fotografia 35 - Bode Kari



Pescaria coletiva no açude na Natiá Kariú Tia Ana.

Fotografia 36 - Coivara Muicuy



Coivara de área nova para plantio de *macaxeira* na Natiá Kariú Tia Ana.

Fotografia 37 - Kunoboerá 03



Kunobóerá casa de farinha artesanal Natiá Tia Ana

Fotografia 38 - Maridzá andé Marã Kariú



Times de futebol maculino e feminino da Natiá Kariú Kariri Tia Ana

Fotografia 39 - Rio Amônia



Rio Amônia visto da Natiá Tia Ana

Fotografia 40 - Maridzá Rosa Tydacru pitécitó



Yetçãmy Rosa Kariú ensinando e tecendo uma Tarrafa.

Fotografia 41 - Maridzá Maria tydacru sazá



Yetçãmy Maria aprendendo e tecendo um Tçambusebé de palha de *Xila*.

Fotografia 42 - Tydacru Kóuká yghé



Yetçãmyá Kariú Kariri fazendo Kouká de penas colhidas pelas crianças.

Fotografia 43 - Swbatkeá Dzu Ycrocelé



Aula da língua para as crianças debaixo da mangueira na Natiá Kariú Tia Ana.

Fotografia 44 - Wbyá mémará “Bënhékié”



Kariú Kariri reunidos para assistir o filme “*Bënhékié*”³² na Natiá Tia Ana.

³² *Bënhékié* é uma palavra que usamos para alegria, diversão, brincadeira. Foi o primeiro filme criado todo na língua Kariú Kariri, sendo criado principalmente pela disponibilidade das crianças no aprendizado da língua durante o período de minha presença nas Natiá.

4. Tsohóá Kariú Kariri do Acre: Um panorama geral do conflito entre Povos Indígenas causado pelo Governo brasileiro

Os Kariú Kariri vivem nesta área na Reserva Extrativista do Alto Juruá desde antes de sua criação pelo “DECRETO Nº 98.863, DE 23 DE JANEIRO DE 1990”, assinado pelo presidente da República José Sarney. O que dava direito permanente a todos os seus moradores indígenas ou não indígenas extrativistas e descendentes dos seringais. Parte dos Tsohóá Kariú Kariri chegaram no Acre por volta de 1800, antes mesmo da cidade de Marechal Thaumaturgo existir, mas como podemos provar isso? Nossa memória da terra, nossa tradição e cultura, lugares sagrados, árvores centenárias plantadas ou preservadas, em documentos existem os registros das rotas do Ceará para a “Boca do Acre”. Antes das lutas que deram origem a RESEX do Alto Juruá, juntamente com Chico Mendes, sendo que antes, os mesmos já haviam sido removidos de outra área reivindicada pelo povo Ashaninka em 1990, sendo informados pelo iCMBio, que não mais passariam por esse tipo de constrangimento e violência, o que não tem acontecido.

Em 2023 o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinou o “DECRETO Nº 11.504, DE 28 DE ABRIL DE 2023” dando posse a terra que os descendentes de escravizados nos dois ciclos da borracha na cidade de Marechal Thaumaturgo (antiga Minas Gerais), entre estes estavam indígena de diversas etnias como Kariú Kariri, Ashaninkas, Nawas, Kuntanawas, Kaxinawas, Amoakas, Nukekuin entre outros. Com a recente homologação e sobreposição da terra de indígena Apolima Arara sobre a REAJ, onde moram os Kariú Kariri, o povo Apolima Arara, tem feito inúmeras ameaças, queimada de casas e difamações, como se o Povo Kariú não tivesse direito sobre a terra que já cultiva a mais de 150 anos.

Tem mais de 23 anos que o Tsohóá Kariú Kariri pedem uma revisão dos laudos antropológicos, já que estes nunca tiveram a oportunidade de contarem quem são. Somente em 2023, os Kariú Kariri tiveram acesso aos Laudos antropológicos que deram direito à terra a um povo, em detrimento do que já vivia lá. Nos Laudos ao qual nos ateremos em um capítulo posterior específico, podemos observar a ausência de diálogo com os mesmos, sendo que em alguns destes textos nem são mencionam a existência dos Indígenas Kariú Kariri na área, mesmo

estando presente na região desde 1905, sendo escravizados em dois momentos pelos *senhores da borracha*.

Os Kariú Kariri da REAJ, vem sofrendo inúmeras ameaças de expulsão e racismos, os indígenas do Acre, atribuem esse situação à Funai da Regional do Acre e aos antropólogos com seus laudos que só ouviram uma parte interessada, sendo que alguns os atribuem a categoria de "Cariús" como sinônimos a branco, mesmo com a reivindicação identitária diante do estado, tal situação ao meu ver, por conta de que para alguns grupos falantes de outras língua indígenas, o nome de nossa Etnia se parece com o nome que eles deram aos brancos colonizadores "Karaiú". Os Kariú Kariri eram "estrangeiros", mas originários do próprio Brasil, num deslocamento forçado pelo estado. Diante desta situação Tsohóá Kariú Kariri do Acre, do Maranhão e do Ceará, começaram acionar os mecanismos digitais para visibilidade da luta, fazendo vídeos e escrevendo cartas para diversos órgãos de proteção e para o governo, conseguindo assim reuniões que foram fundamentais para a permanência na localidade, pois segundo os indígenas da *Natiá* (aldeia) Fronteira, a Funai e os indígenas Apolima continuaram falando que os Kariú Kariri seriam removidos de suas aldeias no mês de Junho de 2023.

A partir dessa mobilização virtual, os Kariú Kariri conseguiram uma reunião com a FUNAI Nacional e MPI (Ministério dos Povos Indígenas), por meio da Secretaria Especial de Mediação de Conflitos, de forma online no dia 10 de Maio de 2023 às 14h, que foi desmarcada um hora antes de acontecer. Foi publicado um vídeo falando de nossa insatisfação diante desse desrespeito com nosso povo que teve que se deslocar por mais de 4 horas até um local com acesso a internet no Acre. Houve posteriormente uma reunião presencial na Funai de Brasília, no dia 23 de maio de 2023, com um representante Kariú Kariri (Moises Moreira Kariú), Luciano Pequeno (CGID/FUNAI), Daniela Alarcon (MPI) e assessor de secretário executivo designado pela secretaria Kexeru. Não houveram grandes encaminhamentos nesta primeira reunião, mas houve um reconhecimento do Ministério dos Povos Indígenas do erro do estado diante desta sobreposição de terras e de que será organizada uma visita aos territórios para uma escuta com todos os envolvidos (Kariú Kariri, Apolima Arara, CR da Funai e ICMBio).

Mesmo depois desse primeiro diálogo com o MPI e Funai Nacional, imaginávamos que iram diminuir as tensões, mas as violências continuam

acontecendo por parte do Indígenas Arara, de forma verbal, juntamente com assédios da FUNAI local, que segundo os Kariú Kariri do Acre, foram impedidos até de fazerem roça para se alimentar e impedidos em alguns momentos de passar pelos rio.

Diante da permanência desta situação o Tsohóá Kariú Kariri tornaram a dialogar com o Ministério dos Povos Indígenas, não sendo atendidos de imediato para resolver a situação. Neste momento foi feita uma reunião geral do povo Kariú Kariri para eleger Nanhê (liderança temporária, diferente de cacique, que não existe em nosso povo). Foi direcionado pela Nanhê Maritô, a continuação das divulgações de novos vídeos na internet para que fossem ouvidos e que o direito à terra seja de todos os povos indígenas e não somente de um. Foram divulgados vídeos em diversas redes sociais como Instagram, Twitter, Facebook, o que deu visibilidade para a fala do Tsohóá Kariú Kariri com mais de 100mil visualizações. Sendo procurados pelo MPI para uma nova reunião, onde foi agendada uma primeira visita ao território para o mês de Julho de 2023, com o objetivo de resolver esse conflito. Sendo esta a primeira vez o Tsohóá Kariú Kariri foi escutado pelos órgãos governamentais, segundo os próprios indígenas mais antigos da região, a Funai regional Acre, não recebia as documentações reconhecimento étnico do povo, chegando a queimar alguns documentos e como os mesmos, em sua maioria analfabetos, não sabiam da necessidade da cópia de recebido, não ficando sem cópias destes documentos, fato que foi reafirmado pelos representantes do ICMBio em nossa Natiá.

Ressalto que muitos dos indígenas Kariú Kariri do Acre, não falam bem a língua portuguesa e não sabem escrever em português, vivem da pesca e do cultivo artesanal e extrativismo. Na *época das secas*, para ter acesso à cidade são aproximadamente 7 horas de canoa da aldeia mais distante, o que inviabiliza mais ainda a mediação com os órgãos governamentais. Das nove *Natiá* Kariú Kariri, somente três continuam resistindo, sendo elas morada de nossos anciões que lutaram, plantaram e regaram com sangue e suor essas árvores que crescem no território.

Em um dos relatos de Jacinta Kãghy Kariú (indígena Kariú Kariri do Acre nascida na RESEX) fala que seu avô Vicente foi um dos primeiros a chegar no Acre, fugiu do Ceará por medo de ser escravizado:

Ele tinha medo de ser pego pela capitania. Contava a seus filhos que conseguiu entrar em um navio até chegar no Rio Amazonas, em um local onde as pessoas eram separadas e destinadas para onde iriam cortar a seringa, o ouro preto da época. Relatava todo o sofrimento, agonia e a brutalidade de como era tratado aquela "gente", com muita bebida alcoólica, mortes por assassinatos, doenças e enterrados às margens dos rios, o que nem sempre acontecia, às vezes era largado no rio ou deixado pra trás. (JACINTA, Anexo 1)

Passar por um novo processo de expulsão do território tem deixados os indígenas Kariú Kariri em um estado de desespero, para além da árvores plantadas, das casa e do pertencimento criado ao longo do tempo há lugares espirituais como podemos ver na fala de Jacinta:

Tem lugares sagrados nesse território, temos a fonte de água que todos os anos banhamos e ouvimos a minha mãe contando histórias de nossos bisavós, que se banhava nela. Pra nós, é uma forma de batismo, de banhar-se na mesma fonte onde uma anciã se banhava e que foi para seu reino encantado. Uma ancião detentora, de muito ensinamentos repassados a nós, e para nós isso é sagrado. Perderemos isso também? Não é impossível separar a água do sal. Mas essa separação de olhar e dizerem não é índio, ou não índio na nossa comunidade, tem gerado danos irreparáveis, pelo simples fato de ouvir uns e outros não. (JACINTA, Anexo 1)

Reparação histórica para que os povos, todos os originários, tenham terras para poder viver suas culturas e modos de se relacionar tradicionais com a mãe natureza. Mas sabemos que onde vemos "Mãe Terra", os capitalistas e o Espírito Colonizador veem a Natureza como "Dinheiro e Recurso". Precisamos dar valor ao bem comum para a sobrevivência coletiva na terra, a natureza é espírito, não matéria de uso ilimitado, como podemos ver nos últimos meses do ano de 2023 onde os rios secaram e a temperatura média da terra subiu 2% (CNN, 2023). Estamos vivendo um momento crucial para a vida coletiva sobre a terra e enquanto as terras estiverem sendo devastadas por correntões, monoculturas destruidoras, agrotóxicos, mineração, estaremos sempre à beira de catástrofes causadas pela própria burguesia ou Espírito Colonizador, que devora a terra, a água num tempo muito mil vezes mais acelerado que o tempo de restauração ou crescimento de um árvore até que esta dê frutos.

Os indígenas Kariú Kariri elaboraram esse Mapa 05 da região com as datas de ocupação, aldeamentos, divisão dos clãs, roçados e estrada para o seringal. Ele surge como uma necessidade de visualização das dimensões de tempo e da ocupação dentro do território e pelos rios Juruá e Amônia, principalmente. Este mapa revela não só o que podemos ver, mas o quanto nosso povo conhece esse território, assim como tem seus ancestrais enterrados, pois eram os Kariú quem viveram sempre nesses lugares, mesmo antes de estarem na região reivindicada pelos Kampa.

No mapa podemos observar a presença do povo em quase toda a extensão do rio Amônia ao longo do anos, segundo Jacy Kariú, a maioria do povo gostava de sempre ir subindo o rio e nunca voltar. No entanto, observamos que o povo teve que retornar em 2024 para a base do rio, não por vontade, mas pela pressão e por não quererem mais estar em zona de conflito, até que eles recebam sua terra permanente. No mapa podemos observar os dois *Yetçãmyápy Clãs*, do Fumo e do Peixe, que se uniram e preservaram as tradições ao longo do tempo, mesmo com todo o contexto contrário à sua volta. Segundo os parentes Kariú Kariri, essa região onde estão agora, foi uma das primeiras ocupações antes de virar Marechal Thaumaturgo.

Mais do que mapas ou textos, somos existências e sabemos nossa história. Cada passo que foi dado pelas matas atrás das seringas ou cada canto entoado. cada centímetro de rio que separou os Kariú Kariri do Território é lembrado, cada semente que foi plantada e que hoje os Apolima Arara que comem o que plantamos, cada casa que fizemos e que hoje moram outros indígenas é memória que o tempo não irá esquecer. Quem está ao nosso lado e quem está contra nós, quem nos ajuda e quem nos impede de existir será lembrado.

Abaixo temos algumas certidões de batismo dos filhos da Nanhê Maritô que evidenciam as datas de ocupação no Rio Amônia a partir do nascimento de seus filhos. Certidão de nascimento dela (72 anos) e Registro Geral de seu pai Francisco Eugênio Moreira, que em 2025 estaria completando 106 anos, sendo que seu pai, Vicente Eugênio Moreira, já vivia na região.

Certidão 01 - Orleilson

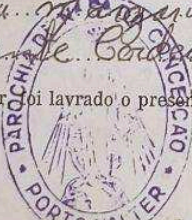

PRELAZIA DO ALTO JURUA
Cruzeiro do Sul

CERTIDÃO DE BATISMO
PARÓQUIA DE *Porto Walter*

Livro..... Fl.....

No dia *19* de *Janeiro* de 19 *76*, na *Capela Taumaturgo*
desta Paróquia, batizei solenemente *Orleilson*
nascido em *Rio Amônia* no dia *23* de *novembro* de 19 *75*,
filho (a) de *Francisco das Chagas Filho*
Maria Margarida Cordero Moreira Foram seus padrinhos:
Vicente Cordero Moreira *Leônia Soares da Silva*
Para constar foi lavrado o presente termo que assino.

O VIGÁRIO *Po. Sr. Francisco Welzel CSSR*

Certidão de Batismo de Orleilson filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 23 de novembro de **1975**, evidenciando a presença de nosso povo na região desde 1975.

Certidão 02 - Geilson


PRELAZIA DO ALTO JURUA
Cruzeiro do Sul

CERTIDÃO DE BATISMO
PARÓQUIA DE *Porto Walter*

Livro..... Fl..... N.º.....

No dia *19* de *Janio* de 19 *78*, na *Taumaturgo*
desta Paróquia, batizei solenemente *Geilson*
nascido em *Amônia* no dia *4* de *Maio* de 19 *77*,
filho (a) de *Francisco Soares da Silva*
Maria Margarida Cordero da Silva Foram seus padrinhos:
Abelino Cordero Moreira e *Angelica Cordero Moreira*
Para constar foi lavrado o presente termo que assino.

O VIGÁRIO *Po. Sr. Alfredo Lima*



Certidão de Batismo de Geilson Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 04 de Maio de **1977**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1977.

Certidão 03 - Adeilson

PRELAZIA DO ALTO JURUÁ

CERTIDÃO DE BATISMO

PARÓQUIA DE Porto Valter
Cruzeiro do Sul Livro Fl. N.º

No dia 19 de Jan. de 1978, na Taumaturgo
desta Paróquia, batizei solenemente Adeilson
nascido em Rio Amônia no dia 04 de Maio de 1978
Filho (a) de Francisco Soares da Silva
Maria Marg. Condeira da Silva Foram seus padrinhos
Juvenal da Silva - Neiva Margara

Para constar, foi lavrado o presente termo que assino
O VIGÁRIO + Dom Henrique Rulli

DAN
Legal de madeira,

Certidão de Batismo de Adailson Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 04 de Maio de **1978**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1978.

Certidão 04 - Francisco Edigênio

PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO
Porto Valter - Cruzeiro do Sul - Ac Livro N.º
Prelazia do Juruá - ACRE Assento N.º

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que
no dia vinte do mês de janeiro
de mil novecentos e oitenta e um
nesta Paróquia, na (no) Taumaturgo
foi batizado solenemente: FRANCISCO EDIGÊNIO
nascido em Rio Amônia
no dia três do mês de novembro
de mil novecentos e oitenta
filho(a) legítimo(a) de: Francisco Gomes da Silva
e de Maria Marg. arida Condeiro Moreira

Certidão de Batismo de Francisco Edigênio Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 03 de Maio de **1980**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1980.

Certidão 05 - Gláucio José

PARÓQUIA IMACULADA CONCEIÇÃO
Porto Válter - Cruzeiro do Sul - Ac Livro N.º XVII
Prelazia do Juruá - ACRE Assento N.º 120

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que

no dia Sete do mês de Setembro
de mil novecentos e oitenta e dois
nesta Paróquia, na (no) Taumaturgo
foi batizado solenemente: Gláucio José
nascido em Amonia
no dia Nove do mês de abril
de mil novecentos e oitenta e dois
filho(a) legítimo(a) de: Francisco Soares de Oliveira
e de Maria Margarida Cordeiro Moreira
Padrinho: Orlando Cordeiro Moreira
Madrinha: Edmunda Nogueira de Souza
Celebrante: o Padre Alberto R. Urban

Para constar lavrei este termo que assino.
Taumaturgo, Porto Válter 7 de Setembro de 19 82

Certidão de Batismo de Gláucio José Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 04 de Maio de **1982**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1982.

Certidão 05 - Alaiudo Kariú

PRELAZIA DO ALTO JURUÁ

CERTIDÃO DE BATISMO

PARÓQUIA DE Porto Válter

Livro. Fl. N.º

No dia 13 de Janeiro de 19 84 na Vila Taumaturgo
desta Paróquia, foi batizado Alaiudo
nascido em Rio Amônia no dia 26 de Junho de 19 83
Filho (a) de Francisco Oliveira Silva
Maria Margarida Cordeiro Moreira Foram seus padrinhos
Edilso Filho Sargh
Sra de Melo Sarah

Para constar, foi lavrado o presente termo que assino.
O VIGÁRIO + Dom Henrique Rull

Certidão de Batismo de Alaiudo Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 04 de Maio de **1983**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1983.

Certidão 06 - Maria Ciderlândia

PRELAZIA DO ALTO JURUÁ

CERTIDÃO DE BATISMO

PARÓQUIA DE Porto Valtter

Livro _____ Fl. _____ Nº _____

No dia 20 de Janeiro de 1985, na Vila Taumatugo desta Paróquia, foi batizado Maria Ciderlândia nascido em Arara no dia 6 de Julho de 1984

Filho (a) legítima de Francisco Soares de Oliveira
Maria Margarida Cordeiro Moreira Foram seus padrinhos
Getúlio Ferreira do Vale
Lucy Freitas da Costa

Para constar, foi lavrado o presente termo que assino.
 O VIGÁRIO Pe. Damiro Sebald

Certidão de Batismo de Ciderlândia Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 06 de Junho de **1984**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1984.

Certidão 07 - Maria Jacinta

Cruzeir

PRELAZIA DO ALTO JURUÁ

EST. ACRE — EST. AMAZONAS

Sede: Cruzeiro do Sul - AC.

L. nº: XIX

Fls. nº: 107


Nº de Ordem: 851

CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que no dia 19 do mês de Julho do ano de mil novecentos e oitenta e sete em Taumatugo Paróquia Porto Valtter Prelazia do Alto-Juruá, foi solenemente batizado pelo Pe. Pe. Jorge José Maria Jacinta nascido em Amônia aos dezenove dias do mês de Julho de mil novecentos e oitenta e cinco, filho legítimo de Francisco Oliveira da Silva e de Maria Margarida Cordeiro Moreira

Certidão de Batismo de Maria Jacinta Kariú, filha da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 19 de Julho de **1985**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1985.

Certidão 08 - Moisés


 ESTADOS DO ACRE E AMAZONAS
 L. nº:
 Fls. nº:
 N. de Ordem:
CERTIDÃO DE BATISMO

Certifico que no dia nove do mês de Julho do ano de mil novecentos e noventa em V. L. Tamaritanga Paróquia Pondo Vallen Diocese de Cruzeiro do Sul foi solenemente batizado pelo Pe. Pedro Benjes: Moisés nascido em Rio Amônia aos 12 dias do mês de Julho de mil novecentos e oitenta e oito, filho legítimo de Francisca Oliveira da Silva e de Maria Margarida Cordeiro Moreira Foram padrinhos José Ribamar Oliveira da Silva Tzélia Oliveira do Mole
 Obs:

Certidão de Batismo de Moisés Kariú, filho da Nanhê Maritô, nascido no **Rio Amônia** no dia 12 de Julho de **1988**, evidenciando a presença de nosso povo na região em 1988.

Certidão de Nascimento 01 - Maria Margarida Cordeiro Moreira

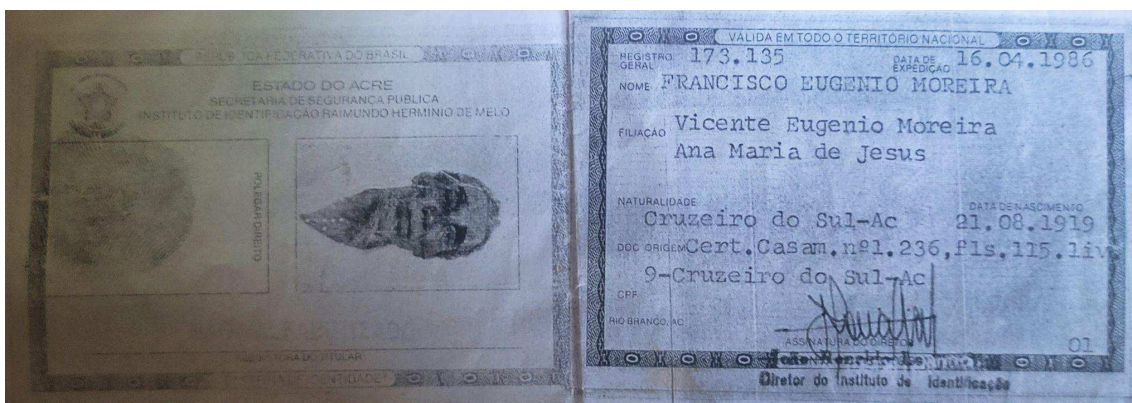
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 ESTADO DO ACRE
 REGISTRO CIVIL DO TERMO E COMARCA DE CRUZEIRO DO SUL
 Oficial do Registro das Pessoas Físicas

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

CERTIFICO que no livro nº A-24 de registro de nascimento, às folhas 238 sob número 238 está registrado o assento de: 1111111111
MARIA MARGARIDA CORDEIRO MOREIRA /=/=/=/=/=/=/=/=/=/=/=
 sexo feminino, de cor 111111 nascid. a no dia 04 do mês de Maio de 1953 às 16. horas, em Ser. Panela, N. Mun. Filho de Francisco Eugenio Moreira e de dona Terezinha Cordeiro Moreira Sendo avós paternos Vicente Eugenio Moreira e de dona Ana Maria de Jesus e maternos Raymundo Cordeiro de Oliveira e dona Francisca Cordeiro da Silva Declarante A própria registranda Foram testemunhas Raymunda Rita Rodrigues Costa Maria Soares de Souza

Certidão de Nascimento da Nanhê Maritô nascida em 04 de Maio de 1953.

RG - Registro Geral 01 - Francisco Eugênio Moreira



RG de Francisco Eugênio Moreira, pai da Nanhê, nascido em 21 de Agosto de 1919.

Mapas e Certidões são corpos-território, os corpos dos indígenas Kariú Kariri que tem seus “umbigos” placentas plantadas e suas árvores ancestrais que não mais poderão ser acessadas ou colhidas os frutos, como parte da tradição. Temos aqui mais do que uma violação aos direitos humanos, mas uma negação à nossa própria existência entrelaçada à tradição com a terra que nascemos, outro corte feito e assinado pelo estado. Como podemos observar, temos registros e documentos desde 1919, muito antes de existir a cidade Marechal Thaumaturgo, que tem somente 33 de emancipação de Cruzeiro do Sul.

As certidões de batismo, de nascimento e o RG são evidências legítimas da presença de nosso povo na região e que nosso povo nasceu nas margens do Rio Amônia, onde foi expulso pelos indígenas Arara com aval do Estado brasileiro. Essa escrita é a nossa narrativa dos fatos, com as provas que temos em mãos para além de nossa fala, pois muitos de nós nem sabem ler.

O povo Kariú Kariri e o rio Amônia tem o mesmo espírito e essa memória não poderia ter sido desvalorizada diante da demarcação de uma terra, que causaria sua desapropriação como se não estivéssemos ali, como se não tivéssemos nascido ali, onde nossas anciães e anciões foram enterrados.

III. YARUÁMÈT'HÖ UITANEDIKIÉ

5. YAKAWÓTÇÃ: A presença dos Kariú Kariri e a produção do esquecimento nos relatórios da Terra Indígena Arara do Rio Amônia

5.1. Relatório de Identificação de delimitação da TI Arara do Rio Amônia de Walter Coutinho (2001)

A presente seção tem como objetivo analisar o relatório de identificação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, elaborado por Walter Coutinho em 2001, no contexto do processo de demarcação conduzido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, atual Fundação Nacional dos Povos Indígenas). A análise será orientada a partir dos marcos legais e normativos vigentes à época, com especial atenção à Portaria nº 14/MJ, de 9 de janeiro de 1996, que trata especificamente sobre as regras para a elaboração de relatórios circunstanciados de identificação e delimitação dos territórios indígenas. buscamos trazer junto a essa análise de conceitos fundamentais da antropologia, como escuta etnográfica, pluralidade étnica e territorialidade. Trazemos o foco para os efeitos degradativos da não inclusão do povo Kariú Kariri no processo, evidenciando como a metodologia utilizada contribuiu para o seu apagamento étnico dentro do território.

Um dos principais impasses no processo de reconhecimento étnico-territorial do povo Kariú Kariri, reside na forma como os estudos técnicos foram conduzidos pelo Estado brasileiro, especialmente o relatórios de identificação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, o primeiro deles elaborado por Walter Coutinho em 2001. O próprio documento reconhece que o trabalho de campo teve duração extremamente limitada, *pouco mais de dez dias*, o que compromete a densidade etnográfica necessária a um estudo fundado nos princípios da antropologia clássica. Como o autor do relatório afirma, tratou-se de um levantamento “mais próximo a um *survey* propriamente dito do que de um trabalho de campo ‘clássico’ em conformidade com a tradição etnográfica” (COUTINHO, 2001, p. 9). Essa abordagem minimalista impossibilitou a escuta ampla de outros grupos indígenas presentes na área, entre eles os Kariú Kariri, cuja presença histórica no território é hoje reconhecida pelo próprio Estado. Em vez de adotar uma perspectiva multi étnica, como preconiza a

antropologia contemporânea e os dispositivos da Convenção 169 da OIT, o GT optou por um recorte limitado, centrado apenas nos que se autodenominavam “Arara”, como atesta o trecho em que o autor declara ter centrado esforços exclusivamente “no esclarecimento de aspectos da organização social dos que hoje se denominam Arara no rio Amônia” (p. 9). A ausência de uma escuta dialógica e a negação da pluralidade de ocupações revela uma postura assimilacionista, reforçada pela tentativa de legitimar uma “indianidade genérica” (p. 121) em detrimento das especificidades étnicas locais. Agrava-se o quadro o fato de o relatório mencionar, sem maiores explicações, que identidades indígenas foram evitadas devido ao seu “caráter negativo a nível regional” (p. 121), configurando um ato de apagamento e discricionariedade incompatível com o rigor técnico e ético exigido em laudos dessa natureza. Tal conduta contraria diretamente os princípios estabelecidos pela Portaria nº 14/MJ, de 9 de janeiro de 1996, que regulamenta o procedimento administrativo de identificação e delimitação de terras indígenas no Brasil, exigindo a atuação interdisciplinar do GT (Grupo Técnico) e a consideração dos critérios históricos, antropológicos e socioculturais, com atenção à diversidade étnica, à ocupação tradicional e à escuta efetiva de todos os povos afetados incluindo indígenas, seringueiros e extrativistas da REAJ. A metodologia seletiva e excludente adotada nesse caso, portanto, não apenas compromete o processo de demarcação, como também fere o direito à identidade, à memória e à posse tradicional assegurados pela Constituição Federal de 1988.

A análise do relatório de 2001 evidencia que o não reconhecimento do povo Kariú Kariri no processo de demarcação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia não foi fruto do acaso ou da ausência de informação, mas resultado de uma escolha metodológica e política por parte do Estado, que não garantiu recursos e tempo para que o trabalho do antropólogo pudesse ser melhor executado e analisado posteriormente. A falta de escuta ativa e o apagamento das identidades étnicas divergentes implicam na violação de direitos fundamentais e devem ser objeto de revisão, reparação e reabertura do processo demarcatório, à luz das normativas nacionais e internacionais que garantem o direito dos povos indígenas à terra e à autodeterminação.

5.2. Relatório de Terri Aquino (2002)

O relatório técnico elaborado por Terri Valle de Aquino em 2002, no contexto da regularização fundiária e ambiental da região do Alto Juruá, traz elementos significativos para compreender a dinâmica étnica no território da Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ). Ainda que se proponha a esclarecer os conflitos oriundos da sobreposição entre terras indígenas e unidades de conservação, o documento termina por reforçar a exclusão de povos historicamente presentes no território, como os Kariú Kariri. Ao examinar o relatório, ao mesmo tempo que reconhece, marginaliza, a presença de famílias indígenas Kariú no interior da REAJ, desconsiderando sua legitimidade histórica e seu direito à consulta e autodeterminação, conforme prevê a Convenção nº 169 da OIT e o artigo 231 da Constituição Federal.

Na página 42 do relatório, o autor transcreve um depoimento que revela, com clareza, a origem étnica de uma linhagem familiar diretamente vinculada ao povo Kariú Kariri. A fala da moradora Arara é registrada nos seguintes termos:

"O meu bisavô era o Felizardo Cerqueira, um cearense **cariú**, que também era pai do Sueiro lá dos Kaxinawá do rio Jordão. A minha avó, que é mãe da minha mãe, era irmã do Chico Arara... Essa é a nossa família." (Relatório de Terri Valle de Aquino, 2002, p. 42)

Essa menção explícita à origem "cariú", uma variante gráfica de Kariú Kariri, constitui um testemunho direto de que famílias descendentes desse povo indígena nordestino vivem há décadas no território. A menção ao Ceará como origem e à rede de parentesco com Kaxinawá, Arara, Amoaka e outros, mostra como a ocupação da área é antiga, interétnica e continua até os dias atuais.

O relato prossegue abordando o histórico de deslocamentos sofridos por essas famílias, inclusive antes da criação da REAJ:

"Rapaz, essa nossa luta começou desde o tempo que a gente morava ali na área dos Ashaninka, em 1987, 88... Aí, quando nós já estávamos tentando resolver a nossa terra aqui, foi criada a Reserva Extrativista... decretada em 1990. Aí foi que complicou mais ainda a nossa situação." (p. 17)

O processo de criação da REAJ, embora voltado à proteção ambiental e ao extrativismo sustentável, terminou por marginalizar famílias indígenas que já ocupavam a área, sem oferecer-lhes mecanismos de consulta, reconhecimento ou

participação, para que estas também tivessem, não só a promessa de nunca mais serem removidos, mas o direito permanente de um território para si. Situação vivida tanto por indígenas Arara como por indígenas Kariú Kariri de forma iguais, ante a saída da terra demarcada para os Ashaninka em 1990.

Ainda que o relatório reconheça a ancestralidade indígena dessas famílias, ele relativiza sua legitimidade ao atribuir-lhes um caráter "misturado" ou culturalmente diluído:

"Mesmo muito misturadas e perdendo muito de suas tradições culturais, essas famílias são consideradas indígenas... mas nunca tiveram firmeza de lutar por seus direitos e por sua terra." (p. 13)

Tal formulação reproduz uma lógica de "autenticidade étnica" baseada em critérios pessoais de visibilidade cultural e mobilização formal, ignorando os direitos assegurados a todos os povos indígenas, independentemente do grau de integração ou "mistura" percebida.

A análise do relatório de 2002 evidencia que há documentação suficiente da presença de famílias descendentes do povo Kariú Kariri no interior da REAJ, com ocupação tradicional, vínculos territoriais e redes de parentesco que se estendem por décadas. No entanto, essa presença foi desconsiderada nas decisões administrativas que levaram à delimitação da TI Arara do Rio Amônia. O apagamento institucional promovido por esse laudo ou na leitura oficial dele, revela um padrão estrutural de exclusão de povos indígenas que não se encaixam nos modelos dominantes de representação étnica e política. A presença de um antropólogo oficial, deveria ser, um marco importante na compreensão das complexidades étnicas, antes de demarcar uma terra indígena ou mesmo de suprimir a possibilidade de criação de outras no mesmo momento

5.3. Relatório de Conclusão da Delimitação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, produzido por Antonio Pereira Neto em 2004

A análise dos relatórios elaborados por Walter Coutinho (2001) e Terri Valle de Aquino (2002) revela que o apagamento da presença do povo Kariú Kariri no Alto Juruá não se deveu apenas a limitações metodológicas individuais, mas se configura como um processo mais amplo de institucionalização da exclusão. A atuação coordenada, ou a omissão, de órgãos do Estado brasileiro, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), contribuiu diretamente para a marginalização histórica desses indígenas.

O Relatório de Conclusão da Delimitação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, produzido por Antonio Pereira Neto em 2004, reconhece explicitamente que, na criação da Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ) em 1990, não houve consideração para a presença de povos indígenas no território e que a FUNAI sequer participou ou foi consultada sobre a ocupação existente (PEREIRA NETO, 2004, p. 102-113). Tal omissão gerou a sobreposição de projetos ambientais e fundiários sobre áreas de ocupação tradicional, sem respeitar o direito dos povos indígenas ao reconhecimento territorial.

Ainda segundo o mesmo relatório, intervenções federais ocorreram sobre territórios de ocupação indígena sem que houvesse qualquer providência para regularizar uma área própria para aqueles povos (PEREIRA NETO, 2004, p. 107-138). Esses reconhecimentos tardios mostram que a exclusão do povo Kariú Kariri não resultou da falta de informações, mas de escolhas antropológicas e administrativas que privilegiaram projetos de conservação e regularização fundiária em detrimento dos direitos originários dos indígenas que se manifestavam constantemente pelo seu reconhecimento.

Diante desse cenário, a reabertura do processo de identificação e delimitação no interior da REAJ é medida imprescindível. Caso o procedimento não seja reaberto para garantir a escuta e a inclusão do povo Kariú Kariri, é necessário assegurar, como medida de reparação mínima, que o povo seja formalmente

consultado em processo próprio, garantindo o direito à demarcação de uma terra indígena específica. A consulta prévia, livre e informada, conforme estabelecido na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e no artigo 231 da Constituição Federal, é obrigatória e inadiável.

A afirmação de que os indígenas Arara estão na região desde 1978 e em 1985, em registros da FUNAI (esta mesma que nunca nos ouviu na região e queimava nossos documentos), foi um fundamento essencial para que eles pudessem garantir a terra, segundo relatório assim como em 1985 (p.146). Nós, no entanto, temos registros de nosso povo que datam de 1919, um período muito anterior a isso, se este é um item importante.

A efetiva consulta ao povo Kariú Kariri permitirá não apenas corrigir injustiças históricas, mas também assegurar o exercício de seus direitos territoriais, culturais e políticos. A demarcação de uma terra própria é condição fundamental para a preservação de sua identidade étnica, para a continuidade de seus modos de vida tradicionais e para a reparação dos danos causados pelas políticas públicas excludentes do passado.

5.4. Nota final sobre os relatórios

Em todos os relatórios e pareceres, mesmo no *Parecer Antropológico Final sobre o RCID da Terra Indígena Arara do Rio Amônia - Município de Marechal Thaumaturgo – AC. Luís Roberto de Paula janeiro/2008*, ao qual nem escrevi neste texto, pois todos parecem muito iguais como se tivessem sido feitos pela mesma pessoa. Há em todos eles a falta de esforço ou ausência de tempo no território, para poder elaborar uma etnografia mais ampla dos povos da região, pois mesmo com a afirmação de que os Arara são formados por muitos povos, isso não quer dizer que todos se reconhecem enquanto Arara. Os Arara falaram que não nos reconheciam, porque a gente não queria ser Arara. Não somos Arara e esse apagamento ficou explícito mesmo nos relatórios como vimos anteriormente. Pois os antropólogos se centraram nos Arara, sem dar possibilidade de falas a outros povos que residiam dentro da REAJ. Observamos nas escritas dos Antropólogos a fala dos Arara, mas onde está o espaço para as outras pessoas da região?

Na Portaria/ MINISTÉRIO DA JUSTIÇA nº 14, de 09 de janeiro de 1996 que “Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação de Terras Indígenas”, podemos observar os erros grotescos pela ausência da escuta aos moradores da REAJ. A VI - Sexta Parte, traz regras sobre o levantamento fundiário da região, onde podemos observar as ausências que temos falado ao longo deste trabalho, principalmente porque os GT’s nunca subiram nos territórios da Reserva para consultar seus moradores.

a) identificação e censo de eventuais ocupantes não índios; b) descrição da(s) área(s) por ele(s) ocupada(s), com a respectiva extensão, a(s) data(s) dessa(s) ocupação(ões) e a descrição da(s) benfeitoria(s) realizada(s); c) informações sobre a natureza dessa ocupação, com a identificação dos títulos de posse e/ou domínio eventualmente existentes, descrevendo sua qualificação e origem; d) informações, na hipótese de algum ocupante dispor de documento oriundo de órgão público, sobre a forma e fundamentos relativos à expedição do documento que deverão ser obtidas junto ao órgão expedidor. (BRASIL, 1996, art. 1º, VI)

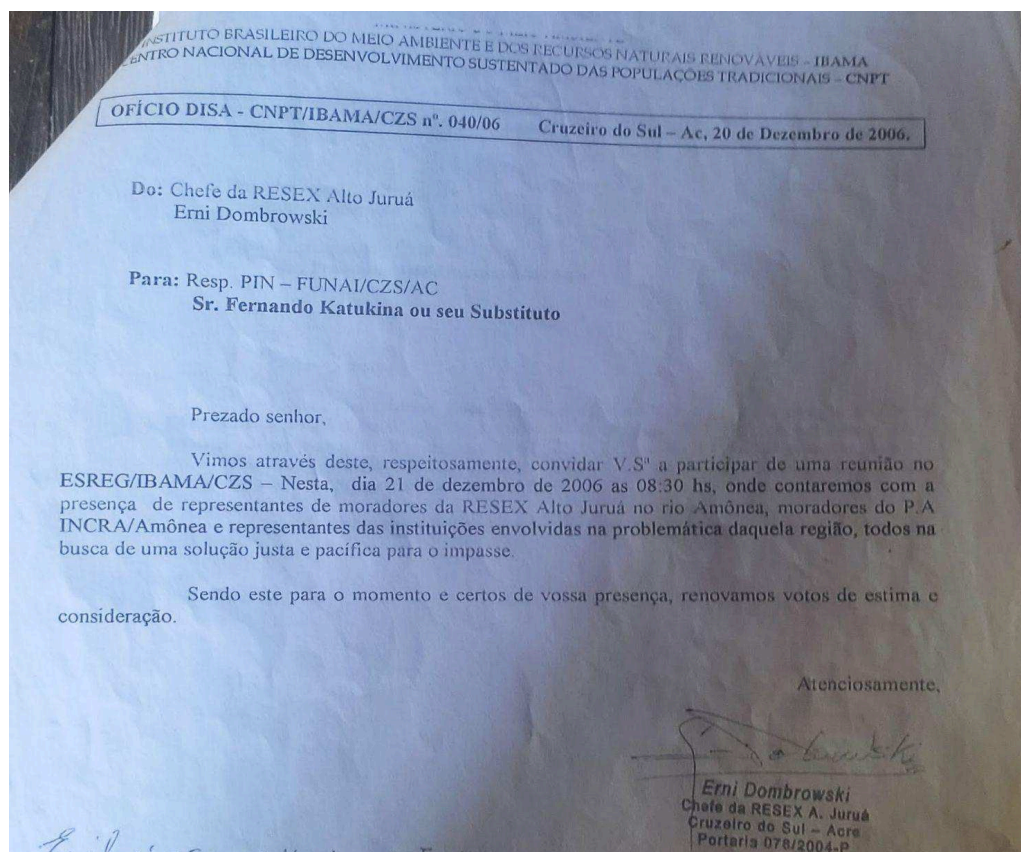
Como podemos observar, nenhum destes itens foi executado pelos GT’s de demarcação. Ao que parece essa VI-Sexta Parte, foi excluída dos relatórios, pois nunca houve uma escuta, censo ou análise dos documentos de posse destes moradores da REAJ, mesmo com o Decreto Presidencial nº 98.863 homologado desde 23 de janeiro de 1990, criado com a pressão dos indígenas Kariú Kariri e demais seringueiros removidos ante a criação da TI dos Kampa. A Reserva Extrativista do Alto Juruá foi uma das primeiras reservas criadas e guarda a memória da luta de Chico Mendes.

Os indígenas e extrativistas da REAJ se manifestaram várias vezes contra a criação da TI Arara (Ofício 01), ressaltando que muitos deles eram analfabetos. Em 2006, o Chefe da REAJ, Erni Dombrowki, enviou um ofício endereçado à Funai Regional do Acre, convocando para uma reunião sobre a situação, para buscarmos uma resolução pacífica, mas nunca foram respondidos e nem houve essa reunião.

No ano de 2015, com ofício redigido a mão e endereçado à Funai, ICMBio e Ministério Público Federal (Anexo 02), pedem a “revisão do processo de criação da terra indígena, com o objetivo de identificar possíveis erros que tenham ferido o protocolo de criação” e mesmo sendo “parentes consanguíneos dos irmãos indígenas, separados por uma discórdia plantada por um processo de criação injusto, pois não fomos devidamente consultados e considerados” e reafirmam que derramaram sangue por aquele lugar, mas nunca tiveram respostas e muito menos

uma escuta adequada de suas reivindicações e como podemos observar no final deste documento, muitos são analfabetos, sendo esta uma luta injusta e violenta do estado contra essa população.

Ofício 01 - REAJ endereçado a FUNAI/CZS/AC



Fonte: Fotografia de documento pelo autor feito no Acre
Ofício endereçado com objetivo de resolver pacificamente o impasse entre TI e REAJ.

Um recorte importante destas tentativas de diálogo com o poder estado vem através do Antropólogo e professor Mauro Almeida da USP de Campinas, que tem pesquisas na região de 1983 até 2013, mas que não foi levado em conta nestas análises e relatório oficiais. Em uma declaração pública feita em 2021 (Anexo 04), ele destaca uma orientanda sua, atualmente professora da Universidade de Santa Maria (RS), que já apresentava em sua pesquisa a origem étnica dos Kariú Kariri da REAJ:

A antropóloga Margarete Kitaka Mendes (Mestre em Antropologia Social) residiu vários anos a partir de 1987 com os Ashaninka da família de Antônio Piyanko (filho de Samuel Piyãko), casado com "D. Piti", está pertencente ao grupo de

parentesco de "D. Maritó e Chico veio ou Cayei". Essa aliança de casamento entre Ashaninka e Cariús (como são chamados os descendentes de nordestinos sertanejos com origens onde se combinam ancestrais indígenas e portugueses) baseou-se inicialmente em vizinhança (a convite de Samuel Piyáko), e continua como relação de parentesco e amizade até hoje. Essa pesquisa resultou em sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social sob minha orientação. (Anexo 04)

Os "Cariús" ou Kariú, não surgiram do nada, sempre estiveram com suas origens expressas com suas origens vindas do nordeste e do Ceará mais especificamente. Mauro Almeida é uma referência em antropologia e povos da região amazônica e poderia ter sido uma fonte de consulta e pesquisa, mas que foi igualmente ignorado. Em outro trecho ele destaca a fala de Jacinta, falando sobre a ancestralidade Kariú:

"Ela (A avó) contava que pertencia ao povo Cariú do Ceará, até hoje temos uma prima bisavó viva que conta que o rio que eles viviam secava todos os anos, eles deixaram a terra fugindo da seca e da capitania, que pegavam eles para escravizar, fugiram pela floresta andando meses até encontrar navios que vinham para Amazônia" Jacinta Kariú

O antropólogo ainda ressalta como comentário:

Essa passagem contém evidência do motivo da migração de nordestinas (de origem indígena e portuguesa) para a Amazônia no final do século XIX e início do século XX: as secas catastróficas que atingiram agricultores do sertão. A passagem também indica que povos nordestinos do sertão buscavam "navios que vinham para Amazônia" para escapar da "escravização" pela "Capitania", referência ao regime colonial que subordinava índios para trabalhar em condições de escravidão (...). A referência ao "povo Kariú do Ceará" tem a seguinte justificativa, o termo "Kariú" ou "Cariú" é a palavra indígena (do Nheengatu, versão do Tupi-Guarani difundida na Amazônia) para migrantes do Ceará durante o ciclo da borracha. "Cariú do Ceará" seria assim a denominação dos migrantes cearenses, descendentes de povos indígenas do Nordeste (como os Cariri e Potiguares) e colonizadores portugueses. (Mauro Almeida, Anexo 04)

Apesar de o comentário do professor apresentar algumas imprecisões, ele reflete, em certa medida, os registros encontrados nos livros sobre nosso povo. É importante destacar, contudo, que nossa etnia tem origem Kariri e não Tupi-Guarani, como o próprio professor menciona mais adiante, ainda que com a grafia "Cariri". Assim como os Kariú, os Potiguará e outros povos originários do Ceará também foram deslocados à força e levados para a região amazônica, seja por conta da

extração da borracha ou para atuarem como *Soldados da Borracha*. Muitos indígenas foram levados para esses trabalhos com o discurso de contribuir para a “vitória do Brasil” na Segunda Guerra Mundial, ao produzirem borracha destinada à fabricação de pneus. No entanto, por trás dessa mobilização havia também o objetivo de promover a chamada “higienização das cidades”, removendo as populações indígenas, em sua maioria sem terra e em situação de vulnerabilidade, e enviando-as para os seringais.

Diante de tantas injustiças, a luta do povo Kariú Kariri hoje ultrapassa as fronteiras nacionais. Os relatórios oficiais não cumpriram seu papel técnico e ético, e essa omissão produziu e ainda produz, consequências concretas, profundas e irreparáveis sobre a vida, a memória e o território do povo Kariú Kariri. O povo *Kariú* necessita que o Estado atue com justiça, e que esses erros históricos sejam reparados por meio de ações urgentes e verdadeiras, capazes de reconhecer tudo o que este povo já enfrentou ao longo de sua história na região do Acre.

Frente às omissões sistemáticas evidenciadas nos relatórios analisados, esta dissertação propõe como medida urgente a reabertura do processo de identificação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia, com base em uma metodologia que reconheça e valorize o *Pensamento Originarial*, os registros documentais, as memórias orais e os grafismos do povo Kariú Kariri como fontes legítimas de conhecimento. É necessário que seja instituído um Grupo de Trabalho (GT) composto por antropólogos indígenas, representantes da comunidade e técnicos comprometidos com a justiça socioambiental, que possam revisar criticamente os laudos anteriores e garantir um processo ético e inclusivo. A negação da existência Kariú Kariri nesses relatórios não se trata apenas de erro técnico, mas de uma violação dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição Federal de 1988 e pela Convenção 169 da OIT. Reafirmamos, portanto, o nosso *Anætó*, o desejo pela demarcação de um território permanente que garanta o nosso *díwóbá*, o bem-viver coletivo, e interrompa o ciclo de violência estatal que ainda se perpetua no Acre.

6. DÎWOBÁ: Considerações finais com apontamentos para resolução do conflito de forma pacífica

Dîwobá é a representação do nosso *bem-viver*: nossos caminhos, nossas caminhadas, os percursos pelos rios e matas. É o trajeto das sementes deixadas pelos *tokênhé antigos*, assim como esta escrita se torna uma árvore coletiva. São quase dois séculos de opressão, escravidão e sangue plantados no solo e nas águas acreanas.

Desde 1990, quando nosso povo foi realocado para a criação da Terra Indígena dos Kampa, acreditávamos, conforme prometido, que não mais seríamos expulsos. A Reserva Extrativista Alto Juruá (REAJ) também era considerada território sagrado. Porém, em 2023, seguimos sendo oprimidos por um Estado que não nos ouve, mesmo quando gritamos e pedimos socorro. Pior: somos ameaçados por outros indígenas, vítimas como nós da omissão estatal.

Não desejamos conflito. Desejamos um território onde ninguém seja retirado sem uma indenização justa. Não faremos com outros o que foi feito conosco. Quando deixamos a TI Kampa, o recurso recebido mal abasteceu o barco que levou nossos pertences (ver Anexo 03).

Diante de apagamentos, silenciamentos, exclusões e expulsões constantes, escolhemos não reagir com violência, mas com diálogo. Exigimos o que nos é de direito: reparação por aquilo que nos foi tirado. A terra onde nossos ancestrais viveram, cultivaram e se refugiaram.

Por isso reivindicamos: a **demarcação urgente** de uma **Terra Indígena Kariú Kariri**; **acesso à saúde indígena digna**; **educação diferenciada com remuneração de professores**; **infraestrutura mínima para nossa comunidade se restabelecer**; e uma **indenização justa**, segundo nossos valores culturais e espirituais.

Se uma parte da REAJ foi destinada ao povo Apolima Arara, por que a outra parte não pode ser destinada aos Kariú Kariri, nos mesmos termos? A sobreposição de terras indígenas em áreas federais já ocorreu antes. Por que não agora?

Não negamos o direito do povo Apolima Arara a um território. No entanto, o direito de um povo não pode ser usado para sobrepor o de outro. A maneira como foram induzidos a nos agredir teve e tem consequências irreversíveis: culturais, psicológicas e materiais. O que buscamos agora é uma reparação por aquilo que é imensurável.

Em 2025, duas Natiá Kariú Kariri localizadas nas zonas erroneamente demarcadas para os Arara foram obrigadas a sair. Deixamos para trás casas, cemitérios, plantações e relações profundas com a terra. Parte da nossa comunidade foi empurrada para dentro da cidade, onde enfrentamos criminalidade, drogas e exclusão. Outros parentes foram levados para uma área próxima à cidade de Marechal Thaumaturgo, mas vivem sem garantia de permanência. Alguns encontraram abrigo temporário junto aos Ashaninka, mas tornaram-se estrangeiros dentro de outra cultura, sem suas plantações seculares que garantiam o alimento diário e a conexão espiritual com o território.

Em 2023, ocorreu a primeira visita do Grupo Técnico de Demarcação (GT) aos indígenas Kariú Kariri, coordenado por Chico Caminati. Fomos ouvidos e apresentamos, com respeito aos outros povos da região, o território de nosso interesse. No entanto, até a presente data (maio de 2025), nenhuma resposta concreta foi dada. Seguimos aguardando que o Ministério dos Povos Indígenas (MPI), a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva compreendam a importância de corrigir esse erro histórico e promovam a demarcação da Terra Indígena Kariú Kariri. Essa reparação não se trata apenas dos últimos anos de luta, mas de quase dois séculos de violências, apagamentos e expulsões enfrentados pelo nosso povo na região do Alto Juruá.

Até este momento final de escrita (maio de 2025), ainda não foi demarcada a Terra Indígena Kariú Kariri no Acre. Mas este é um dos momentos mais importantes da luta de nosso povo. *Inhahó*, temos esperança de que as falas do Estado, do MPI e do Presidente se tornem ações concretas. Que possamos celebrar em um território que seja verdadeiramente nosso.

Este é o nosso *Yaruámét'hö*, um trabalho que não se encerra neste momento. As palavras que deixo até aqui ainda carregam as marcas do início, como as sementes que germinam em solo ancestral. Tudo o que foi escrito, em luta, em dor, em sonho e em *Anætó*, tem a força de nossa forma de narrar: *Mèkábú*. De tal modo que tudo aqui expresso em palavras não se finda, mas retorna.

Que nossa flecha da memória possa abrir caminhos para o reconhecimento e a reparação histórica que o povo Kariú Kariri exige e merece. O território que reivindicamos não é apenas um pedaço de solo para plantar ou morar: é vida, é cultura, é *dîwóbá*.

Foi com *Mèkábú* que escutamos os antigos e é com ele que deixamos rastros para os que virão: uma flecha lançada que permanece continuamente no ar.

Aedzé Yahuámét'hó dî krody mó yetçãmyá Kariú Kariri ayby Marechal Thaumaturgo/AC. Düwbyá düanhyá dzudé mé txôtxôkiè wbykrö swbatkéráyêkrö mó anéméniñoá netçó. Mekábú abohó dzude mé meká kamady tokenhé dzudé nunu dicrodicelé. Ynhohó atyba andé dzudé raddapy dzudé dzudé ydzã. dîwóbá kanewy mó yetçãndé.

Ynatkerü, este trabalho foi feito com o coração.

Atybé ayby Badzé.

REFERÊNCIAS

Indígenas

ALVES, Lidiane da Conceição. Revista Humanidades e Inovação v.6, n.16. Reivindicando o território epistêmico: mulheres negras, indígenas e quilombolas interpelando a antropologia. Palmas: Universidade Estadual do Tocantins, 2019.

ALVES, Lidiane da Conceição. MOVÊNCIAS, ENCANTARIAS E RETOMADAS [MANUSCRITO]: UMA NATNOGRAFIA SOBRE O CORTE E A CURA DOS KARIÚ KARIRI NO MARANHÃO - 2023.

ABREU, Capistrano de. 1853-1924. Capítulos de história colonial : 1500-1800 / J. Capistrano de Abreu. -- Brasília : Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

BANIWA, Gersem Luciano. Antropologia colonial no caminho da antropologia indígena. Revista do PPGCS – UFRB – Novos Olhares Sociais, v. 2, n. 1, p. 22-40, 2019.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. *Colonização, Quilombos: Modos e Significações*. 1. ed. São Paulo: Jandaira, 2021.

XAKRIABÁ, Célia Nunes Corrêa. O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada/ Brasília – DF, 2018. 218 p.

SMITH, Linda Tuhiwai. 2018. Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas; tradução. Roberto G Barbosa. Curitiba: Ed. UFPR, 239 pp.

MORGAN, Lewis Henri. 2009 [1877]. “A sociedade antiga”. In Castro, Celso (org.). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 41-65

TUXÁ, Felipe; BANIWA, Braulina; TUPINIKIM, Débora; e outros. *Genocídio Indígena e Políticas Integracionistas: demarcando a escrita no campo da memória*. 1. ed. — São Paulo : Instituto de Políticas Relacionais, 2021.

Não-Indígenas

MORRINSON, Tony. *A Origem dos Outros*. EDITORA SCHWARCZ S.A. São Paulo — SP: 2017.

BORGES, José Elias Barbosa. Influência da língua cariri no português do Brasil. *Educação e Cultura*. ano III, n. 10, p. 26-31. João Pessoa: Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1983.

GONZAGA, Luiz; DANTAS, Zé. *Xote Ecológico*. 1981.

LEWIS, Diana. Antropologia e colonialismo. *ANTROPOLOGIA ATUAL*. v. 14. n. 5. 1973. pág. 581-602.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. O homem do Nordeste. Disponível em: Revista do Instituto do Ceará – Anno LI – 1937.

SOBRINHO, Thomaz Pompeu. Sistema de Parentesco dos Índios Cariris. Revista do Instituto Ceará. Ano LXI. Editora Instituto do Ceará, Fortaleza/ Ceará: 1947.

PEREIRA JUNIOR, Davi. Santo de Casa não faz Milagres: challenges and dilemmas of intellectual production from your community or when you share identity with the researched group. Texto não publicado, 2024.

PUNTONI, Pedro. Guerra dos Bárbaros: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: HUCITEC - FAPESP, 2002.

PINHEIRO, Irineu. O Cariri: seu descobrimento, povoamento e costumes. Ed fac-sim. [1950]. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.

SIQUEIRA, Batista. Os Cariris do Nordeste. São Paulo: Editora Cátedra, 1978.

MAMIANI, Luiz Vicêncio. Arte de Grammatica da Língua Brasílica da nação Kiriri. 2ªed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877.

MAMIANI, Luiz Vivencio. Catecismo da doutrina christãa na língua brasílica da nação Kiriri. Lisboa: Miguel Deslandes. Bibliografia Crítica da Etnologia Brasileira, Volume I (Balduis 1954) 1689.

NANTES, Bernardo de. Catecismo da língua Kariris. 1896 [1709] Leipzig: B. G. Teubner. Edição facsimilar, por Julio Platzmann, da primeira edição (1709)

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 dez. 1973.

BRASIL. Ministério da Justiça. Portaria nº 14, de 9 de janeiro de 1996. Estabelece regras sobre a elaboração do Relatório circunstanciado de identificação e delimitação de Terras Indígenas a que se refere o § 6º do art. 2º do Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 1996.

BRASIL. Decreto nº 98.863, de 23 de janeiro de 1990. Cria a Reserva Extrativista do Alto Juruá, no Estado do Acre. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 jan. 1990.

COUTINHO, Walter. Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia. Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Brasília: FUNAI/DAF, maio de 2003.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais. Aprovada em 27 de junho de 1989. Promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

AQUINO, Terri Valle de. *Relatório Técnico sobre a situação fundiária, sócio-econômica e ambiental do Alto Juruá (AC)*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente / Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), 2002.

PAULA, Luís Roberto de. *Parecer final de identificação e delimitação da Terra Indígena Arara do Rio Amônia*. Brasília, DF: Fundação Nacional do Índio (FUNAI), 2008.

MAPAS

LEITE NETO, João. Mapa de deslocamento indígenas. Índios e Terras – Ceará: 1850-1880. p. 155. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

Brasil Bárbaro, Google Arts&Culture. Acesso em 27 de dezembro de 2023 às 19h.
<https://artsandculture.google.com/asset/recens-elaborata-mappa-geographica-regni-brasiliae-in-america-meridionali-maxime-celebris-accuratae-delineata-per-matth-seutterum/-wFxAX-PYqcc1A>

LINKS

DECRETO Nº 98.863, DE 23 DE JANEIRO DE 1990. Homologação da Reserva Extrativista do Alto Juruá. Acesso em Novembro de 2023 às 22 horas:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D98863.htm#:~:text=D98863&text=DECRETO%20No%2098.863%2C%20DE,que%20lhe%20confere%20o%20art.

DECRETO Nº 11.504, DE 28 DE ABRIL DE 2023. Homologação da Terra para o Povo Apolima Arara. Acesso em Novembro de 2023 às 20h:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11504.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2011.504%2C%20DE%2028,que%20lhe%20confere%20o%20art.

CNN - CRISE CLIMÁTICA: Mundo quebra limite de aquecimento em 2%. Acesso em 10 de dezembro de 2023 às 23h:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/crise-climatica-mundo-quebra-limite-de-aquecimento-de-2oc/>

BARRAGEM DE PATU. Acesso em 19 de Dezembro de 2023 às 15h:

<https://www.gov.br/dnocs/pt-br/assuntos/noticias/a-saga-da-construcao-da-barragem-do-patu>

NASCIMENTO, Paulo Cesar. JORNAL DA UNICAMP: Campinas, de 20 a 26 de agosto de 2012.

Acesso em 09 de Dez de 2023 às 14h23min:

<https://www.unicamp.br/unicamp/sites/default/files/jornal/paginas/ju536-pag12.pdf>

ANEXOS

Anexo 01 - Transcrição de áudios de Jacinta Kariú do Acre.

O mais recente livro que tem lá é a Enciclopédia da Floresta, que fala muito dos seringueiros nordestinos. Também, chegando no Acre, muitos se tornaram seringueiros nordestinos, sem realmente uma junção maior. Então, já outro apagamento, o seringueiro nordestino.

Depois, talvez você pode estar mencionando os livros, tem o Enoch, um livro que ele conta muitas histórias de nordestino, e nordestino, famílias do Ceará mesmo, que foram para o Acre. (...) Estado usou a seca para matar muitos, para se livrar de muitos, né? E aproveitou também esses fenômenos naturais, para dizimar também povos, né?

Colocando tudo como no mesmo pacote, né? Tudo como retirante, tudo como nordestino, né? E a partir do momento que essas famílias indígenas, essas famílias, né? Naturais, né? Dessa região, que eram indígenas, eram os nativos, eles foram tudo colocados nesses nomes, né? Como retirante, como nordestino cearense. E chegando no Acre, mesmo que eles auto se declarassem Kariú, eles eram praticamente... Eram olhados como brancos, né?

Por dois motivos. O primeiro motivo é porque eles foram levados para um território onde tinham outros indígenas, porque antigamente, indígena só seria aquele, o índio só seria aquele que não teria contato com a civilização, né? Eram os brabos, os selvagens, sem alma, então aquele que já teve contato deixaria de ser indígena para o imaginário do homem branco, né?

Então, por isso que o povo Kariú, quando chegou no Acre, ele não era considerado índio, mas mesmo assim, nós, povo Kariú, os nossos troncos velhos, eles nunca gostavam de ser chamados de índio, né? Porque era uma palavra que eles nunca aceitaram, eles falavam que eles não eram índio, né? Eles eram um povo. Eles eram um povo. Eles eram um povo, né? Nativo dali. Minha avó sempre contou, ó, eu sou, eu não sou índio, eu não sou índia, eu sou, eu sou povo nativo lá do Ceará, eu pertencço a esse povo e dizia o nome do povo, né? No qual foi dado a ela. E é tanto que no Acre nós não nos consideramos índio, ninguém se considera índio, porque nós fomos ensinados

assim, é tanto que eles lutaram, os próprios indígenas lutaram, para tirar esse nome de índio. Então, a palavra índio, que muitos usaram por muito tempo, a palavra índio, né? E os nossos, os nossos avós e bisavós, eles lutaram, né? Contra essa palavra. Eles nunca aceitaram essa palavra, nunca, né?

Porque eles falaram que essa palavra é uma palavra que tem, que matou muitos deles, né? Eles falavam isso. A minha avó dizia que essa palavra, a bisavó falava essa palavra, ela trouxe muito sangue, muita violência. Essa palavra, ela... Ela tem um sentimento de quem é índio, já está, né? Com a sentença marcada para morrer, né? Então eles tinham isso com eles, eles não aceitavam esse nome. E por eles não aceitar esse nome, né?

Eles foram muito, também, visto que eles tinham raiva de índio, né? Que o índio não era índio. Então, eles... Houve uma confusão. Por eles não aceitarem esse nome, as pessoas achavam que eles eram brancos e que eles tinham raiva e odiavam o indígena. Mas não, eles eram os verdadeiros povos nativos lutando contra o nome que não cabia a eles, né? Que eles não aceitavam, né? Que eles lutavam. É tanto que eles lutaram para nunca serem escravizados, eles lutaram para nunca serem dizimados. Eles nunca... Eles até se silenciaram, né? Mas eles nunca aceitaram, eles nunca ensinaram ninguém a ser chamado de, ah, eu sou índio, né? É tanto que diziam assim, ah, minha avó era indígena, minha avó era índia. Mas se fosse perguntar àquela avó, aquela avó ia dizer que não, eu não sou, mas ela contava, né? Eu pertencço a um povo nativo. Eles gostavam da palavra nativa, nativa dali, né? De verdade. Eles falavam, eu sou de verdade dali. Eu sou um povo nativo. Eu não sou branco, eu não sou isso, eu sou um povo que viveu e sofreu, né? Então sofreu pelo território, lutou pelo território, né?

E eu acho assim que até hoje isso, as pessoas, acho que quando você diz assim, eu não sou índio, as pessoas imaginam assim, ah, ela tá dizendo, ela tem raiva de indígena, né? De nativo. Porque se você for ver na história, essa palavra não é nossa, né? É uma palavra estranha. É uma palavra que a gente não conhece. Que ele deu o nome, por exemplo, Cabral deu o nome porque achava que estava chegando nas Índias, né? E eles tinham razão, desde sempre, essa foi uma história repassada para eles desde 1500 até antes disso, né? Que nós não éramos índios.

Anexo 02 - Ofício para Funai, ICMBio e MPF

AO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE
A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍndIO - FUNAI
AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

NÓS, AS FAMÍLIAS DO RIO AMOUIA, MORADORES TRADI-
CIONAIS DA RESERVA EXTRATIVISTA DO ALTO JURUÁ,
REUNIDAS EM ASSEMBLÉIA NO DIA 08 DO MÊS DE
ABRIL DE 2015, AFETADOS PELA CRIAÇÃO DA TERRA
ÍNDIGENA ARARA DO RIO AMOUIA; VIMOS MANIFESTAR
NOSSO POSICIONAMENTO, NOSSO SENTIMENTO DE HUMILHA-
ÇÃO, INDIGNAÇÃO E VONTADE DIANTE DA POSSIBILIDA-
DE DE REALOCAÇÃO DAS FAMÍLIAS. CONSIDERANDO
QUE A TERRA ÍNDIGENA NÃO CONTEMPLA O FATO
DE SERMOS PARENTES CONSANGUÍNEOS DOS IRMÃOS
ÍNDIGENAS, SEPARADOS POR UMA DISCÓRDIA PLANTADA
POR UM PROCESSO DE CRIAÇÃO INJUSTO, POIS NÃO
FOMOS DEVIDAMENTE CONSULTADOS. CONSIDERANDO
QUE FOMOS SURPREENDIDOS COM UMA TERRA
ÍNDIGENA CRIADA ENLOBANDO NOSSAS COLOCAÇÕES
HISTÓRICAS DA ÉPOCA QUE A REGIÃO PERTENCIA
À NAÇÃO DO PERU, EM QUE NOSSOS PAIS
DERRAMARAM SEU SANGUE NA LUTA DE CONSOLIDAÇÃO
DAS FLORESTAS DESTA RINCOMA

RADOS NA RESOLUÇÃO DESSE PROBLEMA GRAVE,
NO QUE SEGUER: NÃO ACEITAMOS OS VALORES
PROPOSTOS DE INDENIZAÇÃO PELA FUNAI, PARA
AQUELAS FAMÍLIAS QUE ACEITAM SEREM
REALOCADAS QUE SEJA REALIZADA NOVA
AVALIAÇÃO COM O MÉTODO ADEQUADO
PARA VALORIZAR DE FORMA JUSTA O
QUE SE CONSTRUIU; E QUE O PROCESSO
DE CRIAÇÃO DA TERRA INDÍGENA SEJA
RHISADO, COM O OBJETIVO DE IDENTI-
FICAR POSSÍVEIS ERROS QUE TENHAM
FERIDO O PROTOCOLO DE CRIAÇÃO.

Adalson Moreira da Silva.

Maria Margarida Cordeiro



Francisco Eurimar Gomes Martins

Françoise Silva Borges

Maria Zuzide ^{Silva} Canção de Lima



Maria do Carmo Silva

Maria Geuzalda Oliveira da Silva
Raimunda do Conceição Lima
José Maria Lima Moura
- Gláucio José Moreira da Silva
- Francisco Feligênio Moreira da Silva
- Dan Lide Souza Oliveira
- MARIA LIBANTO

Maurício Moreira da Silva
Giovane Vazquina Souza
José Francisco Moreira Borges
Raimundo Renato Moreira Borges
Antonio Silva Costa
Aldemir Moreira Borges

ADELIA EUGENIO MOREIRA

Raimunda do Conceição Lima

ANAÍLDO FERREIRA LIMA

Maria da Glória Bezerra Martins

MARIA DE NAZARÉ LIMA DA SILVA

M. Francisco Nogueira de Alencar

Maria Antônia Lebre Gomes

FRANCISCA NASCIMENTO DE AZEVEDO

Suzi Maria Lima Damasceno

Maria Guacberik S. da Conceição

ANTONIO DA SILVA SOUZA


Maria Do Rosário Barreto Moreira

Marihil da Lebre Gomes

Elivaldo de Silva Souza

Anexo 03 - Recibo indenizatório de benfeitorias

Recibo de 51.591,26 Cruzeiros de indenização da Funai para os Kariú Kariri para saírem da TI Kampa que convertido em reais, não chega a 20 reais, os parentes Kariu Kariri relataram que mau deu para pagar a gasolina para levarem suas coisas. Não foi assinado, mas colocada a digital, pois o indigena Kariú Kariri e seringueiro é analfabeto.


FUNAI
Fundação Nacional do Índio
Ministério da Justiça

R E C I B O CR\$ 51.591,26

EU, FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA

declaro que recebi da União Federal, através da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, a quantia de Cr\$ 51.591,26 (Cinquenta e um mil, quinhentos e noventa e um cruzeiros e vinte e seis centavos), a título de indenização das benfeitorias relacionadas no LAUDO DE VISTORIA E AVALIAÇÃO, constante do Processo FUNAI/BSR/1588/85, Município de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre, e que integra a Área Indígena KAMPA DO RIO AMÔNIA, interdita pela Portaria PP Nº 2749, de 31 de julho de 1987 - DOU de 07/10/87.

A indenização que ora recebo decorre do fato de reconhecer expressamente ser a UNIÃO FEDERAL a legítima titular do domínio do aludido imóvel, por mim ocupado, face o inequívoco reconhecimento, também, de que a região abrangida pela citada área indígena sempre se constituiu um "habitat" permanente das tribos que ali vivem.

Por força do presente recebimento, dou à UNIÃO FEDERAL plena e total quitação no concernente ao valor das benfeitorias indenizadas, para nada mais lhe exigir em tempo algum, quer na esfera administrativa ou judicial, por eu e pelos meus sucessores, sob qualquer pretexto, transferindo-lhe a posse plena das mesmas, podendo dela fazer o uso que melhor lhe convier, ficando eu todavia, facultado o direito de proceder a retirada das aquelas benfeitorias removíveis, não constantes do Laudo de Vistoria e Avaliação, como bens indenizáveis, no prazo improrrogável de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da assinatura deste documento, prazo em que devo me retirar da área, sob penas das sanções preconizadas no artigo 34 da Lei 6.001/73, (Estatuto do Índio), e demais dispositivos legais aplicáveis.

CRUZEIRO DO SUL - AC, 18.09.91

Recebi 51 Cruzeiros

FRANCISCO OLIVEIRA DA SILVA
CI-113
CTC - 3 5 2 0 2 2 0 2 III

Testemunhas:

WILSON GONCALVES FERREIRA - POLICIA FE
EINAR OLIVEIRA - BRALIA

Anexo 04 - Declaração do Antropólogo Mauro Almeida de 2021

1

A quem interessar possa

São Paulo, 11 de Abril de 2021

Declaração de Mauro William Barbosa de Almeida, Dr. em Antropologia Social pela Universidade de Cambridge, Mestre pela Universidade de São Paulo, Professor na Universidade Estadual de Campinas. R.G. 5.531.968-68, Identidade Funcional 48071 Prof. Associado III Aposentado.

Declaro aqui o que sei sobre a ancestralidade e antiguidade residencial da família de D. Marito e Chico velho caiei, como são conhecidos na região do Rio Amônia nome de registro, Maria Margarida Cordeiro Moreira (Marito) e Francisco Oliveira da Silva (Chico velho Caiei).

Credenciais.

Minha experiência de pesquisa na região de 1982 a 2013

Na impossibilidade de registrar todos os encontros realizados ao longo de três décadas, três momentos. O momento inicial foi uma excursão no rio Amônia com um mês de duração em 1983, durante a qual identifiquei e localizei geograficamente todas as moradias (unidades domésticas) no interior da atual Terra Indígena do rio Amônia, com uso de bússola e cronômetro para me localizar no mapa resultante do projeto Radambrasil na escala de 1:250.000. Nessa excursão, cheguei até a fronteira com o Peru ("Marco Peruano"), onde se situava na época a aldeia de Samuel Piyanko, onde residiam Antônio Piyanko e "D. Piti". Há fotografia de minha autoria de Samuel pai de Antônio Piyanko, publicada na "Enciclopédia da Floresta", de autoria de Manuela Carneiro da Cunha e de Mauro W. B. Almeida, autor desta declaração). Lá residiam Samuel Piyanko e filhas, inclusive o casal Antônio Piyanko (filho de Samuel) e "D. Piti", mulher branca, esposa de Antônio Piyanko, e da família de "Chico Velho Caiei". (Documentos: croquis do Rio Amônia, atual Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia (Anexo 1); capítulo "Ashaninka" da Enciclopédia da Floresta (Anexo 2). Em 2011, visitei a residência de D. Marito, realizando extensa entrevista e identificando individualmente os melhoramentos introduzidos pelo casal na floresta circundante (Anexo 3), além de registrar evidências arqueológicas de ocupação na área.

Testemunho de pesquisadores orientados por mim.

A antropóloga **Margarete Kitaka Mendes** (Mestre em Antropologia Social) residiu vários anos a partir de 1987 com os Ashaninka da família de Antônio Piyanko (filho de Samuel Piyanko), casado com "D. Piti", está pertencente ao grupo de parentesco de "D. Marito e Chico velho ou Caiei". Essa aliança de casamento entre Ashaninka e Cariús (como são chamados os descendentes de nordestinos sertanejos com origens onde se combinam ancestrais indígenas e portugueses) baseou-se inicialmente em vizinhança (a convite de Samuel Piyanko), e continua como relação de parentesco e amizade até hoje. Essa pesquisa resultou em sua dissertação de Mestrado em Antropologia Social sob minha orientação.

A antropóloga **Dra. Eliza Lozano Costa**, hoje professora na Universidade Estadual de Santa Maria (Rio Grande do Sul), residiu durante seis meses no ano de 1995 no rio Amônia, na colocação "Montevideu" e na comunidade Quieto, situada imediatamente abaixo da atual Terra Indígena do Rio Amônia, onde residiam e residente até hoje a família de ., e "D. Marito".

Documentos oficiais

Há extensa documentação sobre o processo que levou à criação da Terra Indígena “Apolima-Arara”, consistindo em três laudos antropológicos, pareceres e atos da FUNAI, do ICMBio e da Juíza em Cruzeiro do Sul, e da Procuradoria Geral da República (Dra. Deborah Duprat).

Documentos vários

Estou de posse de um volumoso arquivo de cartas, depoimentos e abaixo-assinados registrando as tentativas de D. Maritô e seu marido, com apoio de sua filha Jacinta.

Parecer sobre direitos territoriais históricos e étnicos de Francisco Oliveira da Silva filho de Francisco Muniz (Chico Colo) e Cleonice Soares

Ascendência indígena

Nesse item, comento o valioso documento de **Jacinta Moreira**, baseado em depoimentos de seus parentes, corroborando referências a pessoas, a etnias e lugares como baseados em fatos. Meus comentários validam antropológica e historicamente o relato dos familiares de Jacinta Moreira (Anexo). Comenta a seguir o documento Jacinta Moreira corroborados pela historiografia e pela antropologia.

“Meu bisavô **Manoel Soares de Oliveira** era *caboclo Paraíba* do norte *Pitiguaras* chegou aqui aproximadamente em 1989 com seus irmãos em viagem conheceu minha bisavó **Antônia Jorge de Paiva**, morava na ilha de Marajó vindo do Ceará para cortar seringa com seus pais na Amazônia”.

Comentário: Essa narrativa está de acordo com os fatos históricos da época sobre origem geográfica e datas da migração de nordestinos para o vale do rio Juruá (ver tese de doutorado de Mauro W. B. de Almeida 1993). A designação “caboclo” é usada na Amazônia para designar pessoas indígenas ou de origem indígena. “Caboclo Paraíba” designa, portanto, descendentes de indígenas com origem nordestina, No Estado do Amazonas (várzea do Solimões-Amazonas), aplica-se a descendentes de povos indígenas destribalizados, muitos dos quais hoje reivindicam e obtêm o reconhecimento de sua origem indígena (e.g. “Miranhas”). No Acre “caboclos” designa descendentes de indígenas,

“Meu avô Francisco conhecido (Chico Coló) era *caboclo amazonense*”.

Comentário: aqui, “Chico Coló” é a designação costumeira de um filho com o apelido de seu pai (o “patronímico”): a saber, Chico, filho de Coló. “Caboclo amazonense” é a designação de descendente de indígenas do Solimões-Amazonas (margem esquerda), entre os quais descendentes de Miranha. Muitos desses “caboclos amazonenses” hoje reivindicam sua identidade indígena e são reconhecidos como tais pela FUNAI.

A referência “Pitiguaras” refere-se à etnia indígena designada nas fontes coloniais como “Potiguares” (com presença em diversas partes do Nordeste, entre as quais na Paraíba). O uso de “Pitiguaras” evidencia que Jacinta Moreira registrou por escrito o que ouviu de seus parentes, e que não se baseou em fontes históricas.

O Instituto Socioambiental, que contém o maior acervo de dados sobre povos indígenas no Brasil, registra a etnia “Pitiguari”, dada como equivalente a

'Potiguara" e "Pitaguari", no Estado do Ceará ([Quadro Geral dos Povos - Povos Indígenas no Brasil \(socioambiental.org\)](#)). Há assim convergência entre a história oral e as fontes históricas.

"Bisavô Antônio chegou no Juruá no mesmo ano de conflito armado com os peruanos 1904 com 13 anos meu pai a conheceu eu também tenho vaga lembrança dela."

Comentário. O "conflito armado com peruanos em 1904" ocorreu de fato na Foz do Rio Amônia, conforme as fontes documentais investigadas por mim, incluindo-se aqui o Relatório de Thaumaturgo de Azevedo, do Exército Brasileiro, primeiro administrador do Território Federal do Alto Juruá. Cabe lembrar que em 1904, o Peru contestava o Tratado de Petrópolis estabelecido entre Brasil e Bolívia em 1902. A questão de limites entre Brasil e Peru só foi resolvida em 1909. O testemunho sobre esse fato pouco conhecido é evidência da veracidade do depoimento da bisavó de Jacinta Moreira.

"Ela contava que pertencia ao povo **Cariu do Ceará** até hoje temos uma prima bisavó viva que conta que o rio que eles viviam secava todos os anos eles deixaram a terra fugindo da seca e da capitania que pegavam eles para escravizar fugiram pela floresta andando meses até encontra navios que vinham para Amazônia"

Comentário: Essa passagem contém evidência do motivo da migração de nordestinos (de origem indígena e portuguesa) para Amazônia no final do século XIX e início do século XX: as secas catastróficas que atingiram agricultores do sertão. A passagem também indica que povos nordestinos do sertão buscavam "navios que vinham para Amazônia" para escapar da "escravização" pela "Capitania" – referência ao regime colonial que subordinava índios para trabalhar em condições de escravização.

A referência ao "povo **Kariu do Ceará**" tem a seguinte justificativa, O termo "Kariú" ou "Cariú" é a palavra indígena (do Nenhengatu, versão do Tupi-Guarani difundida na Amazônia) para migrantes do Ceará durante o ciclo da borracha. "Cariú do Ceará" seria assim a denominação dos migrantes cearenses, descendentes de povos indígenas do Nordeste (como os Cariri e Potiguares) e colonizadores portugueses.

"(Filha de chico Colo) Sua filha Piti como conhecemos casou com Antônio Piyanco. Caiei ou chico veio irmão de Francisca (Piti) como é conhecido pelos Ashaninkas, tem hoje vários sobrinhos como Benki, Moises, Dora, Alexandrina, Valdeci, Bebito, Isaac e Francisco. Tem netos também: Txenteri Ashaninka e Kenaira Piyanco Ashaninka"

Comentário: essas relações de parentesco são documentadas por Eliza Lozana Costa e outros pesquisadores, como sólida comprovação empírica.

"Agora os avôs da minha mãe eram do Ceará indígenas Cariri. Um falava sobre o Rio Salgado, Jaguaripe e Rio São Francisco!"

Comentário: As referências a "Indígenas Cariri do Ceará" correspondem ao registro histórico de povos "Cariri" (Kariri, Kairiri ou quiriri (do tupi *kiri'ri*, "silencioso"))¹¹¹ é a designação da principal família de línguas indígenas do sertão do Nordeste do Brasil (Cariris – wikipedia.org).

"Raimundo veio junto com 9 deles inclusive uns dos avós de Osmildo Kontanawa, que era cariri-xocó."

A referência à origem Cariri tem uma referência mais específica, referente aos Kariri-Xocó, conforme o Instituto Socioambiental:

"A denominação Kariri-Xocó foi adotada como consequência da mais recente fusão, ocorrida há cerca de 100 anos entre os Kariri de Porto Real de Colégio e parte dos Xocó da ilha fluvial sergipana de São Pedro. Estes, quando foram extintas as aldeias indígenas pela política fundiária do Império, tiveram suas terras

“Aqui meu bisavô ia na floresta trazia o pão de índio para alimentar seus filhos contava a minha mãe que seu povo também fazia esse alimento.”

Comentário. Pare leitores que não são familiarizados com a etnografia amazônica, lembro que “pão de índio” se refere a “pães” (massas supostamente feitas de macaxeira) enterradas em trilhas usadas por povos indígenas como recurso alimentar durante excursões de caça ou de guerra.

- Oleison casou com Fátima tiveram nove filhos arara do Rio Amônia.
- Delangela teve 5 filhos Arara do Rio Amônia com Antônio Barboza Neto de Thaumaturgo.
- Edigênio casou com Aldinéria filho do **Zé do Lope** com parentes Kontanawa
- Jacinta Cariri com 2 filhos Nauas de Marenilson, neto de Euládia do povo Nauas do Rio Moa.
- Alaido tem 4 filhos descendentes de índio Cocama do baixo Ucayali os Manuyamas, mãe Eida Dias Florêncio Manuyama. Recentemente tem mais duas filhas com sua atual esposa com serranos lama Chimu Shipibo sua esposa diz que no peru falam que São índios mestiço porque são parte de vários povos “ (transcrição literal)

Comentário: essas relações de parentesco são objetivamente documentadas. Elas mostram o pertencimento da família de D. Maritô com os seguintes povos indígenas: “

- Arara do rio Amônia, Isso significa que Oleison casou uma indígena reconhecida como “Arara do rio Amônia”. Dona Maritô é, portanto, sogra de Arara do rio Amônia.

- Kontanawa, “Zé do Lope” é seringueiro do alto Tejo, que conheço há três décadas. Sua filha resultou de casamento com indígena Kontanawa (ou Kuntanawa), grupo estudado exaustivamente por Mariana Pantoja Franco e por mim mesmo.

Conclusão:

Concluo que todos os fatos mencionados no depoimento de Jacinta são corroborados pela documentação histórica e antropológica e pela etnografia, isto é, pela observação direta minha e de meus alunos-pesquisadores. Esse relato é evidência história oral, corroborada por fontes documentais escritas. Constitui evidência de origens indígenas de migrantes nordestinos do grupo familiar em questão, evidência que se combina com suas relações de parentesco com os Ashaninka do rio Amônia (item seguinte).

Aqui cabe mencionar que o chamado povo “Arara do Rio Amônia” é composto de migrantes da etnia *Chama* e *Canelos* do Peru, e de *Arara* oriundo do rio Bagé (afluente do rio Tejo, na margem do Rio Juruá à margem do rio Amônia). Todos esses grupos chegaram ao rio Amônia no século XX, concomitantemente aos migrantes “cariri” do Nordeste – quando o povo indígena Amaucá do Rio Amônia já havia sido expulso pela frente de seringueiros aliados aos Ashaninka vindos do Peru.